



PUC RIO

ANDREA SEIXAS MAGALHÃES

**O "EU" TRANSFORMADO PELO "NÓS": INFLUÊNCIAS DA
CONJUGALIDADE SOBRE A SUBJETIVIDADE DOS PARCEIROS**

TESE DE DOUTORADO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Rio de Janeiro, fevereiro de 2000

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO**

Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea

CEP 22453-900 Rio de Janeiro RJ Brasil

<http://www.puc-rio.br>

Cham. 150 M188e TESE UC

Título O "eu" transformado pelo "nós"



E PUC-Rio - PUCB

00148841

ANDREA SEIXAS MAGALHÃES

**O “EU” TRANSFORMADO PELO “NÓS”: INFLUÊNCIAS DA
CONJUGALIDADE SOBRE A SUBJETIVIDADE DOS PARCEIROS**

**Tese apresentada ao Departamento de Psicologia da
PUC-Rio como parte dos requisitos para obtenção do
título de Doutor em Psicologia.**

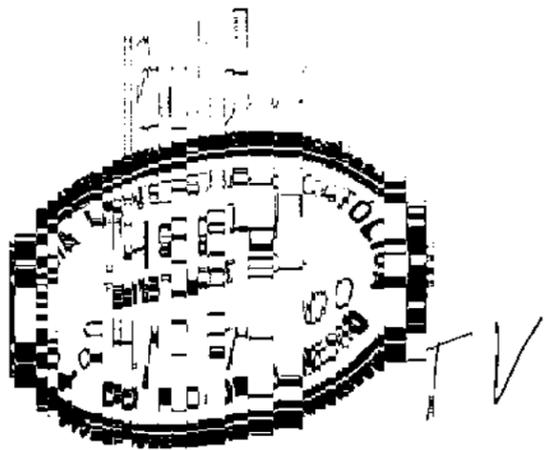
Orientadora: Terezinha Féres-Carneiro

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, fevereiro de 2000

100716



150
M 188 e
TESE VC

“Car c’est en se faisant aimer, même de façon très ambivalente, et en se faisant investir, que l’on devient individu humain, personne humaine. Nul ne vit s’il n’a d’abord été aimé et investi. Nul ne naît à la vie psychique s’il n’a d’abord été aimé, haï, pensé, vécu par un autre. Haï peut-être, mal aimé peut-être, mais c’est déjà secondaire, car ses scories de haine ou de malamour accompagnent l’investissement amoureux par quoi l’être biologique devient sujet humain”. (Lemaire, 1987, p. 17)

A Ilson e Alice,

que despertam em mim os mais preciosos sentimentos.

Meus agradecimentos

A Terezinha Féres-Carneiro, minha orientadora e incentivadora, que enriqueceu minha produção acadêmica e científica.

A meus pais, Abelardo e Edna, e a minha irmã, Adriana, pelo apoio e pelo carinho.

Aos casais entrevistados, tão disponíveis e francos.

Ao Departamento de Psicologia da PUC-Rio, mestres, colegas e funcionários, pelo apoio e pela atenção.

Ao CNPQ, que financiou esta pesquisa.

RESUMO

No presente estudo, a partir da abordagem psicanalítica das relações amorosas, desenvolvemos uma investigação acerca das influências da conjugalidade sobre a subjetividade. Buscamos discutir a conjugalidade privilegiando seus aspectos inconscientes, a trama identificatória do casal e as repercussões do processo de reatualização das vivências pré-edípicas e edípicas por ela mobilizado.

De modo geral, os estudos sobre a conjugalidade enfatizam a psicodinâmica que se estrutura a partir da articulação inconsciente das trajetórias subjetivas de cada parceiro. Neste trabalho, enfatizamos o dinamismo e as flutuações que envolvem o processo de constituição da subjetividade, assim como o processo de diferenciação e de individuação a ele subjacentes. A partir daí, ressaltamos a participação da conjugalidade na transformação da subjetividade e sua importância enquanto espaço potencial de metabolização e de elaboração de aspectos primitivos dos parceiros, operando transformações no "eu" a partir do "nós".

Na revisão da literatura sobre as relações amorosas, nas diferentes abordagens psicanalíticas, privilegiamos a discussão sobre a contextualização da conjugalidade, a trama identificatória e o papel dos ideais na constituição do "eu conjugal".

Realizamos um estudo de campo, no qual entrevistamos doze casais da classe média carioca, escutando os parceiros individualmente. Na análise do material obtido, foram formuladas as seguintes categorias: *concepção de conjugalidade; escolha do parceiro; percepção do parceiro; auto-percepção; expectativas sobre o parceiro;*

auto-expectativas; espaço lúdico; espaços da individualidade; projetos individuais e conjugais; percepção de influências da conjugalidade sobre a subjetividade.

A análise dos dados foi realizada em duas etapas. Primeiramente, avaliamos as falas de homens e de mulheres separadamente. Na segunda etapa, desenvolvemos a análise das estruturas conjugais predominantes a partir das falas dos sujeitos, reunidas casal por casal. Encontramos diferenças significativas entre homens e mulheres relativas às influências da conjugalidade sobre a subjetividade, assim como diferenças decorrentes do tipo de estrutura vincular configurada por cada casal.

Ao longo de nossa investigação buscamos apreender o potencial de criatividade e de transformação embutido no enquadre conjugal, visando contribuir para o enriquecimento teórico-clínico e para a consolidação do campo da psicoterapia conjugal psicanalítica.

ABSTRACT

In the present study, on the basis of a psychoanalytic approach to love relations, we develop an investigation into the influences of conjugality on subjectivity. We attempt to discuss conjugality privileging its unconscious aspects, the couple's identifying plot and the repercussions of the revival of pre-Oedipal and Oedipal experiences mobilized by it.

Generally speaking, studies of conjugality emphasize the psychodynamics that is structured on the basis of the unconscious articulation of the subjective trajectories of each partner. In this work, we highlight the dynamism and oscillations involved in the process of formation of subjectivity, as well as the process of differentiation and individuation that underlie it. Then we underscore the participation of conjugality in the transformation of subjectivity, and its significance as a potential space for metabolization and elaboration of the partners' primitive aspects, effecting transformations on the "me" on the basis of the "us."

In our review of the literature on love relations, based on different psychoanalytic approaches, we lay particular emphasis on the contextualization of conjugality, the identifying plot and the role of ideals in the formation of the "conjugal me."

In our field study, we interviewed 12 middle-class couples in Rio de Janeiro, talking to partners individually. In the analysis of the interview material, we formulated the following categories: *conception of conjugality; choice of partner; perception of*

partner; self-perception; expectations about the partner; self-expectations; play space; spaces of individuality; individual and conjugal projects; perception of influences of conjugality on subjectivity.

Analysis of the data took place on two stages. First we evaluated the discourse of men and the women separately. On the second stage, we analyzed the predominant conjugal structures on the basis of the discourse of the subjects, couple by couple. We found significant differences between men and women as to the influences of conjugality on subjectivity, as well as differences deriving from the type of linking structure associated with each couple.

Throughout our investigation, we tried to capture the potential for creativity and transformation underlying the conjugal setting, aiming to contribute to theoretical-clinical enrichment and to the consolidation of the field of psychoanalytic conjugal psychotherapy.

SUMÁRIO

	pág.
INTRODUÇÃO.....	1
I. DESNATURALIZANDO O CASAMENTO: CONTEXTUALIZAÇÃO DA NOÇÃO DE CONJUGALIDADE E REPERCUSSÕES SOBRE A SUBJETIVIDADE MODERNA	9
1. Desenvolvimento do sentimento de família e a privatização das relações.....	11
2. Sexualidade disciplinarizada e amor no casamento.....	14
3. O sentimento de intimidade e a complementaridade conjugal:.....	20
o parceiro como instrumento de legitimação do “eu”	
II. TRAMA IDENTIFICATÓRIA E O PAPEL DOS IDEAIS NA.....	27
CONJUGALIDADE	
1. Sobre o conceito de identificação.....	28
2. O objeto amoroso no processo de transformação do “eu”.....	33
3. Alguns desdobramentos do conceito de ideal do ego	39
4. O valor das relações pré-edípicas na constituição dos ideais: A promessa de retorno à completude	41
5. Relação amorosa: experiência ilusória e busca de integração.....	43
III. PSICANÁLISE E CONJUGALIDADE.....	52
1. Contribuições dos teóricos das relações de objeto.....	52
1.1. O objeto-parceiro.....	54
1.2. Estruturação do ego e capacidade de amar.....	58
1.3. Conjugalidade e transicionalidade.....	60
1.4. Relação conjugal e atualização de potencialidades do self.....	63
2. Contribuições dos teóricos grupálicos.....	66
2.1. A noção de inconsciente compartilhado e o papel da circulação fantasmática.....	67
2.2. As idéias de Ruffiot.....	71
2.3. As idéias de Eiguer.....	76

2.4. As idéias de Lemaire.....	85
3. Contribuições dos teóricos das configurações vinculares.....	89
3.1. Subjetividade e trama vincular.....	90
3.2. Conjugalidade: a constituição do “objeto casal” compartilhado.....	93
3.3. Parâmetros definitórios da conjugalidade.....	99
3.4. Tipologia do vínculo conjugal.....	103
3.5. Atividade representacional conjunta e a mobilização de reestruturações subjetivas.....	107
IV. ESTUDO DE CAMPO.....	110
1. Sujeitos.....	111
2. Instrumento.....	112
3. Procedimentos.....	113
4. Análise e discussão dos dados.....	114
4.1. Categorias formuladas.....	115
a) Concepção de conjugalidade.....	115
b) Escolha de parceiro.....	123
c) Percepção do parceiro e auto-percepção.....	132
d) Expectativas sobre o parceiro e auto-expectativas.....	141
e) Espaço lúdico.....	148
f) Projetos individuais e conjugais.....	156
g) Espaços da individualidade.....	164
h) Percepção de influências da conjugalidade sobre a subjetividade.....	173
4.2. Estruturas conjugais predominantes.....	179
a) Estrutura dual simétrica.....	184
b) Estrutura dual complementar.....	195
c) Estrutura terceiridade ampla.....	205
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	230
ANEXO 1.....	240
ANEXO 2.....	241

INTRODUÇÃO

Neste estudo, a partir da abordagem psicanalítica das relações amorosas, investigamos as influências da conjugalidade sobre a subjetividade dos parceiros. Ressaltamos que a constituição da subjetividade bem como o processo de diferenciação e de individuação a ela subjacentes prolongam-se por toda a vida e que a conjugalidade é, ao mesmo tempo, resultante da articulação inconsciente das trajetórias subjetivas dos parceiros e produtora de reestruturações da subjetividade.

Na literatura psicanalítica sobre as relações amorosas, discute-se amplamente o processo de instauração da conjugalidade a partir da reatualização da trajetória edípica dos parceiros e do compromisso inconsciente que sustenta a escolha amorosa. A conjugalidade é um amor revivido, acalentado pela esperança de elaboração do romance familiar. Do ponto de vista da psicanálise, a repetição constitui fundamentalmente uma tentativa de elaboração.

Eiguer (1983) acentua a reedição, a redescoberta do amor infantil e o valor de restituição simbólica que é atribuído ao encontro amoroso. Esse amor possível, que busca conciliar desejo, angústia de castração e identificação é considerado equivalente às formações de compromisso inconscientes, como o sintoma e o lapso. O sujeito, a partir da interdição do amor edípico, tem acesso a uma liberdade condicional, ou seja, a de escolher um parceiro identificado ao progenitor do sexo oposto.

A conjugalidade estrutura-se a partir do encontro amoroso, considerando o pressuposto de que o amor, no ocidente e na modernidade, passou a compor o laço conjugal, sendo considerado fonte de motivação e de manutenção da instituição

casamento. O ideal de felicidade conjugal, no imaginário social, relaciona-se ao ideal de amor correspondido e ao encontro da “cara metade”.

A dimensão da conjugalidade é referida à vivência compartilhada do casal, considerando a relativa continuidade e estabilidade do vínculo conjugal. Tal dimensão fundamenta-se e estrutura-se na identidade conjugal, forjada na trama identificatória dos parceiros, que vivenciam uma relação intensa, baseada em laços afetivos e na idéia de complementaridade. Essa identidade inclui sentimentos, emoções, fantasias, idéias e projetos compartilhados. Nela estão presentes tanto aspectos inconscientes - motivações, desejos e fantasias - quanto aspectos conscientes, referidos principalmente ao projeto de vida do casal.

Os estudos sobre a conjugalidade ressaltam a estrutura que se forma a partir das constituições individuais dos parceiros e do interjogo dinâmico inconsciente que ocorre no par conjugal. Contudo, consideramos que o encontro amoroso e a conjugalidade que evolui desse encontro, através da recordação, da repetição e da elaboração dos Édipos dos parceiros, exerce influências estruturantes ou desestruturantes para cada um deles. A vivência da conjugalidade e o interjogo de identificações mobilizado no enquadre conjugal, segundo nosso ponto de vista, produzem efeitos sobre a constituição da subjetividade, num processo dinâmico que se desenvolve por toda a vida.

A conjugalidade caracteriza-se por uma oscilação maior ou menor entre momentos de fusão e momentos de diferenciação entre os parceiros. Considera-se que as trocas intersubjetivas são regidas pelo mecanismo de colusão - constructo amplamente utilizado pelos autores psicanalistas que abordam a psicodinâmica do

casal - caracterizado como um acordo de reciprocidade inconsciente complementar, por intermédio do qual os parceiros desenvolvem partes de si conforme as necessidades do outro e renunciam ao desenvolvimento de algumas partes suas que projetam no outro.

O parceiro, segundo essa perspectiva, não é considerado um receptor passivo de projeções e a conjugalidade tende a operar como um espaço de metabolização e elaboração, com capacidade de oferecer continente, de digerir e de ampliar as projeções que, dessa forma, tornam-se menos angustiantes e possíveis de serem assimiladas no processo de transformação do “eu” dentro do “nós”.

Lemaire (1988) questiona a noção de sujeito associada à idéia de indivíduo plenamente constituído. As construções metapsicológicas são fundamentadas na concepção de indivíduo autônomo da sociedade moderna ocidental. Em decorrência disso, pressupõe-se que ao referir-se a um casal, esteja-se tratando de sujeitos “ideais”, cujos aspectos infantis foram satisfatoriamente elaborados. Essa pressuposição fundamenta-se no ideário individualista que concebe os indivíduos como seres autônomos, independentes e auto-suficientes, que se unem por desejo próprio e pelo bem do interesse social.

Do ponto de vista psicológico, contudo, o sujeito jamais se individualiza por completo. A condição de sujeito pressupõe um lento desembaraçamento da condição simbiótica fundadora. Embora o bebê se separe da mãe no momento do corte do cordão umbilical e essa imagem favoreça a idéia de uma identidade e unidade do sujeito discriminado do outro, o processo de individuação é flutuante, intermitente, e pontuado por retornos episódicos e periódicos. Dessa forma, evidencia-se um “nós”

primitivo, mais ou menos tolerado, nas relações amorosas, em certas relações de amizade e em certos grupos.

Nosso interesse em desenvolver a presente investigação nasceu da prática psicoterápica com casais em tratamento, mais especificamente, da vivência clínica que permanentemente nos provoca o questionamento acerca dos limites do “eu” dentro do “nós conjugal” e dos pontos de convergência entre os processos de individuação dos parceiros e a complexificação do vínculo conjugal.

O “eu” surge a partir de um “nós” primitivo, ilusão de fusão, reminiscência da simbiose mãe-bebê, e ressurge de forma transmutada na relação conjugal. Na conjugalidade, nos deparamos com o enquadre privilegiado para a reatualização desses conflitos primitivos. E, na terapia de casal, mais especificamente, as questões relativas ao processo de separação-individuação são evidenciadas com algumas nuances características do vínculo conjugal.

A conjugalidade produz efeitos individuais nos parceiros, que se deparam com a oportunidade de elaborar alguns conflitos de forma produtiva, criativa, ou permanecer repetindo sintomaticamente aspectos patológicos na relação conjugal. Na clínica com casais, nos deparamos com as conjunções sintomáticas que são estabelecidas e os seus desdobramentos individuais. Ademais, temos a possibilidade privilegiada de instrumentalizar recursos do *setting* terapêutico, contribuindo para que elas sejam ressignificadas, promovendo o processo de individuação dos parceiros.

A trama identificatória mobilizada no enquadre conjugal pode se tornar tão intensa que, em alguns momentos, os sujeitos chegam a confundir-se, falando de si através do outro e atuando a sintomatologia do parceiro. Isso pode ocorrer tanto nos

casais considerados “normais” quanto naqueles que apresentam um funcionamento patológico. Em muitas situações, observamos que os parceiros podem ter suas identidades socialmente preservadas, embora a psicodinâmica conjugal apresente aspectos peculiares que, fora daquele enquadre, seriam considerados bizarros.

Essas observações suscitaram o questionamento sobre as influências da conjugalidade sobre as subjetividades dos parceiros, face a relevância dessa discussão para o aprimoramento da clínica com casais, mais especificamente, pela acentuação que pretendemos atribuir à função de promoção do processo de diferenciação e individuação dos sujeitos. A partir dessas idéias, desenvolvemos o presente estudo.

Na primeira parte desta tese apresentamos algumas considerações sobre a contextualização da noção de conjugalidade, discutimos o processo identificatório e o papel dos ideais na constituição do “eu conjugal” e reunimos contribuições de diferentes abordagens psicanalíticas sobre as relações amorosas, buscando articulá-las de acordo com o enfoque dado à questão central de nossa pesquisa. Na segunda parte deste trabalho, apresentamos o estudo de campo propriamente dito, no qual analisamos as falas dos sujeitos entrevistados à luz da psicanálise de casal, focalizando algumas dimensões discutidas nos capítulos teóricos.

No primeiro capítulo desenvolvemos algumas considerações sobre a construção histórica da noção de conjugalidade e suas repercussões sobre a subjetividade moderna, buscando desnaturalizar a idéia de casamento. Consideramos relevante a contextualização histórica e sócio-cultural da noção de casamento para delinear a complexidade do aspecto transubjetivo e das condições nas quais se configura a conjugalidade na modernidade.

A conjugalidade, enquanto dimensão psicológica compartilhada, pressupõe o sentimento de intimidade entre os parceiros. Esse sentimento de intimidade passou a integrar a conjugalidade a partir do processo histórico de privatização das relações familiares. Em nossa discussão, ressaltamos que o clima emocional que propicia a fusão das individualidades na formação da conjugalidade foi fomentado historicamente, incluindo a valorização do sentimento amoroso na escolha do cônjuge. A partir daí, o parceiro passou a operar como importante instrumento de legitimação do "eu", incrementando a participação da conjugalidade na transformação da subjetividade.

No segundo capítulo, discutimos a trama identificatória e o papel dos ideais na conjugalidade. A discussão sobre o processo de identificação ocupa uma posição central em nosso estudo, não somente pelo fato do interjogo identificatório ser constitutivo da conjugalidade, mas sobretudo por considerarmos que esse processo compartilhado favorece reestruturações nas subjetividades dos parceiros.

O papel dos ideais na conjugalidade também é ressaltado na medida em que consideramos que a relação amorosa pode mobilizar um esforço de integração egóica fundamentado no reconhecimento do objeto-parceiro como discriminado do ego e na criação de ideais compartilhados pelo casal.

No terceiro capítulo, reunimos contribuições das diferentes abordagens da conjugalidade, privilegiando o enfoque psicanalítico, e ressaltamos os aspectos mais diretamente relacionados com o desenvolvimento de nossa investigação. Agrupamos as contribuições de alguns autores, de acordo com sua afiliação teórica e com os conceitos por eles enfatizados, da seguinte forma: teóricos das relações de objeto,

teóricos grupalistas e teóricos das configurações vinculares.

Os teóricos das relações de objeto focalizam o interjogo de identificações projetivas na constituição da psicodinâmica familiar e conjugal, priorizando as relações pré-edipianas, as experiências precoces da relação mãe-bebê, na estruturação da conjugalidade. Dentre eles, ressaltamos as contribuições de L.Meyer, O.Kernberg e outros autores vinculados às idéias da escola inglesa.

Os teóricos grupalistas, dentre os quais ressaltamos A.Ruffiot e A.Eiguer, foram significativamente influenciados pelos pressupostos da psicanálise de grupo e desenvolveram uma abordagem da conjugalidade fundamentada na concepção de um inconsciente compartilhado, um “psiquismo conjugal”. Embora reconhecendo algumas divergências teóricas entre esses autores e J.Lemaire optamos por incluí-lo nesse grupo.

Os teóricos das configurações vinculares destacam-se por enfatizarem os aspectos intrasubjetivo (auto-engendramento das relações entre ego e objeto), intersubjetivo (vinculação entre os dois egos) e transubjetivo (vínculo do ego com o macro contexto social e suas implicações), na estruturação da conjugalidade. Nesse grupo, destacamos as contribuições de J.Puget e I.Berenstein.

A partir da revisão da literatura psicanalítica sobre as relações amorosas, elaboramos um estudo de campo no qual realizamos entrevistas com doze casais da classe média carioca, escutando cada parceiro individualmente, buscando investigar as repercussões da conjugalidade sobre a subjetividade mediante a análise do discurso dos sujeitos entrevistados, focalizando algumas dimensões que se tornaram significativas para a discussão de nossa questão central.

A realização de entrevistas possibilitou-nos uma aproximação mais direta, um contato mais íntimo com a temática abordada, favorecendo o desenvolvimento de algumas considerações importantes que dificilmente teriam sido evidenciadas fora da investigação de campo, sem o recurso da escuta da fala dos sujeitos.

Propusemo-nos a entrevistar casais que não apresentassem nenhuma demanda explícita de tratamento psicoterápico conjugal, considerando que pretendíamos investigar a conjugalidade dita “normal”. Na clínica conjugal, observamos que há uma tendência a encontrar casais nos quais um ou os dois parceiros manifestam dificuldades acentuadas no processo de individuação. Nesses casos, a participação da conjugalidade no processo de diferenciação-indiferenciação deve ser analisada considerando outros parâmetros.

Na análise do material obtido nas entrevistas, avaliamos o discurso dos sujeitos a partir das seguintes categorias: *concepção de conjugalidade; escolha do parceiro; percepção do parceiro; auto-percepção; expectativas sobre o parceiro; auto-expectativas; espaço lúdico; espaços da individualidade; projetos individuais e conjugais; percepção de influências da conjugalidade sobre a subjetividade.*

A análise dos dados foi realizada em duas etapas. Na primeira etapa avaliamos as falas dos homens e das mulheres, separadamente. Na segunda etapa, desenvolvemos a análise das estruturas conjugais predominantes, a partir da avaliação das falas dos sujeitos reunidas casal por casal, fundamentados na tipologia do vínculo conjugal proposta por Puget & Berenstein (1993).

I. DESNATURALIZANDO O CASAMENTO: CONTEXTUALIZAÇÃO DA NOÇÃO DE CONJUGALIDADE E REPERCUSSÕES SOBRE A SUBJETIVIDADE MODERNA

“Como todo ideal, o amor tem endereços nobres e salas de espera *vip*. Não circula a esmo num vácuo de intenções e propósitos. Ao contrário, produz hierarquias de desejos e objetos internalizadas no processo de formação das subjetividades.”(Costa, 1998, p.18)

No desenvolvimento do estudo das relações entre conjugalidade e subjetividade, tornou-se cada vez mais relevante a busca de uma compreensão acerca do contexto histórico e sócio-cultural, a partir do qual essas relações são estabelecidas. Consideramos que, desnaturalizando o casamento, ampliamos nossas perspectivas de compreensão da psicodinâmica conjugal e suas repercussões sobre a subjetividade, redimensionando a questão central de nossa pesquisa.

A desnaturalização do casamento, a contextualização da relação conjugal, implica a compreensão do processo de desenvolvimento e de transformação do sentimento de intimidade nas relações amorosas. O sentimento de intimidade é alvo de atenções na medida em que favorece a instauração do clima emocional apropriado para a fusão das individualidades dos parceiros, fundando o campo da conjugalidade. A conjugalidade define-se como dimensão psicológica compartilhada, que possui uma dinâmica inconsciente com leis e funcionamento específicos.

O desenvolvimento do sentimento de intimidade, que permeia a relação

conjugal, tem origem datada na civilização ocidental. Observamos que, quanto mais estudamos e pesquisamos os diversos aspectos da dinâmica psicológica do sujeito, mais nos defrontamos com a pauta sócio-cultural e com as suas influências sobre o psiquismo. O psiquismo humano apóia-se num corpo, como enunciava Freud, mas esse corpo faz fronteira, ou limite, com o sócio-cultural e, portanto, nele também apóia-se. O sujeito é nomeado e significado por esse contorno cultural, que é a própria ordem do simbólico, do compartilhado. A intimidade fala da proximidade-limite entre o eu e o outro, ou o eu e os outros.

Quando nos referimos a um sentimento de intimidade datado na civilização ocidental, estamos enfatizando a forma como esse sentimento foi construído historicamente, culturalmente, derivado das relações entre público e privado. A intimidade, tal qual a encontramos na relação conjugal nos tempos atuais, sofreu transformações sucessivas, incluindo a entrada em cena do “amor romântico”, que cria o clima ideal para essa proximidade-limite.

Para compreender esse processo, ressaltamos o aparecimento da noção de sentimento de família, que se fundamenta numa representação social e cultural e pressupõe a interiorização de vivências, percepções e valores, além da representação psicológica.

O processo de construção do sentimento de intimidade a que nos referimos acima preparou o terreno para a abordagem da conjugalidade tal como a conhecemos nos tempos atuais. Essa conjugalidade ancora-se em ideais e valores igualitários, assim como na idealização da relação conjugal, que passou a ser considerada *locus* privilegiado da afetividade.

Seguindo esse propósito, recorreremos aos estudos de historiadores, sociólogos e cientistas sociais de forma mais ampla, para reconstruir a noção de intimidade. A partir de uma história das mentalidades, reconstruímos o processo de desenvolvimento do sentimento de intimidade na relação conjugal e seus efeitos sobre a subjetividade.

A noção de conjugalidade, dentro do contexto da modernidade, pressupõe a instauração da intimidade entre os parceiros, colocando-a como condição para uma relação fecunda, fundamentando o ideal de complementaridade entre os parceiros e instrumentalizando a legitimação do “eu” a partir do “nós”.

1. Desenvolvimento do sentimento de família e a privatização das relações

De acordo com Ariès (1981), o sentimento de família era desconhecido até o século XV. Na Idade Média, a vida privada era rechaçada e a família reunia vários membros que moravam juntos, às vezes vários casais que compartilhavam uma mesma propriedade, num aglomerado indiscriminado agrupado por laços de sangue e afinidade. A família conjugal, tal qual conhecemos hoje, tendo como centro o par conjugal, é um fenômeno da modernidade.

A família do século XX é considerada *locus* da afetividade. Isto se coloca em virtude da sua nuclearização e da sobrecarga de exigências e expectativas que, anteriormente, eram imputadas ao Estado ou à comunidade de maneira geral. A família teve seu papel hipertrofiado em termos de sociabilidade, enquanto a comunidade passou a restringir sua participação na vida dos indivíduos. Coube à família conjugal preencher um vazio e responder às necessidades afetivas e sociais

dos indivíduos. Ariès (1981) atribui esse fato à mudança do papel do Estado na sociedade moderna. O autor estabelece uma correlação entre família e Estado. Na medida em que o Estado afrouxou seus laços de coesão, a família os estreitou, transformando-se na célula social e fundamento do poder monárquico.

O processo de hipertrofia da família foi reforçado pelo sentimento de infância, que também surge por volta do século XV. O sentimento de infância refletiu uma nova atitude perante a criança, que deixava de ser vista como um adulto miniaturizado e passava a receber cuidados especiais da família. No período medieval, o aprendizado das crianças era feito longe dos pais, por famílias estranhas, incluindo aprendizagem de conhecimentos teóricos, vivências e serviços domésticos. Com esse afastamento, era difícil estimular o sentimento existencial profundo de ligação afetiva entre pais e filhos. A proximidade física favoreceu a instauração do sentimento de intimidade e reforçou os laços afetivos. Quando a escola passou a assumir o papel de transmissora de ensinamentos, houve uma maior aproximação entre a família e as crianças, embora houvesse também a figura do preceptor, mestre, que os intermediava (Ariès, 1973).

Posteriormente, no final do século XVIII e início do século XIX, a família passou a valorizar a igualdade entre os filhos e caiu em desuso o direito de progeneritura. Essa mudança foi influenciada pelos preceitos da Revolução Francesa (igualdade, liberdade e fraternidade), conduzindo ao que Ariès chama de família sentimental moderna, na qual valoriza-se a distribuição igualitária de recursos financeiros e afetivos como ideal a ser atingido.

Segue-se um movimento gradual de interiorização da família com incentivo à

vida privada e à intimidade doméstica. Propicia-se a criação de um espaço para os segredos familiares. Nessa época, entretanto, com influências recentes do processo de revolução industrial e suas acomodações, a sociabilidade era intensa e havia poucas demarcações entre as esferas do público e do privado. As metrópoles borbulhavam com a efervescência social.

A vida social nas cidades incluía, indiscriminadamente, relacionamentos afetivos e de negócios. As pessoas se encontravam nas ruas, nos cafés e nas grandes casas, tradicionais residências. Essas casas eram, geralmente, muito povoadas e tinham uma função também pública. Elas possuíam muitos cômodos que se interligavam. Esses cômodos não tinham especificidade e, dependendo da situação, serviam para dormir, para conversar, para tratar de negócios ou para fazer refeições (Perrot, 1987).

A privatização da vida ocorreu em resposta ao aburguesamento da sociedade. Habermas (1971) analisa a expressão dessa privatização no estilo arquitetônico das casas burguesas. Reduzem-se os espaços dedicados ao convívio comum e ampliam-se os quartos particulares, que passam a conter mobílias características dos membros da família. O isolamento dos familiares no interior da casa passa a ser considerado aristocrático. A sala de visitas também se distancia da sociedade e passa a abrigar somente os familiares e os amigos mais íntimos. O autor ressalta uma correspondência direta entre a emancipação político-econômica e a emancipação psicológica.

No século XX, progressivamente, ocorre uma alteração nesse quadro. As cidades sofrem uma saturação em seu contingente que faz com que sua função socializante se perca aos poucos. Surgem as aglomerações, os perigos, e a segregação

entre bairros residenciais e de trabalho. A vida coletiva, caracterizada pela vida urbana, se extingue e o homem se isola cada vez mais na intimidade do lar. As invenções na área dos meios de comunicação e transportes modernos contribuíram para esse isolamento.

A família passou cada vez mais a monopolizar a afetividade, oferecendo-se como domínio privado. Conseqüentemente, ao canalizar as emoções do indivíduo, a família condicionou a sua subjetividade. A relação conjugal, de acordo com essa perspectiva, adquiriu o *status* privilegiado de relação privativa, íntima, concentrando alto grau de expectativas de realização e de desenvolvimento dos sujeitos. A conjugalidade passou a se constituir como espaço, continente, dos sentimentos mais íntimos, receios e desejos dos sujeitos-parceiros. Dessa forma, o enquadre conjugal passou a oferecer contorno, delimitando o interno e o externo, conferindo significado ao sujeito, sendo referência e repercutindo sobre a constituição da subjetividade moderna.

2. Sexualidade disciplinarizada e amor no casamento

A subjetividade moderna decorre de um lento processo de interiorização do indivíduo, no qual a autonomia, a singularidade e a intimidade constituem valores centrais. Segundo Vernant (1987), o “eu” moderno volta-se para o interno, enquanto o “eu” grego voltava-se para a exterioridade, buscando descobrir-se nos outros.

Foucault (1977; 1984a; 1984b) faz uma análise cuidadosa da emergência da sexualidade e sua disciplinarização, considerando a questão da intimidade e a

valorização do privado no processo de interiorização do indivíduo. Para os indivíduos, produtos da revolução burguesa, o lar passou a ser um refúgio diferenciado, em contraste com o local de trabalho. No lar, junto à família, poderiam esperar apoio emocional, buscando um meio de escapar à disciplina da fábrica. Contudo, essa família seria também disciplinarizada através da sexualidade. Surgem pressões para que a família limite seu tamanho com métodos modernos de contracepção. Essa mudança marca uma profunda transição na vida pessoal e, sobretudo, no casamento. A sexualidade passa, gradativamente, a diferenciar-se das exigências de reprodução e tornar-se “propriedade” do indivíduo.

Foucault buscou evidenciar o caráter histórico das transformações da subjetividade, desconstruindo a idéia de universalidade de sujeito moderno. Considera-se que a constituição da noção de sujeito moderno deve ser analisada tendo em vista as relações entre subjetividade, sexualidade e verdade. Para o autor, a problemática da sexualidade na modernidade reside na crença de que o sujeito deve buscar, no seu íntimo, a verdade do seu ser libidinal.

Dentro desse contexto, o casamento passa a representar, cada vez mais, uma relação central de forte significação na vida dos sujeitos, considerando o alto grau de proximidade, intimidade e o intenso envolvimento afetivo favorecido pela nuclearização da família. O casamento passa a ser considerado uma escolha individual, responsável, autônoma, baseado em laços de afeto e de afinidade. Contudo, até atingirmos essa configuração do casamento moderno, um longo caminho foi percorrido.

A moral judaico-cristã teve importante influência nesse processo de reificação

da família e do laço conjugal. Na Idade Média, a Igreja ocupava-se somente da consagração da união de reis. O casamento era um contrato público e leigo. E, quando a Igreja absorveu o casamento como sacramento religioso, inicialmente, considerou-o como concessão à fraqueza da carne.

Flandrin (1982), estudando a sexualidade dos casados na antigüidade, observa que a moral cristã apresentava desconfiança em relação aos prazeres carnavais, que aprisionavam o espírito ao corpo, distanciando o sujeito e criando obstáculos em relação à adoração a Deus. O casamento era uma concessão que só podia ser legitimada tendo em vista sua característica procriativa. O casal não se aproximava espontaneamente, a busca da atividade sexual era masculina e havia grande controle dessa atividade que era vetada nos dias de festa, nos dias santos, nos períodos de gravidez, de impureza (menstruação), etc. O amor conjugal era visto como obstáculo ao amor divino.

Considerava-se o casamento como um negócio de família, que possuía regras que visavam à manutenção de sua estabilidade. O casamento fundamentado nos laços amorosos é um advento da sociedade ocidental moderna e, em certa medida, constitui um risco para a estabilidade das estruturas sociais. O casamento valorizava o pudor e a reserva, caracterizando-se por certo formalismo e automatismo no ato sexual. Havia a figura jurídica do débito conjugal, caracterizado pela obrigação de correspondência sexual entre os cônjuges, que tinha a finalidade de apagar o desejo o mais rápido possível para evitar seu prolongamento, sua perduração e sua estimulação.

Somente a partir do século XVIII tornou-se desejável que o amor se desenvolvesse após o casamento. Aos poucos, o erotismo passou a fazer parte da

união conjugal. Contudo, retoma-se a questão de que o amor-paixão tem início ardente, floresce, mas extingue-se rapidamente, constituindo, portanto, um risco para a estabilidade do vínculo conjugal. A durabilidade, a permanência, não é considerada um atributo da modernidade. Sobre esse aspecto, Ariès faz a seguinte colocação:

“Hoje, pouco importam a origem e a natureza do vínculo, o que conta é a sua duração. No limite, e sem que se antecipe, nem se diga, um verdadeiro casamento - pouco diferente de uma união livre que resiste- não é criado por um ato de cartório ou na igreja, nem por uma opção prévia, frágil, e sim pelo fato de sua duração. O verdadeiro casamento é uma união que dura com uma duração viva, fecunda, que desafia a morte. Vingança subterrânea do dinamismo da continuidade numa civilização que privilegia o instante e a ruptura.”(Ariès, 1982, p. 162)

A exigência de uma duração fecunda é acrescentada aos ideais de monogamia e indissolubilidade. Aos poucos, desenvolve-se uma valorização excessiva da riqueza afetiva do vínculo conjugal, com exigências de exclusividade, de permanência e de indissolubilidade. Com isso, é atribuída aos parceiros a obrigação de preencher necessidades afetivas e sexuais que anteriormente não eram concentradas somente na relação conjugal. A intimidade conjugal passa a apresentar-se como uma fonte preciosa de satisfação individual, gerando uma sobrecarga de expectativas entre os sujeitos.

O caráter público ou privado do casamento, conforme discutimos anteriormente, também fora determinado de acordo com interesses da sociedade, oscilando a prevalência de um estado ou de outro. A Igreja se concentrou na passagem

do caráter privado ao público em relação à cerimônia de casamento. Isso ocorreu a partir do século XII, quando lhe foi concedido o estatuto de sacramento. Inicialmente os rituais passaram a ocorrer na frente da igreja e, somente no século XVII, entraram na igreja. A celebração acarretou a publicidade do evento e seu registro por escrito. Mais adiante, o Estado assumiu essas obrigações (Ariès, 1982).

Nos tempos atuais, está ocorrendo uma inclinação para o recuo do casamento do domínio público para o domínio privado. O casamento é considerado um assunto pessoal e não da sociedade. Contudo, existem diferenças entre o casamento privado em que a comunidade participava, na Antigüidade, e a privacidade da união livre dos tempos atuais (Béjin, 1982).

Nesse retorno do casamento ao domínio privado, torna-se questão a reestruturação da noção de conjugalidade, presentemente baseada na escolha individual do parceiro, privilegiando a satisfação sexual, o prazer e o amor.

Costa (1979) analisa a relevância do amor sexual no casamento como estratégia da disciplinarização e higienização das relações familiares. O autor estuda esse processo no Brasil, que sofre influência dos valores da sociedade européia, através de sua colonização.

Somente no século XIX, quando o casamento passa a incorporar o amor conjugal como atributo valorizado para a relação familiar saudável, a escolha conjugal passou a ser uma questão central para a higiene. Levantam-se critérios para a seleção do cônjuge saudável e a hereditariedade, o corpo, a vida sexual e a moral se sobressaíram diante da linhagem e da nobreza do nome. O prêmio disciplinar em recompensa às renúncias feitas à higienização era o prazer sexual e a afetividade

oferecida pela união conjugal. Assim ocorreu a utilização higiênica do amor no casamento. Nesse período, o amor romântico estava em ascensão na Europa.

O enaltecimento do amor visava estimular a responsabilidade dos cônjuges na manutenção do casamento, o que significava a manutenção também da família de maneira geral. A idéia central era obter o máximo de prazer da família através do amor. O cuidado com os filhos era assim estimulado, evitando-se que custos financeiros maiores recaíssem sobre a administração pública. A família amorosa assumia funções higiênicas, resguardando o Estado.

Ressaltam-se duas estratégias de utilização do amor. A primeira delas consiste na separação e singularização dos sexos na situação pré-conjugal. A segunda busca solucionar os conflitos gerados pela primeira, harmonizando-os no casamento produtivo.

A estratégia singularizante baseia-se na comparação entre homem e mulher, demarcando características sócio-sentimentais da personalidade de cada um. A mulher era percebida como mais sentimental, frágil, delicada e com certa debilidade na sua constituição moral. O homem era considerado vigoroso, forte, tanto no plano físico quanto no moral. O homem possuía o atributo do raciocínio, pensamento, e a mulher o domínio do plano sentimental. A partir daí, reforçava-se a complementaridade da união conjugal.

Mas essa estratégia gerava incongruências que precisavam ser conciliadas. Apesar da atração sexual entre opostos e da complementaridade das almas, poderia surgir uma intolerância às diferenças polarizadas. Nesse sentido, a transformação do homem no pai e da mulher na mãe harmonizaria o par. Essa foi a segunda estratégia.

A vida conjugal fértil buscava um ideal superior para superar as divergências.

O processo de transformação pelo qual passaram as relações conjugais nos últimos séculos, a singularização progressiva da escolha do parceiro e a exclusividade da relação levaram à exaltação do espaço íntimo no casamento e ao incremento das expectativas de preenchimento e complementaridade mútua conjugal.

3. O sentimento de intimidade e a complementaridade conjugal: o parceiro como instrumento de legitimação do “eu”

Simmel (1950), em sua análise do casamento moderno, ressalta que é esperado dos parceiros que se desejem mutuamente, por inteiro, e que sintam a ânsia de penetrar na intimidade do outro completamente. Essa absorção e entrega sem reservas traz sérias conseqüências para a sustentação da relação. Os parceiros deparam-se com a obrigatoriedade de apresentar-se como reservatórios inesgotáveis de conteúdos psicológicos latentes. Contudo, essa invasão e entrega pode produzir um esvaziamento em resposta a uma demanda constante. O autor descreve uma relação simbiótica que oscila entre a plenitude e o esvaziamento. Há um incremento de expectativas em relação ao outro, com extrema idealização e exigência em relação a si mesmo, gerando tensões fortes na relação conjugal. Por outro lado, o mundo moderno exige respeito à individualidade do outro e espaço para o segredo, considerando a ideologia individualista vigente.

No casamento antigo, os limites de penetração na intimidade do outro eram nítidos e dados pela própria realidade social. Esse novo estado de coisas propicia a

fusão e a indiscriminação na relação conjugal. A penetração no interior do outro pode produzir, em contrapartida, um empobrecimento do ego, uma sensação de esvaziamento. Simmel (1950) considera que a comunhão de todos os conteúdos da vida é uma característica do casamento individualista moderno. Contudo, a ideologia individualista também valoriza o direito à privacidade e ao segredo.

Figueira (1981) considera que a questão dos limites de entrega e revelação pessoal na conjugalidade configura uma situação paradoxal, na medida em que a tendência à fusão na relação conjugal gera uma ambivalência entre as condições de cônjuge e indivíduo. Quanto mais os sujeitos se revelam, mais se percebem reafirmando a conjugalidade. Nesse sentido, porém, ameaçam as fronteiras de suas individualidades.

O autor ressalta que uma das estratégias para compensar a fusão e a indiscriminação na relação conjugal é a individualização em outros aspectos da vida do sujeito. Isso ocorre, freqüentemente, na área profissional. O tipo de carreira escolhida, as perspectivas de desenvolvimento profissional e as gratificações recebidas operam uma recomposição da imagem narcísica do sujeito.

De acordo com a conceituação de Berger e Luckman (1966), considerando que o sujeito se constitui a partir da interiorização de uma realidade socialmente construída, ressaltamos o papel da relação conjugal como parte integrante do processo de socialização secundária, como vivência que validará ou desqualificará as anteriores.

Russo e Santos (1981) ressaltaram que o aumento da proximidade, em termos de freqüência e intensidade de contatos face a face, favorecida pela convivência

doméstica, contribui para que a relação conjugal ocupe um papel privilegiado entre as relações significativas dos sujeitos. A família nuclear moderna tende a afastar-se das famílias de origem e as relações de amizade e de vizinhança, nos grandes centros urbanos, tendem a tornar-se cada vez mais relações parciais. Dessa maneira, as funções de confirmação e manutenção da identidade do sujeito são progressivamente assumidas pelos parceiros-cônjuges.

Giddens(1993), analisando as transformações da intimidade, enfatiza a função da relação amorosa na busca de identidade do sujeito na modernidade. O amor romântico, desde suas origens, suscita a questão da intimidade. Considera-se que a intimidade é incompatível com a luxúria, não somente porque o ser amado é idealizado, mas porque presume-se uma comunicação psíquica, um encontro de almas que tem o caráter reparador. O parceiro preenche um vazio que até o indivíduo desconhece antes do início da relação amorosa. Esse vazio relaciona-se com a auto-identidade e o indivíduo fragmentado percebe-se inteiro através da relação. A busca do parceiro ideal é a busca da auto-identidade, que é validada na descoberta do outro.

O amor romântico estimula a idealização do parceiro e expectativas de desenvolvimento da relação. Presume-se um auto-questionamento constante entre os sujeitos do par amoroso. Os parceiros se perguntam sobre como cada um se sente em relação ao outro, como o outro se sente a seu respeito e se os sentimentos são suficientemente profundos para suportar um envolvimento prolongado.

“Diferente do *amour passion*, que extirpa de modo irregular, o amor romântico desliga o indivíduo de situações sociais mais amplas de uma maneira diferente. Proporciona uma trajetória de vida prolongada, orientada para um futuro

previsto, mas maleável; e cria uma “história compartilhada” que ajuda a separar o relacionamento conjugal de outros aspectos da organização familiar, conferindo-lhe uma prioridade especial.”(Giddens, 1993, p.56)

Ressalta-se, ainda, o conflito existente entre esse amor romântico e o que o autor denominou amor confluyente. Dentro de sua concepção, o amor romântico depende da identificação projetiva como processo pelo qual os parceiros potenciais se atraem. A projeção gera a sensação de totalidade com o parceiro, intensificada pelas diferenças entre a masculinidade e a feminilidade, definidas por antítese.

As diferenças entre masculinidade e feminilidade foram conciliadas no modelo de relação complementar. A invenção da maternidade - fenômeno analisado por Badinter (1985) - e a conseqüente idealização da figura feminina associada à maternidade, também serviu para alimentar valores do amor romântico. A imagem de mulher-esposa-mãe realçou o modelo de feminilidade associado ao sentimentalismo e o modelo de masculinidade associado à atividade.

A esfera do amor romântico associava-se à subordinação da mulher ao lar e ao seu relativo isolamento do mundo exterior, confinando-a ao domínio privado, *locus* da intimidade. Os homens foram considerados retardatários nesse processo de desenvolvimento do domínio da intimidade. Como alternativa, eles buscaram a confirmação da auto-identidade no mundo do trabalho (Giddens, 1993).

Mas, por outro lado, a identificação se opõe ao desenvolvimento de um relacionamento cuja continuidade depende da intimidade. A confluência, abertura de um em relação ao outro, é ativa e contingente, entrando em choque com os ideais de “único” e “para sempre”. A colocação clara de limites pessoais, que estabelecem o

que pertence a quem, em termos psicológicos, visa neutralizar os efeitos da identificação projetiva. Giddens considera que esses limites são fundamentais para o amor confluyente e para a manutenção da intimidade.

“Paradoxalmente, a abertura para o outro exige limites pessoais, pois é um fenômeno comunicativo; exige também sensibilidade e tato, pois não é o mesmo que viver sem pensamentos particulares. O equilíbrio da abertura, da vulnerabilidade e da confiança, desenvolvido em um relacionamento, determina se os limites pessoais transformam-se ou não em divergências que, em vez de estimular, obstruem a comunicação.”(Giddens, 1993, p. 106)

O casamento na modernidade é marcado por esses conflitos entre a fecundidade da intimidade da relação e os problemas que a entrega pessoal pode trazer para a manutenção da privacidade tão almejada. Lash (1979) e Badinter (1986) ressaltam a hipertrofia do ego na sociedade moderna como obstáculo à vida a dois. O “outro” é desejado se enriquece o nosso ser e rechaçado se exige sacrifícios ou invade nossa privacidade. O culto ao ego é enaltecido na era do narcisismo, onde os requisitos são auto-conhecimento e auto-estima.

Considerando o projeto auto-reflexivo do “eu” na modernidade, a valorização da busca da auto-identidade associada à esfera das relações íntimas, na conjugalidade, tende-se a atribuir ao parceiro a função de confirmação e manutenção da identidade do outro, transformando-o em instrumento de legitimação do “eu”.

Costa (1998), ao discutir o deslocamento do amor para o imaginário do ideal de felicidade pessoal e suas conseqüências para a transformação da subjetividade, ressalta que o indivíduo contemporâneo perdeu seus suportes tradicionais de doação

de identidade. A insegurança constitutiva da subjetividade moderna busca na relação amorosa certa tranquilidade e garantia de identidade. Assim como o autor, recorremos ao texto de Solomon (1994) para ilustrar essa discussão.

“Amo, logo existo pode ser algo pouco imaginativo, mas não está longe da verdade. É no amor que encontramos e fazemos nosso lugar no mundo, pelo processo de formação de identidade (...) pela concentração de todas as nossas energias e atenção num só indivíduo que é ao mesmo tempo outro e uma parte muito importante de nós mesmos. (...) o que chamamos de amor é uma criação mútua de auto-identidade. Sexo, solidão, intimidade e privacidade desempenham um papel essencial no amor, em parte porque é quando estamos sozinhos e nus que o eu pode apreciar especialmente sua incompletude e a importância da identidade partilhada.” (Solomon, 1994,p.203)

Em pesquisa anterior (Magalhães, 1993) discutimos as influências da cultura individualista sobre o casamento, considerando as transformações históricas que deram forma à conjugalidade contemporânea. No presente estudo, enfocamos o processo de transformação das subjetividades dos parceiros, influenciado por esse contorno histórico-cultural, privilegiando a psicodinâmica conjugal subjacente. Consideramos que, embora a presente investigação tenha se concentrado na dinâmica psíquica de estruturação da conjugalidade, sob o ponto de vista do enfoque psicanalítico das relações familiares e conjugais, vale ressaltar a importância de uma compreensão mais ampla, que inclua os aspectos transsubjetivos que atravessam a conjugalidade.

O retraimento dos sujeitos para a vida privada e a idealização do sentimento amoroso, considerado requisito para a felicidade conjugal, condicionaram a

conjugalidade moderna, realçando sua importância no processo de transformação da subjetividade.

II. TRAMA IDENTIFICATÓRIA E O PAPEL DOS IDEAIS NA CONJUGALIDADE

“A experiência amorosa e a experiência artística, como dois aspectos solidários do processo identificatório, são as únicas maneiras de preservar nosso espaço psíquico enquanto “sistema vivo”, isto é, aberto ao outro, capaz de adaptação e de mudança.”(Kristeva, 1994, p. 55)

Considerando a investigação das influências da conjugalidade sobre a subjetividade dos parceiros o objetivo central de nosso estudo e apoiados na idéia de que a identidade conjugal constitui-se a partir de um processo identificatório compartilhado, ressaltamos a centralidade do conceito de identificação no desenvolvimento de nossa pesquisa.

O jogo identificatório, ativado permanentemente na relação conjugal, fornece o enquadre propício para gerar elaborações e reestruturações nas subjetividades envolvidas. De acordo com a leitura psicanalítica das relações amorosas, nos autores pesquisados, forma-se um consenso em torno da idéia de que a conjugalidade, desde sua fundação, o momento da escolha amorosa, estrutura-se sobre o processo identificatório, que reatualiza vivências pré-edípicas e edípicas. Esse processo identificatório não se limita a uma reprodução da cena edípica, no sentido de uma imitação estéril. Ao contrário, o enquadre conjugal apresenta-se como terreno fértil, pleno de possibilidades de novas configurações subjetivas.

Em nosso estudo, consideramos a trama estruturante que se produz no jogo

identificatório mobilizado na relação amorosa e o papel de sustentação dos ideais de cada parceiro nesse processo. Pensamos que, na conjugalidade, o ideal do ego e o ego dos parceiros articulam-se de tal forma, na trama identificatória, que são propiciadas reestruturações subjetivas em cada um dos cônjuges. É a objetivação da relação entre ego e ideal do ego, encenada pelos parceiros, que apresenta valor estruturante, devido ao alto grau de investimento libidinal colocado em ação.

A compreensão do papel dos ideais, na trama identificatória, torna-se fundamental em nossa investigação devido à representação metafórica que encarna, a luta entre o narcisismo primário e a necessidade humana de diferenciar-se e emergir como sujeito. Esse movimento desenvolve-se durante toda a vida, buscando preencher o intervalo existente entre o ego e o ideal do ego. A busca do preenchimento desse intervalo constitui o movimento de tornar-se sujeito. E é a participação da conjugalidade nesse processo que buscamos analisar em nossa pesquisa.

1. Sobre o conceito de identificação

O conceito de identificação refere-se a um processo psicológico no qual ocorrem assimilações de atributos do outro, gerando transformações totais ou parciais no sujeito que toma como modelo esse outro. Esse processo está na base da constituição e da diferenciação da personalidade, que se dá por meio de uma série de identificações (Laplanche, 1967).

A partir da concepção de constituição e diferenciação contínua e permanente da subjetividade e sua intrínseca relação com a série de identificações suscitadas no

decorrer da vida, ressaltamos o papel central do enquadre conjugal na série identificatória.

O processo identificatório ocupa uma posição central na abordagem psicanalítica não somente pelo fato de a identificação operar na constituição da subjetividade, ressaltando os efeitos estruturais do complexo edipiano, mas também por abrir diversas possibilidades para explorações teóricas e desdobramentos que abrangem desde a concepção das instâncias psíquicas até o papel das relações de forma mais ampla (relações familiares, amorosas, de grupo e a própria relação transferencial e seus desdobramentos identificatórios).

Em “Estudos sobre a histeria” (1895), Freud refere-se à identificação como uma apropriação relacionada a um elemento comum que permanece no Inconsciente sob a forma de uma fantasia, podendo ocorrer a coexistência de várias identificações. Nessa fase da teorização, o conceito de identificação assemelhava-se à idéia de imitação, embora não fosse equivalente à mesma.

A partir de estudos como “Totem e Tabu”(1912), “Luto e Melancolia”(1915) e “Sobre o Narcisismo”(1914), ressalta-se a noção de incorporação vinculada à identificação, remontando à modalidade oral de relação objetal, na qual o sujeito identifica-se regressivamente com o objeto perdido. Mais adiante, na reformulação teórica realizada na segunda tópica freudiana, em “O Ego e o Id”(1923), ressalta-se a idéia de que é o processo de identificação que possibilita a compreensão das instâncias psíquicas como sistemas herdeiros das relações de objeto.

No estudo “Sobre o Narcisismo”(1914), Freud discute a psicodinâmica da escolha amorosa, relacionando-a com o fenômeno identificatório. São apresentadas

duas formas de escolha: narcísica e anaclítica. As duas modalidades de escolha operam de acordo com o modelo dos objetos parentais e com as identificações ocorridas no período edípico, marcadas pela ambivalência presente em todo processo identificatório.

Em “Psicologia das Massas e Análise do Ego”(1921), Freud enuncia três modalidades de identificação. A primeira diz respeito à forma originária do laço afetivo com o objeto; é a identificação primária, canibalesca, pré-edipiana, que coloca em pauta a noção de incorporação, mais tarde tão bem explorada pelos teóricos das relações objetais. A segunda refere-se à identificação como substituto regressivo da escolha de objeto abandonada. A terceira modalidade caracteriza-se por um elemento comum tomado do outro. Esse elemento, mediante a operação de deslocamento, aparecerá em outro ponto, sem que haja investimento sexual direto. Essas três modalidades podem figurar de forma mesclada no jogo identificatório da conjugalidade, resultando ora num processo enriquecedor das subjetividades em pauta, ora empobrecedor, ou até patológico, nos casos em que o objeto é colocado no lugar do ego do sujeito.

A modalidade de identificação associada à incorporação, propriedade da fase oral da organização libidinal, foi desenvolvida e analisada mais detalhadamente por Melanie Klein. A autora realça o papel do processo identificatório na estruturação da subjetividade.

O protótipo da identificação é a incorporação do objeto sexual. A estruturação da subjetividade é um processo contínuo e permanente, mas não há como detectar uma representação do incorporado primitivo que originou o primeiro desejo. Observamos

que a escolha de objeto encarna esse incorporado primitivo e o reencena em vários tempos e segundo diferentes modalidades - as modalidades básicas são as escolhas narcísica e anaclítica. Na conjugalidade evidencia-se a revivescência do que originou o primeiro desejo, viabilizando a continuidade do processo elaborativo do material que fora recalçado.

Florence (1994) analisa os diferentes tipos de identificação, propostos na obra freudiana, tecendo algumas considerações elucidativas para a nossa discussão. Considera-se que a identificação narcísica é a mais primitiva e importante, na medida em que produz a constituição do eu em suas clivagens. A identificação melancólica produz um retorno aos aspectos mais arcaicos da ambivalência, clivando o eu em uma parte sádica, que se identifica com o objeto, e uma parte perseguida pela fantasia do objeto. A identificação melancólica é considerada uma forma fracassada do que o autor chamou identificação totêmica ou simbólica. Esse tipo de identificação pressupõe uma escolha objetal de tipo narcísica na inauguração da relação. A identificação histérica segue a lógica da identificação onírica, expressa o desejo sexual recalçado, representado de forma regressiva através das cenas do sonho e do sintoma.

De acordo com o autor, é a identificação totêmica ou simbólica que instaura verdadeiramente uma diferenciação no eu, mediante o superposicionamento entre o eu e o ideal do eu. Isso ocorre como resultante do trabalho de luto do objeto amado-odiado que foi incorporado. Nesse processo, o eu se torna herdeiro dos objetos que foram abandonados por imposição da realidade enquanto objetos sexuais. Essa é a resultante do trabalho que é imposto ao sujeito no processo de vir a ser.

O totemismo opera, através da identificação, em vários aspectos. O recalque

do incesto e do canibalismo é uma das condições para que o sujeito adquira uma identidade e seja incluído no sistema de trocas. A partir daí, a identificação com o totem (possuir um nome) garante a individualização e a socialização. O totem é o representante do pai morto, que se instalou retroativamente como autor da lei e como ideal.

Podemos traçar um paralelo entre o fenômeno totêmico e a conjugalidade, considerando que ambos estruturam-se mediante a identificação. Ressaltamos que a conjugalidade, enquanto vínculo emocional estável que busca conciliar a corrente sensual e os impulsos desviados da finalidade sexual propriamente dita, estrutura-se sob a lei do pai, sob os efeitos do recalçamento, e opera na aquisição da identidade. A conjugalidade insere o sujeito num sistema de trocas e numa genealogia. Através do nome, o sujeito se prontifica a constituir e a ser constituído pela família. O processo identificatório que ocorre na conjugalidade, dessa forma, também constitui-se como um dos acessos à individualização e à socialização.

Florence considera a identificação totêmica ou simbólica uma operação resolutiva, na medida em que opera o luto do objeto edipiano, com a renúncia a uma relação pulsional ambivalente. Ressalta-se, ainda, que é o ideal (traço paterno) que substitui o objeto da ambivalência, viabilizando a identificação dos sujeitos entre si.

Consideramos que, na conjugalidade, os ideais operam também nesse sentido, fortalecendo o vínculo emocional conjugal, projetando os sujeitos numa perspectiva diacrônica e favorecendo a elaboração da relação ambivalente. Esse processo provoca a mutação subjetiva, através do movimento de ilusão-desilusão-recriação.

Florence (1994) ressalta a multiplicidade evocada no processo identificatório.

O autor utiliza sempre o plural - identificações - enfatizando uma referência ao conjunto de relações entre personagens que é mobilizado nesse fenômeno. Esse conjunto identificatório remete ao romance edipiano. A identificação refere-se sempre a um romance, onde tomam parte desejos contraditórios, ambivalentes, bissexuais, ativos e passivos. As identificações fundamentam-se em processos primários, inconscientes e utilizam-se de personagens, "pessoas". Esses personagens encenam a representação pulsional.

A partir dessa compreensão, ampliamos nosso espectro, nosso olhar sobre o jogo identificatório constituinte da conjugalidade. Consideramos que os parceiros representam personagens múltiplos da cena inconsciente e se servem um do outro, num "faz de conta" fortemente ancorado na realidade, em projetos compartilhados e conscientes.

2. O objeto amoroso no processo de transformação do "eu"

"Identificação e escolha objetal são, em grande parte, independentes uma da outra; no entanto, é possível identificar-se com alguém que, por exemplo, foi tomado como objeto sexual, e modificar o ego segundo esse modelo."(Freud, 1933, p.82)

Freud (1921) enfatizou o valor da identificação no processo formador do eu e de suas instâncias, assim como na constituição dos vínculos humanos privados e públicos. Estabeleceu-se uma relação entre os neuróticos, os homens em grupo e os apaixonados, na medida em que apresentam laços afetivos intensos, embora, em

alguns casos, assexualizados. Considera-se que ocorre um desvio do objetivo sexual propriamente dito para garantir a durabilidade dos laços. Devem coexistir investimento erótico e outros processos de ligação afetiva. As identificações permeiam esse processo e a constituição do ideal do eu garante sua eficácia simbólica e transmutativa.

As primeiras identificações formam o núcleo do eu, a partir do qual são atraídas as identificações posteriores. A identificação surge a partir do investimento objetal, mantendo inconsciente a relação abandonada. O eu se transforma segundo o modelo do objeto abandonado e se oferece ao isso como substitutivo. A partir daí ocorre uma dessexualização que conduz à sublimação. A identificação, enquanto método de sublimação, abre caminho para o narcisismo secundário e, assim, o eu se constitui por incorporações sucessivas (Freud, 1923).

“Acontece regularmente, entretanto, que a identificação venha acompanhar uma escolha de objeto atual: que no próprio amor (e Freud especifica que trata-se do modo feminino de amar), o narcisismo funcione paralelamente à libido objetal, contribuindo para reforçar os elos em todos os planos, garantindo os vínculos da ternura, da amizade, da solidariedade, da sociabilidade.”(Florence, 1994, p. 139)

Florence acentua a participação da escolha de objeto atual nesse percurso. Ressalta-se que o que permeia e sustenta esses laços de amor e de identificação é o ideal do eu, que se constitui, inicialmente, como resultante da identificação primordial com o pai da “pré-história pessoal”, uma identificação que remonta ao casal parental, anterior ao reconhecimento da diferença sexual. A identificação edípica segue-se a esse fenômeno da “pré-história pessoal”, inserindo o sujeito na historicidade. A partir

daí, o sujeito prossegue num percurso de infindáveis identificações, marcadas pela dupla exigência: da interdição e do ideal a atingir.

Avançando no estudo sobre o conceito de identificação, desembocaremos numa discussão sobre a idealização e sua função no jogo identificatório, principalmente no que diz respeito ao processo identificatório que ocorre na relação amorosa.

Freud (1921), discutindo o fenômeno amoroso, ressalta o papel da supervalorização sexual do objeto amado e sua independência em relação à crítica. O amor sensual pode ser definido como uma catexia de objeto, por parte das pulsões sexuais, que visa satisfação sexual direta. Nas relações mais duradouras, como ocorre na conjugalidade, a manutenção do investimento amoroso se dá graças a um eficaz recalçamento das pulsões sexuais e graças à idealização, que produz a ilusão de que o objeto é amado por seus méritos espirituais. Freud recorre ao conceito de ideal de ego para elucidar a forma como o objeto amoroso é tratado - da mesma maneira que o próprio ego do sujeito apaixonado. Nesse processo, grande parte da libido narcisista é transferida para o objeto.

“Em muitas formas de escolha amorosa, é fato evidente que o objeto serve de sucedâneo para algum inatingido ideal do ego de nós mesmos. Nós o amamos por causa das perfeições que nos esforçamos por conseguir para nosso próprio ego e que agora gostaríamos de adquirir, dessa maneira indireta como meio de satisfazer nosso narcisismo” (Freud, 1921, p. 143).

Freud segue fazendo uma distinção entre a identificação e um estado

exacerbado do estar amando, que se iguala às situações patológicas conjugais com as quais, freqüentemente, nos deparamos na prática clínica. No caso da identificação normal, o ego fica enriquecido com as propriedades do objeto que introjetou. No caso patológico, o ego fica empobrecido e opera uma substituição de seu constituinte mais importante pelo próprio objeto. Ocorre uma hipercatexia do objeto e esse é colocado no lugar do ego ou do ideal do ego. Ao invés do objeto servir de modelo, ele transforma-se num substituto, uma espécie de tampão.

A identificação bem sucedida, na qual o objeto é tomado como modelo pelo ideal do ego, propicia o processo de reestruturação interna. Segundo nosso ponto de vista, essa operação origina uma recriação e não uma imitação estéril. Esse processo identificatório encontra-se na base da constituição da conjugalidade e é responsável pelos efeitos que ela produz sobre os sujeitos-parceiros, em contrapartida.

Em estudos mais recentes sobre o conceito de identificação, discute-se o papel estruturante desse fenômeno, focalizando sua relação com a função paterna e com o simbólico. A identificação é estudada como fenômeno que engloba os diversos estágios de subjetivação, como: identificação narcísica, histórica, projetiva, primária e ideal do eu. Discute-se, principalmente, a função alteritária presente na identificação. Distancia-se, progressivamente, da idéia de “imitação” ou “idêntico/igual”, ressaltando-se que o sujeito identifica-se com a falta do outro e não com um atributo real. Sendo assim, a identificação refere-se a uma fissura e não a uma unificação do sujeito, conotando a diferença e não a semelhança/igualdade (Mannoni, 1994).

Kristeva (1994), ao discutir o conceito de identificação, sua importância para a compreensão do processo de estruturação do sujeito e para o desenvolvimento da

teorização sobre a técnica analítica, enuncia a seguinte definição:

“Entendemos então por identificação o movimento pelo qual o sujeito advém à medida que constitui uma unidade com um outro, idêntico a ele. Não digo que se modele como o outro, o que seria próprio da incerteza plástica da comparação. Ao contrário: transferido ao outro, na identificação, “eu” forma um com “ele” por toda a gama do simbólico, do imaginário e do real. Freud evoca a intensidade de uma *Einfühlung*, de uma empatia própria a certos estados amorosos ou hipnóticos, e mesmo místicos”. (Kristeva, J., 1994, p. 49)

Tomando a identificação como movimento constitutivo da subjetividade, a autora ressalta a qualidade instável e imprecisa desse processo, assim como o papel do corte e da renúncia a outras identificações. Nesse sentido, a função da interpretação analítica é favorecer a discriminação, colocando as identificações em série, desimbrincando-as, na busca de uma identidade reconquistada. O próprio sintoma pode ser compreendido como uma identificação rígida, com perda da mobilidade que caracteriza a saúde mental.

“O sintoma pode ser uma identificação que se fez carne, em vez de submeter-se à exigência de identidade que a frustração e a palavra ditam. Tal identificação é uma recusa de identidade: ela opta pelo gozo e denega o corte, a distinção”. (Kristeva, J., 1994, p. 48).

Dentro dessa perspectiva, a identificação pode funcionar como motor subjacente da interpretação. Kristeva assinala que, na relação transferencial e contratransferencial, ocorre um tipo de identificação que reproduz a dinâmica de

identificações cruzadas vividas e revividas pelo paciente. É esse conglomerado identificatório que deve ser analisado e nomeado, produzindo uma dissociação das cadeias lógicas e da condensação de traços de afetos contraditórios. O analista se oferece como participante nesse processo identificatório, numa relação empática. A autora ressalta que a transferência provoca tanto o verbo quanto o afeto do analista. Tal fato evidencia-se, principalmente, nos pacientes que apresentam estrutura do tipo narcísica, *borderline* ou psicossomática.

A identificação, entendida como fenômeno estruturante e permanente, inaugura e permeia toda a vida do sujeito, sendo mais ou menos evidenciada num ou noutro aspecto, lugar ou enquadre. Contudo, é no estado amoroso que encontramos o terreno mais apropriado para analisar a intensidade e a radicalidade do processo identificatório em todas as suas nuances. É nesse enquadre que o jogo identificatório se potencializa devido, principalmente, ao investimento pulsional e à reciprocidade que fomentam a produção de significações.

O estudo da conjugalidade em sua intrincada faceta identificatória representa, para nós, uma oportunidade para compreender esse movimento ao mesmo tempo criativo, fluido, aprisionante, ambivalente. Afinal, assim como a conjugalidade pode se fazer promotora desse movimento dinâmico, ela aprisiona pela qualidade estável e pela permanência do objeto amoroso. “Amar, mesmo nos intervalos desapaixonados”, implica uma dupla exigência, uma conciliação entre impulsos amorosos e hostis, entre realidade e fantasia, ilusão e desilusão. E essa conciliação se operacionaliza mediante a identificação mútua dos parceiros.

3. Alguns desdobramentos do conceito de ideal do ego

A conceituação de ideal do ego na teoria psicanalítica sofre uma série de vicissitudes. Na obra freudiana, o conceito de ideal do ego aparece, muitas vezes, indiscriminado dos conceitos de ego ideal e superego. Observamos que essa indiscriminação teórica relaciona-se com a evolução do conceito na abordagem psicanalítica, com sua função no desenvolvimento do psiquismo e com a articulação das instâncias psíquicas.

O ego ideal está relacionado ao ideal narcísico de onipotência construído de acordo com o modelo do narcisismo infantil. Constitui-se anteriormente ao superego e permanece ligado a ele sob a forma de uma aspiração de retorno narcísico, indiferenciado. Na abordagem lacaniana, esse conceito é retomado e relacionado ao registro do imaginário, tendo origem na fase do espelho (Laplanche, 1967).

O ideal do ego é a instância resultante da convergência do narcisismo (idealização do ego) e das diversas identificações processadas no decorrer da vida do sujeito, inicialmente com seus pais e, posteriormente, com seus substitutos e com os ideais coletivos. A partir daí, constitui-se o modelo pelo qual o sujeito procura conformar-se.

No texto freudiano, o conceito de ideal do ego aparece, inicialmente, como resultado do deslocamento da libido narcísica, como substituto do narcisismo perdido na infância, quando o bebê era seu próprio ideal. Considera-se o ideal do ego como representante de um período quando não havia conflito ou tensão entre as pulsões do ego e as pulsões sexuais, ou seja, quando o desamparo e a dependência eram

desconhecidos. Esse período mítico pertence ao domínio da ilusão.

No estudo "Sobre o narcisismo"(1914), o ideal do ego é também definido como uma formação intrapsíquica autônoma, que serve de referência ao ego para apreciação de suas realizações, representando ao mesmo tempo uma tentativa defensiva de recuperar o narcisismo original e um modelo de referência a ser alcançado. Essa conceituação inicial relaciona-se principalmente com a definição de ego ideal, onde o aspecto narcísico é ressaltado. Contudo, nesse trabalho, já aparece alguma distinção entre ideal do ego e ego ideal. Quando Freud apresenta os dois modelos de escolha de objeto, o autor resalta que, embora o aspecto narcísico esteja sempre presente na escolha amorosa, na escolha narcísica, o sujeito toma o ego ideal como modelo e, na escolha anaclítica, é o ideal do ego que serve de suporte.

Alvarenga (1996) discute o laço conjugal e suas modalidades progressiva e regressiva de acordo com sua articulação através do registro do ego ideal ou do ideal do ego dos parceiros. No movimento progressivo, o casal busca satisfação de acordo com o ideal do ego, no processo sublimatório, fora do sujeito. No movimento regressivo, o casal toma o modelo de completude narcísica, onde o sujeito é seu próprio ideal, de acordo com o ego ideal. Na dinâmica conjugal, o parceiro tanto pode vir a servir ao narcisismo quanto limitá-lo, na dialética constitutiva da subjetividade.

Em "Psicologia das massas e análise do ego"(1921), Freud coloca a função do ideal do ego em primeiro plano, mais claramente diferenciada do ego. No capítulo sobre identificação, ele enfatiza suas funções de auto-observação, consciência moral, censura dos sonhos e sua influência sobre o recalçamento. Acrescenta ainda o valor da distância entre o ideal do ego e o ego real. Essa distância é muito variável e relaciona-

se com a capacidade sublimatória do sujeito, com a capacidade de encontrar satisfação através do ideal do ego, que se diferenciou do ego, de acordo com o princípio de realidade. O sujeito deve ultrapassar o limite do narcisismo e ligar a libido aos objetos para não adoecer. O amor surge como uma forma de realizar essa operação.

É, contudo, somente na segunda tópica da teoria freudiana que o ideal do ego aparece realmente articulado com o conceito de superego. Em “O ego e o id”(1923), o ideal do ego é apresentado como instância psíquica que se constitui a partir das identificações com os pais. Essas identificações ocorrem numa etapa precoce, caracterizada pela dinâmica narcísica, e é retomada no período edípico, com a transformação da catexia libidinal. A partir daí, a ênfase na conceituação sobre o ideal do ego recai sobre o papel da lei paterna.

Em “Novas lições de introdução à psicanálise”(1932), o superego surge como uma instância englobante que reúne três funções principais: auto-observação, consciência moral e função de ideal. De acordo com Laplanche (1967), podemos nos referir ao sistema superego-ideal do ego, sublinhando a íntima ligação dos dois aspectos do ideal e da interdição.

4. O valor das relações pré-edípicas na constituição dos ideais: a promessa de retorno à completude

Para desenvolver uma compreensão acerca das influências da conjugalidade na constituição da subjetividade, tomando o processo identificatório e os ideais como aspectos centrais dessa discussão, torna-se necessário focar o período remoto das

relações pré-edípicas e sua relação com os conceitos de narcisismo e ilusão.

Garcia (1993), discutindo a questão do ideal em Freud e sua repercussão na constituição da sexualidade feminina, ressalta que Freud atribuiu pouco valor aos aspectos do ideal do ego ligados à etapa pré-edípica e supervalorizou sua relação com o complexo de castração. Seguindo esse ponto de vista, observamos que a discussão da sexualidade, de modo geral, ficou centralizada no papel desempenhado pelo Édipo e seu componente superegótico, a consciência moral, enfatizando o papel do pai como representante da lei e suporte do social.

A outra direção teórica, apontada por Garcia, privilegia a relação pré-edípica e o componente ideal do ego na constituição da sexualidade feminina. Segundo nosso ponto de vista, o estudo desse período precoce, origem do processo identificatório, e sua relação com a constituição do ideal do ego, pode contribuir para a compreensão da sexualidade em geral e da dinâmica inconsciente da conjugalidade, em especial.

Chasseguet-Smirgel (1975,1986), uma das representantes da escola francesa da teoria das relações objetais, desenvolve essa direção teórica. A autora enfatiza que a noção do estado primitivo de fusão com a mãe, ligado ao desamparo e à imaturidade humana, é fundamental na discussão da formação dos ideais e que o ideal do ego representa esse estado inicial que propiciou a emergência do sujeito e ao qual ele deseja retornar. Dessa forma, ela relaciona os ideais à ordem da ilusão, na medida em que eles representam esse desejo ilusório de fusão.

Dentro dessa perspectiva, o ideal do ego é o herdeiro do narcisismo, o representante do desejo de reinstalar a ordem ilusória, e o superego é uma instância que opera propiciando a formação do ideal. Inicialmente, o ideal do ego resulta da

projeção infantil do narcisismo e da idealização dos pais, que é entendida principalmente como fruto do desamparo, mais do que da crítica dos pais, como postulava Freud. Mais tarde, em sua evolução, o ideal do ego genital incorpora o ideal do ego pré-genital e promove o desenvolvimento do ego, paulatinamente, numa integração sucessiva. Essa integração se processa mediante as identificações que ocorrem nos diversos estágios da vida.

Desde a perda da onipotência infantil, que resulta das inevitáveis falhas maternas no cuidado do bebê, da experiência de desilusão, os ideais representam, simultaneamente e paradoxalmente, o desejo de retorno ilusório e uma defesa contra esse retorno, uma tentativa de substituí-lo simbolicamente. Dentro dessa perspectiva, enfatizamos que a relação amorosa é representativa dessa tentativa substitutiva.

5. Relação amorosa: experiência ilusória e busca de integração

“Parece-me que, no amor - e isto desde os primeiros instantes - desde o momento da escolha, o sujeito e o objeto representam a objetivação da relação entre o Ego (o sujeito) e o Ideal do Ego (o objeto). Dito de outra forma, o sujeito se acha na proximidade de seu ideal encarnado.”(Chasseguet-Smirgel, 1975, p.52)

A perda do estado narcísico inicial propicia o reconhecimento do objeto e a criação dos ideais, gerando o movimento que se perpetua durante toda a vida do sujeito, buscando preencher o intervalo que se instaura entre o ego e seu ideal. Esse movimento constitui a integração egóica e a relação amorosa participa desse esforço

integrador, na medida em que sua manutenção depende do reconhecimento do objeto como discriminado do ego e da criação de ideais compartilhados. Os ideais impulsionam o desenvolvimento psicológico devido à promessa ilusória que incorporam de retorno ao estado de completude.

Freud (1908) ressalta que o sujeito jamais abre mão de um prazer experimentado, buscando sempre um substituto para a satisfação do desejo. Assim, articula-se passado, presente e futuro, interligando-os na rede de desejos que estrutura a fantasia.

Chasseguet-Smirgel (1975) ressalta que os ideais operam na articulação de experiências prazerosas precoces do passado, do tempo mítico da completude fusional, com substitutos possíveis do tempo presente, de acordo com o princípio da realidade, projetando-os num tempo futuro, de acordo com um modelo a ser seguido. Isto ocorre através da fantasia. Os ideais são, então, comparados às criações poéticas, representando um tipo específico de fantasia que se torna pública e configura-se no mundo exterior.

Os ideais estão, dessa forma, relacionados ao domínio da fantasia e da ilusão. O estado ilusório deriva da primeira experiência de satisfação e constitui a origem do desejo de completude. Em Freud, a ilusão pode ser vista como fonte de alienação ou como elemento estruturante.

O conceito de ilusão, tal qual o conceito de ideal de ego, na obra freudiana, relaciona-se inicialmente com a recuperação do narcisismo perdido. Ao longo da evolução do conceito, acentua-se o aspecto defensivo, a ilusão passa a representar uma defesa contra o reconhecimento da inevitabilidade da destrutividade humana. Em

“Além do princípio do prazer”(1920), Freud nos fala da ilusão que constitui a crença na existência de uma pulsão orientada para a perfeição que protegeria o sujeito do reconhecimento do desamparo humano diante da breve condição da vida e da tendência ao retorno ao inorgânico.

Em “Futuro de uma ilusão”(1927), o conceito de ilusão finalmente aparece bastante diferenciado da idéia de erro e resalta-se como derivado dos desejos. Freud diz que podemos chamar de ilusão uma crença na qual o fator realização de desejo constitui sua maior motivação e desprezam-se as relações com a realidade.

Por outro lado, o desenvolvimento da cultura aparece como fonte de uma ilusão. E, relacionado às aquisições culturais, os ideais são considerados guardiões das aquisições passadas, “orgulho pelo que foi alcançado com êxito”.

A ilusão pode ser compreendida, assim, como sendo substrato das crenças e propulsora das realizações humanas e não somente associada aos estados patológicos do psiquismo humano. Articulada aos ideais, a ilusão revela seu caráter estruturante.

Na conjugalidade, observamos o papel estruturante da ilusão e dos ideais a ela relacionados, responsáveis pela manutenção da relação amorosa. Segundo nossa concepção, dentro do processo identificatório, esses são os componentes básicos do caráter estruturante da conjugalidade, que a partir daí produz influências sobre as subjetividades em questão.

Vilhena (1991) busca elucidar o caráter estruturante da ilusão, através da qual o sujeito se constitui como ser desejante, privilegiando sua relação com a solidão. Para a autora, o papel desempenhado pela ilusão está relacionado à capacidade de ficar só e às aspirações fusionais, presentes no grupo familiar e na conjugalidade.

“Constatamos então, com bastante frequência, no que diz respeito à utilização do pronome “eu”, uma impossibilidade quando referido à vida afetiva, e uma facilidade no que diz respeito à vida. A linguagem do “nós” é a forma de comunicação priorizada neste momento, e em alguns casos é, até mesmo, estruturante. Este “nós” serviria, então, para manter a ilusão de garantia do amor incondicional e alienante.”(Vilhena, 1991, p.16)

A autora discute a relação dialética entre os processos de identificação e de individuação tomando como paradigmas uma organização familiar psicótica e o rompimento da conjugalidade. No nosso estudo, buscamos compreender essa dialética mediante a investigação da conjugalidade, analisando o material de entrevistas com casais que vivenciam uma relação estável.

O papel da ilusão na dialética dos processos de identificação e individuação, foi desenvolvido por Winnicott (1971). O autor enfatiza que o sujeito constitui-se dentro do terreno ilusório da relação fusional mãe-bebê, onde a solidão relaciona-se com a presença e não com a ausência. A presença da mãe suficientemente boa permite ao bebê desenvolver a capacidade de ficar só, sentindo-se internamente acompanhado. Assim, ele poderá suportar as desilusões que a realidade impõe, as falhas que apontam para a incompletude.

Na relação amorosa, a reatualização episódica do estado ilusório fusional produz momentos de entranhamento, quando são reativados mecanismos identificatórios mobilizadores de alterações estruturais. Consideramos que essas alterações podem ser constatadas na investigação da conjugalidade.

Vilhena (1991) abordou os efeitos da dissolução da conjugalidade sobre a

identidade do sujeito e a instauração da incapacidade de ficar só, suportar a solidão. Entendemos que a dificuldade de suportar a dissolução da conjugalidade relaciona-se intimamente com o valor estruturante da conjugalidade na subjetividade.

Discutindo a importância dos ideais para o desenvolvimento do ego, ou seja, para a constituição da subjetividade, Chasseguet-Smirgel (1975) nos fala da prematuração e da incompletude humana que impelem o sujeito a se reestruturar permanentemente. O desenvolvimento humano implica integração e elaboração sucessivas nos diversos estágios da vida.

A prematuração humana, segundo a autora, é o que leva o sujeito a erigir o ideal do ego, e a impotência da criança frente ao desejo incestuoso de unir-se à mãe é o que conduz à identificação com o pai. Considera-se, assim, que o desejo de retornar ao seio materno é o desejo humano fundamental. Dentro dessa visão, o Édipo representa uma alternativa que contém a promessa de retorno ao período fusional. E essa passagem ocorre devido ao deslocamento do narcisismo sobre o ideal do ego. O ideal do ego é considerado o articulador entre o narcisismo absoluto e a objetividade. E essa articulação deve respeitar o princípio de realidade.

As relações entre o ideal do ego e o princípio de realidade fundamentam o componente estruturante e integrador dos ideais. A formação do ideal do ego envolve adiamento, desvios e inscrição temporal, características do modo de funcionamento do princípio de realidade. Esse modo de funcionamento conduz à noção de projeto e à idéia de desenvolvimento pela integração de modelos sucessivos e evoluídos.

Dentro desse enfoque, o ideal do ego apresenta um caráter maturativo, segundo o qual o ideal do ego genital assimila os ideais pré-genitais. Qualquer falha na

integração dessas etapas evolutivas resultará numa tensão entre ego e ideal do ego. E, segundo nosso ponto de vista, essa tensão tende a manifestar-se na estruturação da conjugalidade. Isso pode ocorrer devido à intensa mobilização de mecanismos identificatórios e da reformulação compartilhada dos ideais que é colocada em pauta na relação conjugal.

Chasseguet-Smirgel (1975), discutindo as relações entre ideal do ego, estado amoroso e genitalidade, aponta para a linha de pensamento que desenvolvemos em nossa investigação. A autora nos fala sobre esse movimento contínuo de estruturação do sujeito, que é sempre impelido a realizar substituições, reelaborações, diante das decepções que sofre desde os primórdios de sua existência e como esse movimento pode ser analisado através de suas reedições, como no caso do estado amoroso.

Inicialmente, a autora retoma as considerações de Freud (1920) sobre o quadro dramático vivido pela criança edipiana, sua vivência de sensações dolorosas, seus fracassos amorosos e a cicatriz narcísica originada de suas ilusões perdidas. Diante da insuficiência da criança frente ao desejo edipiano e sua inexorável renúncia, instaura-se a ferida narcísica que significa o reconhecimento da impotência do sujeito. Por outro lado, a barreira do incesto, conforme salientado pela autora, constitui também uma proteção edipiana contra essa mesma ferida narcísica. A proibição pouparia o sujeito de iludir-se com a possibilidade de tomar a mãe como parceira amorosa.

Diante desse quadro, que mobiliza investimentos e desinvestimentos tão intensos, a autora levanta uma questão compartilhada por nós.

“O problema que se coloca é de saber até que ponto a renúncia ao objeto edipiano - e a meus olhos ele se confunde com o objeto da fusão primária, a um certo nível, como tentei mostrar apoiando-me, de resto, sobre outros autores - é total e definitiva, até que ponto podemos falar de eclosão do Édipo, mesmo no caso “ideal” vislumbrado por Freud (lembremos que, para Freud, “o processo... é mais que um recalque, ele equivale - se as coisas se realizam de maneira ideal - a uma destruição e a uma supressão do complexo”).”(Chasseguet-Smirgel, 1975, p.46)

O caráter estruturante da vivência edipiana está na base do sentimento de reencontro suscitado por ocasião do engajamento amoroso, da vivência de prazer reconquistado. Contudo, a autora refere-se à fragilidade da estruturação edipiana genital, expressa mediante a reatualização do conflito edipiano diante de toda dificuldade endógena. Acrescenta-se, ainda, que na relação amorosa genital o objeto não é puramente um substituto edipiano.

David (1971) ressalta que o amor provém de uma dupla origem e que a indução recíproca do impulso passional é em parte derivada dos traumas de separação e, em parte, derivada de fontes edipianas. O autor enfatiza o desejo de completude, que é simbolizado pela demanda dos parceiros de compreensão recíproca, compreensão essa que deve se servir de meias palavras, “como uma mãe compreende seu filho, como um cão compreende seu dono”. Ao mesmo tempo, o autor considera que todo amor constitui uma criação.

Considerando que o desejo edipiano apóia-se no desejo de reencontrar o objeto primário, a dissolução do Édipo torna-se ameaçada. Chasseguet-Smirgel ressalta que “o conflito edipiano não é mais que um sono” e que será reativado em

outros períodos do ciclo evolutivo. Caso ocorresse uma renúncia definitiva, resultaria numa dissolução do ideal do ego e, caso a ferida narcísica permanecesse sempre aberta, resultaria no aumento excessivo do ideal, aumentando a distância entre o ego e seu ideal.

Na maior parte das vezes, o ideal coloca-se equidistante em relação a esses extremos. Isso resulta da influência de três fatores: a proteção que o superego confere mediante a instauração da proibição do incesto, protegendo o narcisismo; a alternativa de deslocamento do ideal do ego sobre novos modelos, mediante atividades sublimatórias; e a possibilidade de buscar a fusão perdida no amor.

Esse último fator desperta nosso interesse na medida que incide sobre a distância estabelecida entre o ego e seu ideal, sobre a forma de preenché-la, que resulta em alterações na constituição da subjetividade. A investigação da conjugalidade constitui, no nosso entendimento, uma oportunidade de compreender esse processo.

Chasseguet-Smirgel, embora não desenvolva uma teorização voltada para a psicodinâmica conjugal, apresenta afinidades com os autores dessa área, ressaltando o aspecto estruturante presente na relação amorosa. A autora apresenta a concepção de um ideal do ego maturativo que se desenvolve através do amor da organização edipiana do estágio genital. Ressalta-se que, nesse ponto, demarca-se uma nítida distinção entre o amor e a paixão, incluindo-se o elemento ternura na relação amorosa, considerando-se a confluência da corrente terna e da corrente sensual, e a possibilidade de suportar as falhas do parceiro de acordo com um ideal do ego menos absoluto.

Os elementos principais desse processo de desenvolvimento da imagem do ideal do ego através do amor são: a esperança de reencontrar a completude perdida

mais de acordo com o princípio de realidade; a atividade sublimatória e as satisfações obtidas através das relações sexuais, que propiciam o reinvestimento egóico; o investimento positivo da realidade, sendo o parceiro amado integralmente, considerando-se suas imperfeições; e os resíduos da busca do amor fusional manifesto na ligação com o objeto.

Na conjugalidade, entendemos que, quando a estabilidade corresponde à manutenção do estado amoroso e não a uma acomodação pura e simples dos parceiros diante do investimento -em todos os sentidos- realizado por ocasião do engajamento conjugal, podemos observar o desenvolvimento da imagem do ideal do ego, através do laço conjugal, e suas influências na constituição das subjetividades em jogo, de acordo com os elementos considerados acima.

III. PSICANÁLISE E CONJUGALIDADE

1. Contribuições dos teóricos das relações de objeto

“Sempre que podemos admirar e amar alguém - ou odiar e desprezar alguém - também ficamos com algo deles em nós e nossas atitudes mais profundas são plasmadas por semelhantes experiências. No primeiro caso nos enriquece e se torna um fundamento para preciosas lembranças; no outro, algumas vezes sentimos que o mundo externo está destruído para nós e o mundo interno fica, portanto, empobrecido.”(Klein, 1963, p.37)

As idéias dos teóricos das relações de objeto representam uma importante fonte de inspiração para os autores que inauguraram a elaboração de uma compreensão psicanalítica da psicodinâmica familiar e conjugal. Sob essa influência, em Londres, 1948, foi fundado o Tavistock Institute of Marital Studies, ainda hoje considerado uma notável referência nessa área de estudos e de aplicação clínica, com importantes publicações. Ao desenvolver uma teorização sobre a psicodinâmica familiar e conjugal, esse grupo de autores, influenciado pelas idéias da Teoria das Relações Objetais, focaliza o interjogo de identificações projetivas no cerne da estrutura familiar e conjugal.

Sob a denominação de Teoria das Relações Objetais, de forma mais ampla, estão referidas diferentes tentativas de confrontar a observação potencialmente confusa de que as pessoas vivem simultaneamente num mundo externo e num interno, e que a

relação entre esses dois mundos varia de uma mistura mais fluída até uma separação mais rígida. A partir de um enfoque psicanalítico, pretende-se explorar o relacionamento entre pessoas reais externas e imagens e resíduos internos relacionados com essas pessoas, considerando o significado desses resíduos para o funcionamento psíquico (Greenberg & Mitchell, 1994).

Embora reconhecendo que existem muitas divergências entre os autores reunidos no grupo dos teóricos das relações objetais, optamos por agrupar alguns autores que se fundamentaram em conceitos propostos por Melanie Klein, desenvolvendo e aplicando algumas de suas idéias na abordagem psicanalítica de família e casal.

Dentre os conceitos centrais desenvolvidos pelos teóricos das relações objetais e utilizados na abordagem psicanalítica da conjugalidade, ressaltamos a importância das noções de objeto, de amor e de maturidade sexual. Os objetos são considerados inerentes às pulsões. Klein (1952) considera que os primeiros objetos são criações do bebê, cujo objetivo é a contenção de suas próprias pulsões, uma tentativa de organização do caos interno vivenciado desde o nascimento. O amor é considerado um produto derivado de uma elaboração psíquica, da reparação de objetos danificados na fantasia. E a noção de maturidade sexual é considerada como resultado da integração das pulsões parciais ou do acesso à genitalidade.

Esses conceitos são denotados nas contribuições dos autores por nós agrupados sob a designação de teóricos das relações objetais, os quais atribuem maior ou menor ênfase a alguns desses conceitos. A partir desse referencial, podemos discutir o valor atribuído ao objeto-parceiro e ao relacionamento amoroso em si, e sua

representação como fator propulsor na psicodinâmica da estruturação da subjetividade.

1.1. O objeto-parceiro

As idéias desenvolvidas na Teoria das Relações Objetais fundamentam-se na compreensão do psiquismo como consistindo de uma malha complexa de relações fantasiadas entre o eu e os outros, considerando esses outros provenientes tanto do mundo interno quanto do mundo externo. Essa visão de mente encontra-se na base do desenvolvimento da noção de objeto e da importância atribuída ao papel da fantasia na teoria kleiniana (Greenberg & Mitchell, 1994).

A origem e a natureza do objeto, na concepção kleiniana é expressa por meio de diferentes formulações ao longo da obra da autora, abrindo possibilidades para diferentes interpretações. A concepção mais difundida é a de que os objetos são inerentes às pulsões, operando como criações independentes dos outros reais. Klein (1932), refere-se às primeiras relações objetais do bebê como relações com imagens de partes do corpo que operam como “mecanismos universais”, imagens *a priori*, antes mesmo do bebê experimentar esses órgãos na realidade. Os primeiros objetos da criança são considerados criações com o objetivo de conter as próprias pulsões e, assim sendo, refletiriam o mundo fantasioso interno do bebê.

Considera-se que o objeto é essencialmente intrapsíquico e constitui-se a partir de sensações e percepções integradas pelos mecanismos de projeção e introjeção. Esses mecanismos são as operações psíquicas primordiais para a constituição do ego. São mecanismos que operam em função da angústia fundamental, pulsão de morte, e

são reforçados por frustrações externas. Ocorre uma fragmentação dos objetos em função da angústia, e posterior integração, num interjogo dinâmico da relação do ego com seus objetos.

Contudo, embora Klein realce a natureza intrapsíquica do objeto, também enfatiza o valor das experiências com os outros reais no mundo externo e suas influências na transformação das imagens *a priori*. A autora ressalta que os primeiros objetos fantasiosos são derivados, em parte, de figuras reais, externas, contendo traços da mãe e do pai real, embora distorcidos pelas projeções do bebê.

Os primeiros objetos internos, considerados de natureza fantástica, são continuamente projetados no mundo externo e as percepções dos objetos reais misturam-se com as percepções projetadas. Em seguida, ocorre uma reinternalização e esses objetos internos são transformados pela realidade externa. A criança busca fontes objetais de reassuramento no mundo real. Ocorre uma constante insistência em estabelecer situações de perigo externo para representar ansiedades internas. Esse processo está na base da compulsão à repetição. Quando a criança encontra discrepâncias entre a realidade externa e suas antecipações derivadas do mundo interno, fantasiadas, surge a possibilidade de que algo novo seja introduzido, que o mundo interno seja transformado e recriado, a partir do ciclo de projeção e introjeção.

O processo de internalização não é considerado exclusivamente um mecanismo de defesa, mas um modo de relacionar-se com o mundo externo. O ego absorve o mundo externo, a partir das internalizações dos outros reais e das experiências vivenciadas. Sendo assim, o mundo interno corresponde parcialmente à multiplicidade de aspectos da realidade externa.

Em desdobramentos teóricos de outros autores colaboradores da Teoria das Relações Objetais nos deparamos com uma ampliação do conceito de processo de internalização, na qual a interação entre realidade e mundo interno coloca-se de maneira cada vez mais fluida, realçando o papel dos outros reais na constituição da subjetividade.

“As fantasias sobre o mundo interior são inseparáveis da relação infantil com o mundo exterior e as pessoas reais. Só uma limitação nos nossos meios de descrição faz parecer como que se existissem duas entidades distintas que se influenciam mutuamente, em vez de um todo, de uma experiência interatuante com múltiplas facetas.”(Heimann, 1952, p.171)

Considera-se que, embora o objeto seja essencialmente intrapsíquico, o ego necessita do objeto externo para projetar nele seus aspectos mais destrutivos e introjetar os aspectos prazerosos e gratificadores. Por meio desse jogo de integração e desintegração, o ego domina a tensão entre pulsão de vida e pulsão de morte.

Esse processo, vivenciado inicialmente na relação da criança com os pais, os primeiros objetos externos significativos, prolonga-se por toda a vida, manifestando-se por meio de reatualizações em outras relações importantes para o sujeito. Na relação conjugal, esse processo evidencia-se na medida em que os parceiros participam como sujeitos e objetos, ao mesmo tempo, encenando o conflito pulsional.

A conjugalidade, nessa perspectiva, é produto do interjogo contínuo entre intrapsíquico e interpessoal, das imagens internas e relações objetais compartilhadas. É o palco propício para reencenar o mundo interno dos parceiros, onde o mecanismo de

identificação projetiva adquire papel central.

Na condição de objeto eleito, o objeto-cônjuge é o outro que se disponibiliza para receber uma intensa carga de projeções, destacando-se como objeto privilegiado. A condição de estabilidade e permanência da conjugalidade recria potencialmente uma relação onde as qualidades tanto boas quanto más da primeira relação objetal do bebê tendem a ser atualizadas (Titan, 1994).

Ressalta-se a singularidade da posição do objeto na relação de casal. Considera-se que a vivência de gratificação proporcionada nesse tipo de relação é capaz de repetir as mesmas condições afetivas das gratificações precoces, com potencial para dissipar, no ego, a atividade da pulsão de morte, da mesma forma que as frustrações podem mobilizar angústias primitivas no sujeito.

“A posição do objeto, na relação de casal, é singular. De difícil visualização, em virtude da densa massa conflitual que reveste o par, o objeto está numa posição de confiança. A ele são confiadas projeções que mais desvestem o sujeito, ele conhece as reações mais íntimas do sujeito e é capaz de adivinhar as suas mais sutis fantasias. A importância que ele assume na mente do sujeito é, freqüentemente, inadvertida. Os elementos que nele (objeto) são depositados, as intensidades que participam da relação com ele, as resoluções que dele são esperadas, decidem a respeito de algo que, para o ego do sujeito, é vital.”(Titan, 1994, p.19)

Embora seja considerado o grau de desenvolvimento egóico dos sujeitos-parceiros, a distância entre as condições do ego inicial da criança e do ego do adulto, ressalta-se que toda experiência de gratificação ou frustração percorre o mesmo caminho no psiquismo. Sendo assim, partindo dessa perspectiva, de acordo com o grau

de importância atribuído ao objeto parceiro e com o nível de interdependência estabelecido entre os cônjuges, as gratificações e as frustrações propiciadas pela vivência da conjugalidade viabilizam o processo de elaboração e reestruturação egóica de cada um dos parceiros.

1.2. Estruturação do ego e capacidade de amar

Os teóricos da escola inglesa e, em especial, os especialistas em terapia conjugal do Tavistock Institute of Marital Studies, compreendem a relação conjugal como um veículo para integração e amadurecimento dos sujeitos, parceiros, e não somente como resultante da estruturação egóica de cada um, suas conjunções normais ou sintomáticas (Clulow, 1990).

Dentro dessa perspectiva, considera-se que o ego desenvolve-se paralelamente à libido, num processo de integração progressiva, resultando no desenvolvimento da capacidade de amar um objeto total, o amor objetal. A partir desse posicionamento, a relação amorosa, cujo protótipo é a relação mãe-bebê lactante, poderia ser compreendida como estruturante na integração e no desenvolvimento do ego.

Entre os autores psicanalistas que desenvolveram essa perspectiva, realçamos as contribuições de Kernberg (1995), que desenvolve a idéia de que os casais, por meio da mútua identificação projetiva, reencenam experiências e/ou fantasias inconscientes, marcadas tanto pela projeção de aspectos infantis do superego quanto pelo estabelecimento de um ego ideal conjunto.

Kernberg (1980) ressalta que, para estabelecer uma relação amorosa e mantê-

la, é necessário ter realizado duas tarefas evolutivas. Por um lado, a capacidade para estabelecer uma relação objetal total deve ter sido integrada com uma capacidade anteriormente estabelecida para sentir estímulo sensual nas zonas erógenas e, por outro, o prazer genital pleno deve poder incorporar o erotismo inicial, pré-genital, incluindo uma identificação sexual complementar.

Considera-se que o estabelecimento do relacionamento amoroso implica a ampliação do ato sexual, integrando agressividade e bissexualidade. É necessário aprofundar a relação objetal transformando os conflitos pré-genitais em ternura, interesse, gratidão e capacidade para identificação sublimatória com a figura parental do mesmo sexo, assim como alcançar uma forma de abstração e individualização do superego, visando transformar a moralidade infantil em valores éticos adultos que reforcem o compromisso emocional conjugal.

O amor sexual maduro implica uma disposição emocional complexa que visa integrar excitação sexual, ternura, tolerância em relação à ambivalência, característica das relações humanas em geral, identificação com o parceiro, idealização e comprometimento com o relacionamento. Segundo nosso ponto de vista, a tentativa de integração de todos esses aspectos na conjugalidade mobiliza um esforço de reestruturação subjetiva em ambos os parceiros, de forma mais ampla.

Além de apontar pré-condições para o estabelecimento de uma conjugalidade satisfatória, Kernberg ressalta tanto os benefícios quanto as ameaças presentes no relacionamento emocional conjugal. A conjugalidade, segundo o autor, propicia uma intimidade que gratifica muitas necessidades humanas, mas também ameaça a liberação da agressividade. O risco de uma intimidade descontrolada, ou de uma

“franqueza completa”, é contrabalançado pela recriação de áreas de segredo e mistério. Os segredos partilhados aumentam a liberdade do casal em relação ao mundo social e os segredos individuais mantêm e criam fronteiras no relacionamento. À medida que a conjugalidade propicia o desenvolvimento das relações objetais em profundidade, ela pode favorecer a estabilidade do casal ou criar possibilidade para o estabelecimento de um novo relacionamento com um novo parceiro.

1.3. Conjugalidade e transicionalidade

Dentre as contribuições mais significativas formuladas pelos teóricos das relações objetais relativas à discussão sobre as influências da conjugalidade na transformação da subjetividade dos parceiros, ressalta-se o conceito de transicionalidade.

Winnicott desenvolve a noção de um objeto que se produz numa “realidade compartilhada”, não sendo exclusivamente resultado de projeções de partes do self. Essa “realidade compartilhada” pressupõe a existência de uma terceira área do psiquismo, um tipo de área de experimentação para o sujeito, que inclui realidade interna e externa. O autor considera que nenhuma reivindicação é feita em nome dessa área transicional, exceto que ela permaneça como um lugar de repouso para o sujeito que se depara continuamente com a tarefa de manter as realidades interna e externa ao mesmo tempo discriminadas e inter-relacionadas (Winnicott, 1951).

A transicionalidade é um fenômeno essencial para a atividade de ilusão-desilusão, para a progressiva aceitação da realidade externa, discriminação entre self e

não-self, e para o desenvolvimento da criatividade. O sujeito só opera a individuação a partir de uma experiência de dependência prévia, onde foi possível contar com o outro sem se perder nele.

Dentro do processo contínuo de individuação, a dependência diminui progressivamente, o sujeito tende a atingir a autonomia e a maturidade emocional. Contudo, essa independência é considerada relativa e o sujeito pode retornar a esses estados de profunda dependência e de indiferenciação em diferentes ocasiões.

“O adulto maduro tem a seu dispor todos os estados passados de imaturidade, e pode fazer uso deles por diversão, nas experiências secretas de auto-erotismo ou nos sonhos.”(Winnicott, 1965, p.129)

Consideramos que essa maleabilidade na estruturação do *self*, essa porosidade de limites do “eu”, experimentada na transicionalidade, possibilita a reestruturação da subjetividade em qualquer tempo. Na conjugalidade, de forma privilegiada, essa oscilação entre dependência-independência, diferenciação-indiferenciação, é favorecida. Isso ocorre na medida em que o objeto amoroso não é realidade nem fantasia, constitui-se na transicionalidade.

Winnicott (1965) ressalta que todos os círculos sociais identificam-se ao colo, aos braços e aos cuidados da mãe. A maturidade emocional implica a capacidade de identificar-se a agrupamentos e instituições sociais sem perder o sentido de continuidade pessoal e sem sacrificar a espontaneidade.

A espontaneidade referida é uma das raízes da criatividade. A criatividade é a expressão da manutenção de algo da experiência infantil, da experiência ilusória que

estrutura a subjetividade. No viver criativo o sujeito descobre que tudo aquilo que realiza fortalece o sentimento de existência.

Numa de suas últimas conferências, reproduzida no artigo “Vivendo de modo criativo”(1970), Winnicott discute a conjugalidade e as possibilidades de expansão ou restrição da criatividade embutidas no casamento. O autor ressalta que “nem todos os casais sentem que podem ser criativos e permanecer casados”.

Ressalta-se a presença de um tipo de conflito entre a espontaneidade e os compromissos inerentes às relações amorosas. Coloca-se em pauta a capacidade de aceitação da realidade externa sem perda excessiva do impulso pessoal. Por outro lado, o autor enfatiza que a criatividade pode ser plenamente usufruída na conjugalidade, quando os parceiros compartilham suas experiências por meio dos diversos graus de identificações cruzadas.

Consideramos que a oportunidade para esse compartilhamento coloca-se principalmente através da fruição do espaço lúdico, na conjugalidade. Isso ocorre quando os parceiros sentem-se confortáveis em manifestar seus aspectos mais infantis, primitivos, no jogo amoroso, seja por meio de brincadeiras, de chistes, de apelidos ou das mais variadas fantasias conjuntas.

Em nossa investigação, ressaltamos o valor da transicionalidade na estruturação da conjugalidade, na ativação do processo ilusão-desilusão, considerando esse fenômeno um fator determinante na dialética constitutiva conjugalidade-subjetividade. Na transicionalidade, o casal se interpenetra, se indiscriminando e se discriminando, sendo eu, não-eu, nós, não-nós, dentro-de-nós, fora-de-nós, dentro-do-outro, fora-do-eu, ...

1.4. Relação conjugal e atualização de potencialidades do self

Na visão dos teóricos das relações objetais, a conjugalidade representa um enquadre privilegiado para o interjogo identificatório, processo focalizado em nossa investigação, onde o parceiro participa como sujeito e objeto, mobilizando uma intrincada rede de projeções e introjeções que, do nosso ponto de vista, interfere na estruturação da subjetividade. A psicodinâmica do interjogo identificatório, nesse enfoque, pode ser reativada continuamente, de acordo com a intensidade dos investimentos objetais colocados em ação, gerando efeitos sobre as estruturas subjetivas existentes.

De acordo com Titan (1994), o compromisso objetal que envolve a conjugalidade permite um fluxo projetivo de grande intensidade e a qualificação do objeto-parceiro em termos de expectativa resolutive. O autor ressalta que, em relações mais duradouras, pressupondo uma relação de confiança estabelecida, promove-se a mesma condição potencial para uma atualização da relação objetal primitiva, “tal como ocorre na relação analítica”.

Ressaltamos que, embora concordando com a idéia de que a conjugalidade exerce influências sobre o processo de estruturação da subjetividade, não pretendemos propor o casamento estável como saída resolutive ou curativa para os sujeitos e sim buscar compreender os aspectos estruturantes da dinâmica inconsciente conjugal e as possibilidades do campo das terapêuticas conjugais.

Do nosso ponto de vista, é a alteridade do objeto que promove o movimento de elaboração e reestruturação subjetiva dos parceiros, embora, na relação conjugal,

ocorram tentativas de transformar o parceiro em algo harmônico com o “eu” de cada um. Quando observamos um excesso de projeções acompanhado de insuficiente recuperação gratificadora, ocorre um esvaziamento do self dos parceiros e o estabelecimento de fronteiras frágeis entre os membros do casal.

Meyer (1987), ao descrever o mecanismo de identificação projetiva em famílias em tratamento, apresenta os fundamentos do relacionamento patológico tal como encontramos em casais nos quais a conjugalidade passa a corporificar a projeção, ao invés de operar como continente. Segundo o autor, o sujeito interage com a parte de si mesmo que foi projetada no objeto da mesma maneira que interagiria com essa parte de seu self, caso permanecesse internalizada. O sujeito mobiliza o outro de forma que esse entra em cumplicidade e se conforma ao modelo distorcido a partir do qual ele o vê.

Colman (1993) observa que, quando a conjugalidade falha em sua função de continente psicológico e propiciadora de desenvolvimento dos parceiros, o enquadre terapêutico conjugal pode oferecer uma possibilidade de elaboração e continente, visando restabelecer o potencial terapêutico inerente à relação conjugal.

Fagundes (1994) realça a importância das relações objetais, dentre as quais a relação conjugal ocupa um lugar privilegiado para atualizar potencialidades do *self*. Segundo esse autor, a vivência de unicidade do sujeito só pode ser mantida através de um outro, alucinado ou não, que o sujeito irá buscar para refazer sua unicidade. Isto ocorre através da ilusão de fusão, a partir da qual inicia-se o processo de diferenciação.

De acordo com esse enfoque, considera-se que o sentido de unicidade do sujeito existe desde o nascimento, sob a forma de um potencial vir-a-ser. Esse

potencial vai se consolidando através de experiências emocionais significativas, que possibilitam o desenvolvimento da noção de si mesmo e do outro como entidades separadas e a noção de integração com o outro.

Na conjugalidade, embora os parceiros possam ter estabelecido uma diferenciação *self-object* satisfatória em diversos aspectos, em muitas ocasiões surgem oportunidades de regredir e se iludir com a vivência fusional. O objeto interno de um dos parceiros pode vir a ser depositado no outro por meio da vivência fusional e da identificação projetiva, produzindo uma confusão entre objeto interno e externo. Nesse caso, a busca de fusão primária representa um movimento regressivo, uma tentativa de negação da diferenciação e do reconhecimento do outro. Nessas situações, a psicoterapia conjugal pode desempenhar importante papel na discriminação dos conteúdos e fantasias dos parceiros propiciando oportunidade de individuação para cada um deles.

“...a psicoterapia de casal pode também ser propiciadora do desenvolvimento de uma relação geradora de símbolos, ajudando o casal a tolerar e integrar a cisão das suas polaridades e ambivalências e ajudando-o a evoluir de uma “ilusão de fusão” para uma união amorosa e uma relação baseada na Verdade”.

(Fagundes, 1994, p. 92)

As postulações dos teóricos das relações objetais contribuem, dessa forma, para o desenvolvimento da compreensão psicodinâmica dos aspectos primitivos e regressivos dos parceiros que são mobilizados na conjugalidade, em especial as vivências dos aspectos pré-edípicos, e das possibilidades terapêuticas a serem

exploradas na terapia conjugal, no que se refere à elaboração desses aspectos regressivos nos sujeitos-parceiros envolvidos.

2. Contribuições dos teóricos grupalistas

As contribuições dos autores grupalistas para a teorização da clínica psicanalítica de família e de casal ganham destaque a partir da década de 70 (setenta) e, dentre os mais importantes autores, ressaltamos: A.Ruffiot, A.Eiguer e J.Lemaire.

Podemos observar maior proximidade entre as idéias de Ruffiot e Eiguer. Ambos foram influenciados por D.Anzieu e R.Kaës, sendo considerados autores grupalistas. Eles partem da teoria psicanalítica de grupo, da abordagem da dinâmica psíquica inconsciente compartilhada, para construir uma teoria aplicada ao grupo familiar e ao grupo casal.

Lemaire, embora compartilhando algumas idéias, diferencia-se desses autores buscando ultrapassar, no estudo do casal, a perspectiva intrapsíquica, incluindo a abordagem dos aspectos interacionais da relação conjugal. Embora a dimensão intrapsíquica seja considerada fundante da dinâmica conjugal, o autor ressalta a importância de uma escuta voltada para os aspectos institucionais, sócio-políticos e comunicacionais da relação. Lemaire rejeita, inclusive, a franca oposição de alguns autores psicanalistas às contribuições da perspectiva sistêmica, buscando articulá-las na escuta psicanalítica do casal (Lemaire, 1979).

A contribuição teórica desses autores constitui fundamento importante para a elaboração do nosso estudo, na medida em que abordam mecanismos presentes no

jogo identificatório constitutivo da conjugalidade e seu papel na estruturação da subjetividade.

2.1. A noção de inconsciente compartilhado e o papel da circulação fantasmática

Os autores psicanalistas grupálistas postulam a idéia diretriz de que todo grupo humano resulta de uma tópica subjetiva, projetada pelos seus próprios membros, acrescentando, ainda, a idéia de que o grupo consiste num objeto de investimento pulsional. Baseado nesses dois postulados, é criado um novo enunciado, indispensável para dar o caráter operativo ao grupo (Anzieu, 1984).

A noção de uma unidade psíquica grupal é desenvolvida mediante a conceituação de "aparelho psíquico grupal", formulada por Kaës. O psiquismo grupal constitui-se por um duplo apoio, de uma parte sobre os aparelhos psíquicos individuais dos componentes do grupo e, de outra parte, sobre a cultura na qual esse grupo se insere e sobre as representações coletivas que essa fornece (Kaës, 1976).

Ressaltam-se relações de isomorfismo e homomorfismo entre os aparelhos grupal e individual e evidencia-se um conflito inter-sistêmico próprio do aparelho psíquico grupal. Esse conflito caracteriza-se por tendências opostas. De um lado, há uma tendência a realizar a identidade do grupal e do individual (chamada isomorfia) e, do outro, uma tendência a diferenciar o psiquismo grupal do individual, embora estabelecendo algumas analogias (chamadas homomorfia).

De acordo com os autores grupálistas, os grupos possuem uma realidade

imaginária que se compõe como envoltórios, semelhantes a uma membrana psíquica, uma “pele”, conceito este explorado e desenvolvido por Anzieu (1984). Esse envoltório apresenta uma face interna, que funciona como continente das projeções das fantasias, imagos e dos sub-sistemas do aparelho psíquico (id, ego, superego, ideal do ego e o ego ideal) dos membros do grupo. Essa face interna reúne o grupo e permite a construção de sua singularidade.

Anzieu refere-se à idiosincrasia grupal como o “si-mesmo de grupo”, o imaginário grupal. Já o envoltório externo grupal relaciona-se com outros grupos, constituindo relações de competição, aliança ou neutralidade, barreira para manutenção de sua integridade e objetivos, ou filtrando outras contribuições externas.

O aparelho psíquico individual protege-se e faz uso dos estímulos externos e das pulsões internas através da organização de zonas diferenciadas que compõem um espaço mental. Essas zonas são as instâncias psíquicas, tal como Freud postulou na segunda tópica. Tais instâncias tendem a ser, cada uma, o centro que comanda o funcionamento do aparelho mental como um todo e o envelope que garante sua unidade e integridade nas trocas com o mundo, com o próprio corpo e com outras instâncias.

Dentro dessa perspectiva, considera-se que o aparelho psíquico grupal tem necessidade de se constituir num envelope e, para chegar a isso, faz apelo a uma instância que seja comum aos aparelhos individuais. De acordo com a instância eleita, o grupo manifestará diferentes funcionamentos do psiquismo, inconsciente e consciente. Anzieu ressalta que Freud (1921) foi o primeiro a enunciar a idéia de que o ideal do ego seria uma instância capaz de assegurar a coesão de uma coletividade. As

fantasias grupais seriam as expressões das pulsões e dos arranjos configurados coletivamente.

“É, com efeito, essencialmente na forma de uma circulação fantasmática entre membros do grupo que se manifesta o arranjo tópico que estruturará de forma mais ou menos estável o aparelho grupal. A fantasia é um produto, e um produto em grande parte defensivo; resulta de uma dupla estruturação, econômica e tópica, que ela representa, deforma e mascara. Por outro lado, ela é, por sua vez, produtora de efeitos particulares sobre os pensamentos, afetos e condutas dos membros do grupo”(Anzieu, p.XXI, 1984).

Anzieu focaliza a vida fantasmática dos grupos devido ao seu estatuto metapsicológico intermediário e ao acesso à estruturação econômica e tópica do aparelho psíquico grupal que esse constructo viabiliza.

De acordo com Kaës (1976) e Anzieu (1984), as relações entre os sujeitos ocorrem em torno de dois pólos básicos: a técnica e o fantasma. O pólo técnico, relacionado com o desenvolvimento do sistema percepção-consciência e à consecução de tarefas comuns ou em comum, é responsável pela circulação de bens e de idéias - são técnicas corporais, do pensamento, da expressão e da produção. Mas o que realmente é responsável pelo elo inconsciente, seja no casal, na família, ou em outros grupos, é a circulação fantasmática. Essa estimula, desvia ou obstrui as realizações técnicas, reúne os indivíduos ou cria oposições entre eles de acordo com seus modos de ser e de sentir e propicia a realização imaginária tanto de ameaças quanto de desejos individuais inconscientes coletivamente. Assim sendo, toda atividade humana coloca em jogo esses dois pólos ou dimensões, considerando que ocorre

freqüentemente uma resistência de uma à outra.

Os fantasmas são produções individuais, mas possuem um tipo de roteiro imaginário que se representa entre várias pessoas, sendo o sujeito ao mesmo tempo espectador e ator nessa trama imaginária. Assim, o aparelho psíquico utiliza-se de identificações e de projeções para tornar representáveis as instâncias psíquicas e as pulsões, assim como para dramatizar suas relações e conflitos. O fantasma apresenta uma organização grupal interna. E, a partir daí, Kaës (1976) formulou a homologia entre a organização interna grupal do fantasma e a organização do aparelho psíquico grupal. Kaës faz referência à segunda tópica freudiana, onde é concebido o jogo das instâncias (Id, Ego, Superego) no aparelho psíquico individual como um grupo interno. E o que vai propiciar essa homologia é o conceito de ressonância fantasmática ou interfantasmática.

A fantasmática é estimulada entre duas ou três pessoas pelo sentimento amoroso ou por uma amizade profunda e, em grupos maiores, por atividades comuns que requerem importante quantidade e qualidade de investimento pessoal. Também encontramos condições favoráveis para a estimulação da fantasmática nos estados hipnóticos, nos estados de relaxamento e, especialmente, no tratamento psicanalítico. A sociedade, de maneira mais genérica, fornece estímulos através de expressões artísticas, da religião e da ciência.

“Todo encontro vivido como autêntico ou intenso entre dois ou vários seres humanos desperta, mobiliza, ativa nos interessados seus fantasmas pessoais, conscientes e inconscientes. A fantasmática é uma atividade do pré-consciente; ela articula representações de coisas e representações de palavras

conforme relações complexas (Freud descreveu o deslocamento, a condensação, a figuração, a reinversão; Bernard Barrau mostrou que ela opera também no modelo do linguajar infantil). Ela é necessária à saúde psíquica pela descarga pulsional regular que traz, e pela circulação de sentido intrapsíquico e interindividual que permite. Ela intervém no sonho noturno, no devaneio desperto, na frase de espírito, no trabalho psíquico do luto e no da criação. Ela é pobre, ou está quase ausente, na imaturidade afetiva, nos estados limites, no caráter psicossomático. A capacidade de fantasiar é um dos traços importantes do Ego. É estimulando essa capacidade que os métodos de grupo podem ter efeitos individuais, positivos, notadamente no desenvolvimento de criatividade.” (Anzieu, 1984, p.180)

A atividade interfantasmática, segundo nosso ponto de vista, pode ser estimulada na conjugalidade, favorecendo a circulação libidinal, a elaboração de conteúdos recalçados e liberando energia psíquica para o desenvolvimento da criatividade dos parceiros. Realçamos o papel da interfantasmatização não somente como atividade constituinte do “eu conjugal”, mas como fator de reestruturação da subjetividade, por sua característica de intermediação transicional. Ao operar na fronteira dos “eus” dos parceiros que se interpenetram, a interfantasmatização favorece a transformação da subjetividade.

2.2. As idéias de Ruffiot

Ruffiot destaca-se entre os teóricos franceses, psicanalistas, e toma como ponto de partida as idéias de R. Kaës e D. Anzieu, a abordagem grupalista, estendendo-a à compreensão da psicodinâmica familiar e conjugal. Em sua teorização,

redimensiona o texto freudiano, ampliando-o.

O regime econômico, que opera o psiquismo familiar e a conjugalidade, é baseado no princípio da homeostase, tal como enunciado por Freud. Ruffiot (1984) ressalta que a dinâmica conjugal fundamenta-se numa troca reguladora de energia psíquica. Na conjugalidade, instaura-se um psiquismo diádico que realimenta os psiquismos dos parceiros, em suas formas individualizadas. A partir dessa idéia, podemos pensar uma conjugalidade que retorna sobre os sujeitos envolvidos, num movimento dialético e recíproco, estruturante.

A conjugalidade, o “eu conjugal” constitui-se como um sistema com funcionamento autônomo e, assim como o “aparelho psíquico grupal” teorizado por Kaës, apresenta situações de conflito ou crises que se referem a uma dinâmica inconsciente compartilhada e não exclusivamente a incompatibilidades na adaptação de duas personalidades diferentes.

Essa compreensão foi enriquecida por estudos do autor sobre o funcionamento de famílias psicóticas, que apresentam uma psicodinâmica arcaica, primitiva, que precede a ancoragem corporal. Nessas famílias, encontra-se um funcionamento regressivo próprio da relação fusional mãe-bebê, que propicia a comunicação fantasmática inconsciente.

Considera-se que o aparelho psíquico familiar e conjugal constitui-se na confluência dos espaços transicionais individuais, nem fora, nem dentro dos sujeitos, gerando a vivência psíquica de um único corpo que se apresenta no sentido amoroso. A vivência amorosa de perda dos limites egóicos e de regressão a um tipo de narcisismo ilimitado decorre do interjogo transicional.

A referência à transicionalidade, conceito desenvolvido por Winnicott, e à relação mãe-bebê como matriz da relação conjugal, leva Ruffiot a conceber um aspecto do psiquismo aberto ao outro, essencialmente grupal, que persiste durante toda a vida do sujeito, proporcionando a interfantasmática. Isso nos leva a pensar o sujeito imerso num processo de constituição contínuo e permanente.

A circulação fantasmática grupal é estruturada e regulada pelos organizadores psíquicos inconscientes, formações relativamente complexas que possibilitam e sustentam o desenvolvimento integral dos vínculos grupais (Kaës, 1987). Ruffiot e Eigner especificaram e ampliaram a compreensão do papel dos organizadores psíquicos inconscientes no grupo familiar e na conjugalidade.

São cinco os organizadores psíquicos que estruturam a dinâmica inconsciente grupal. O primeiro organizador psíquico inconsciente do grupo é o fantasma individual. A partir do fantasma individual, ocorre um agrupamento de participantes do grupo em torno de um deles, produzindo a ressonância fantasmática. Esse agrupamento ocorre por convergência, o fantasma é o portador de um desejo reprimido, suscitando, nos sujeitos do grupo, tanto fascinação quanto indiferença, dependendo do que desperta no seu próprio ator, quer seja uma condenação pelo Superego, ou desejo análogo que estava pronto para se manifestar ou mecanismos de defesa. Os membros do grupo tendem a replicar, ocupando posições individuais dentro do roteiro fantasmático daquele que o anuncia/enuncia no grupo. Isso ocorre porque as grandes temáticas inconscientes são poucas e cada sujeito percorreu, a seu próprio modo, essas temáticas (Anzieu, 1984).

O segundo organizador é a imago. Para Freud (1921), o que assegura o elo

grupal é a imago do líder e não o fantasma individual. Observamos que há uma distinção entre fantasma, que é uma representação de ação, que inclui uma série de protagonistas que personificam pulsões e mecanismos de defesa, e a imago que é uma representação de pessoa. A imago tem um caráter universal e histórico, constrói-se no desenvolvimento da própria espécie. O fantasma constitui-se no desenvolvimento psíquico do indivíduo.

O terceiro organizador são os fantasmas originários, que incidem sobre as teorias infantis, ou seja, aquelas referentes às origens. De acordo com Laplanche e Pontalis (1967), eles se relacionam com as origens do indivíduo, fantasmas da vida intra-uterina e teorias sexuais infantis; com as origens da diferença entre os sexos, os fantasmas da castração e com as origens da sexualidade, fantasmas de sedução.

Ressalta-se que os fantasmas originários proporcionam uma ampla diversificação de modelos de oposição ao aparelho psíquico grupal. Esses modelos de oposição são: conteúdo-contidente, relacionado aos fantasmas intra-uterinos; ator-observador, relacionado aos fantasmas da cena primária; ativo-passivo, relacionado aos fantasmas da castração; iniciador-iniciado, relacionado aos fantasmas de sedução. Assim, com essas múltiplas possibilidades identificatórias, a tendência a homomorfia equilibra a tendência à isomorfia, favorecendo o processo de individuação dos sujeitos dentro do grupo.

O quarto organizador é o complexo de Édipo. Contudo, observa-se que ocorre uma distinção essencial entre o grupo familiar e outros grupos em relação a esse organizador. O complexo de Édipo é um organizador específico do grupo familiar, enquanto para os outros grupos é apontado como meta-organizador (Kaës, 1976).

A proibição do incesto é a lei que regula as relações entre os sexos, as gerações e, em última análise, regula a própria vida social, a sociabilidade. Há, contudo, um antagonismo entre as forças que conduzem os sujeitos a formarem casais e as que conduzem a se agrupar. Em alguns momentos, os membros do grupo se relacionam e se percebem como uma irmandade, onde a lei do incesto está colocada; em outros momentos, o grupo é vivenciado como válvula de escape em relação à família propiciando as “transgressões sexuais”.

O quinto organizador é a imagem do próprio corpo e o envelope psíquico do aparelho grupal. De acordo com Freud (1921), as funções psíquicas se apóiam nas funções orgânicas, o psiquismo se apóia no corpo. Esse é um dos aspectos mais sensíveis a argumentações críticas nas teorias grupalistas. Pressupõe-se um tipo de funcionamento arcaico, “psiquismo puro”, sem fronteiras, sem ancoragem corpórea. Em lugar de um corpo real, Kaës (1976) fala de um corpo imaginário. Os grupalistas utilizam metáforas para exemplificar as marcas corporais que alguns grupos muitas vezes impõem para concretizar, imaginariamente, essa necessidade de um corpo real.

Anzieu (1984) observa que essas marcas corporais são denotadas através de pinturas, tatuagens, circuncisão, assim como vestimentas, uniformes, emblemas, etc. Essas realizações imaginárias correspondem ao desejo de reunir os sujeitos numa matriz materna primitiva, através de uma união simbiótica. Há uma demanda, seja no grupo ou individualmente, de se constituir um envelope delimitador, continente, que forneça proteção ao mesmo tempo que regule os intercâmbios com o exterior.

Ruffiot (1981) enfoca três principais organizadores no processo psicanalítico com famílias e casais. O primeiro deles é a ilusão grupal, que favorece a renúncia ao

psiquismo individual em favor do psiquismo partilhado, como defesa contra a angústia de fragmentação. O eu conjugal funcionaria como continente para as angústias primitivas, tipo de núcleo psicótico, presente em todos os sujeitos. A imago paterna é o segundo organizador, projetada sobre a figura do analista e proporcionando uma diferenciação progressiva dos sujeitos. E o terceiro organizador seria o acesso à autonomização, através da diferenciação sexual e de gerações dentro da fantasmática familiar e conjugal.

Na clínica com casais, Ruffiot propõe-se a atuar sobre o psiquismo grupal mediante a relação transferencial, dinamizando a circulação fantasmática e, assim, favorecendo o desenvolvimento individual dos sujeitos. A partir dessa perspectiva, valoriza-se o enquadre rigorosamente psicanalítico, com uso da regra de associação livre, estimulação da transferência e de mecanismos regressivos. O *setting* terapêutico é utilizado como *holding* para as angústias de fragmentação e mediante a estimulação da atividade interfantasmática pretende-se ressignificar o discurso do casal ou da família

2.3. As idéias de Eiguer

Eiguer, seguindo uma trajetória semelhante à Ruffiot, fundamenta-se nas idéias de Anzieu e Kaës na elaboração de sua abordagem sobre o psiquismo conjugal. O autor trabalha com três organizadores familiares e seus efeitos sobre a conjugalidade. A escolha do parceiro, na instauração da relação amorosa - o Édipo entrecruzado dos parceiros e o partilhamento de objetos do mundo grupal interior -, é o

primeiro organizador. O eu familiar, subdividido em três organizadores (habitat interior, sentimento de pertença e ideal do ego familiar), é o segundo organizador. E o terceiro organizador é a interfantasmática (fantasmas partilhados), com ênfase especial na cena primária. Considerando a atuação desses organizadores, distinguem-se três tipos de conjugalidade: o casal neurótico ou normal, estruturado pela castração; o casal depressivo, marcado pela perda do objeto; e o casal narcisista, estruturado pelo vazio e pela ilusão (Eiguer, 1985).

O primeiro organizador, a escolha do parceiro, é o que mais nos interessa do ponto de vista da compreensão da psicodinâmica conjugal e seus efeitos sobre a subjetividade dos parceiros. Segundo Eiguer, essa escolha tem o valor de formação de compromisso inconsciente, tal como o sintoma ou o lapso. É um recurso para promover descarga pulsional, alívio econômico, e funciona, também, como mecanismo defensivo.

Na escolha amorosa, ocorre um entrecruzamento de objetos inconscientes e o sentimento amoroso é alimentado pela redescoberta, reedição e pela resolução do amor infantil da criança por um de seus progenitores. Essa escolha pretende conciliar a dupla prescrição superegóica : a proibição do incesto e a identificação paterna. O menino perde sua mãe como parceira e ganha a liberdade condicional de escolha de uma mulher semelhante. Essa semelhança, por sua vez, será mascarada por diversos tipos de mecanismos inconscientes defensivos, da mesma forma que o sintoma guarda relações com o desejo recalcado que o originou.

“Mas o objeto sexual exterior não pode ser inteiramente sobre-posto ao objeto inconsciente. Ele também não é uma realidade desconhecida. Ele está entre os dois: nem real, nem fantasmado, nem realidade, nem ficção, estimulando, então, os esforços do sujeito para preencher esse “espaço potencial” (Winnicott) entre o fantasma e sua realidade, por meio do “jogo transicional”. Este espaço torna-se o espaço do estado amoroso e do amor familiar, do desenvolvimento da vida imaginativa, do humor, dos intercâmbios”. (Eiguer, 1985, p. 32)

Para Eiguer, a escolha do parceiro é estruturante, organizadora, porque ao mesmo tempo evita o desprazer e proporciona ao sujeito uma saída possível. O encontro amoroso é resolutivo, restitutivo e simbólico, uma possibilidade elaborativa. Concordamos com o autor, considerando que esse encontro incide sobre a subjetividade, mediante um processo reestruturante e constitutivo, na medida em que oferece possibilidade de elaboração do conflito infantil.

Eiguer considera a representação de objetos inconscientes, mas também representações de vínculos entre objetos. A partir daí, os teóricos das configurações vinculares desenvolvem sua abordagem familiar. Eiguer considera três tipos de representações básicas: a representação da mãe associada à parceira; a representação do pai, objeto identificatório do filho; a representação do vínculo amoroso pai-mãe, desejo de um pelo outro e atuação de um em relação ao outro, associada e revivida no vínculo conjugal. Essas representações constituem a conjugalidade, o mundo interno objetal conjugal.

A organização edípica instaura, na conjugalidade, a diversidade simbólica e o respeito ao parceiro, através da regulação do desejo, da proibição e da diferença

sexual. A conjugalidade articula duas tendências conflitantes: a tendência à fusão, ilusão de unidade simbiótica e indiferenciada, e a tendência à diferenciação, individuação dos sujeitos, promovida pela organização edípica dos parceiros. Essa articulação produz diferentes tipos de conjugalidade, mais ou menos saudáveis, mais ou menos criativas e estimuladoras do desenvolvimento dos parceiros.

De acordo com Freud (1914), existem dois tipos básicos de escolha amorosa: a escolha anaclítica, baseada na busca do apoio mútuo, o parceiro representa o pai ou a mãe da infância; e a escolha narcisista, baseada na própria imagem do sujeito, guardando estreita relação com o que o sujeito é, foi, gostaria de ser ou mesmo parte de si próprio.

Eiguer (1985) faz ainda outra diferenciação entre os tipos de escolha amorosa. Segundo o autor, a escolha anaclítica é regressiva em relação à dissolução do complexo de Édipo. Considera-se que essa modalidade de escolha complementar é infantilizante. Então, propõe-se uma terceira opção, a escolha edípica propriamente dita, relacionada com as estruturas neuróticas e “normais”, uma escolha mais madura, que considera a castração.

Essas possibilidades de escolha podem ainda apresentar múltiplas facetas e combinações. A escolha pode ocorrer baseada em seu duplo-oposto, por exemplo, tipo de escolha defensiva, quando o parceiro é o “oposto”, física e psicologicamente do progenitor do outro sexo. Pode também ocorrer algo semelhante ao mecanismo de formação reativa ou uma escolha defensiva contra o objeto heterossexual, coincidindo com a escolha de parceiro semelhante ao progenitor do mesmo sexo, um tipo de escolha homossexual. E ainda, na escolha de “natureza homossexual” pode-se

pressupor que a escolha objetal incidiu sobre o objeto de escolha do progenitor do sexo oposto, recobrando o Édipo parental do mesmo.

Ressaltamos que a escolha do parceiro é o organizador que funda o inconsciente conjugal ou “eu conjugal”. A ressonância dos dois objetos internos entrecruzados fundaria o que Eiguier chamou de dupla ligação Ego-objeto inconsciente. A partir daí, obtemos também a base para a fantasmática familiar e, na chegada dos filhos, essa estrutura fantasmática é projetada sobre eles, com aspectos objetais e narcisistas interagindo mutuamente, gerando regras complexas com múltiplas representações.

Eiguier sistematiza, então, três tipos de escolha objetal: narcísica ou simétrica; anaclítica ou assimétrica; edípica ou dissemétrica. Considera também a possibilidade de um casal evoluir de um modelo para outro, apresentando níveis crescentes de integração.

Eiguier (1985) apresenta, ainda, outras formas complementares dentro do grupo de escolha anaclítica. O autor exemplifica quatro tipos de escolha. A primeira delas apresenta-se quando dois parceiros vivenciam o luto pela perda de algum ente querido, podendo ser representado o sentimento de luto por um dos parceiros e o outro ocupando o papel daquele que vem apaziguar os sentimentos de tristeza, renunciando às suas próprias necessidades. A sensibilidade aflorada pela tristeza é o que causa a fascinação no outro. O segundo tipo evidencia-se quando o parceiro preenche a expectativa de um personagem idealizado, oriundo da vida fantasmática infantil, respondendo a uma ocorrência objetiva e ao sentimento de abandono infantil. O terceiro tipo refere-se aos casos em que um dos parceiros ocupa uma posição perversa,

de cada membro, remetendo-os à sua origem, à mitologia familiar; b) habitat interior, que é equivalente à “pele” fantasmática da família ou do casal, podendo ser representado no espaço exterior habitado, no lar, imprimindo marcas significativas nos objetos carregados de afeto, representações simbólicas; c) ideais do ego, que são as representações de expectativas em relação ao futuro, objetivos almejados, que se distinguem dos ideais de ego individuais, constituindo o projeto familiar ou conjugal.

A interfasmatização é apontada por Eiguer como terceiro organizador. Sua definição é baseada na teorização de Anzieu e Kaës. Contudo, Eiguer avança teoricamente ao discutir os engendramentos fantasmáticos na constituição da conjugalidade.

O fantasma originário é o primeiro a participar no engajamento amoroso, quando ocorre a ressonância fantasmática entre os parceiros. Eiguer recorre a Lemaire (1979) para explicar a associação dessa fase à ilusão grupal descrita por Kaës. Ocorre uma idealização recíproca dos parceiros, no enamoramento, juntamente com uma denegação acentuada do fantasma de castração. O fantasma de sedução prepondera, trazendo o sentimento de completude, “a cara metade”.

Esse estado de engajamento amoroso apresenta três saídas: a primeira é a desilusão, que leva à ruptura da relação por não suportar a castração fantasmática; a segunda seria uma persistência desse estado ilusório, através da denegação da castração; a terceira é a desilusão diante dos aspectos indesejados do parceiro, suas falhas, seguida de reconstrução da relação em bases mais realísticas e menos defensivas.

O fantasma de castração funciona como espelho introjetivo para os parceiros,

viabilizando o amadurecimento não só da relação, mas de cada um deles, mediante a atividade reparadora. Segundo nosso ponto de vista, esse processo favorece novos tipos de estruturação interna, mudanças intrasubjetivas.

“Esta atividade da desilusão - reconstrução sobre a base de uma organização em torno do primado da castração pode durar toda uma vida perpetuar-se, repetir-se; mas ela assegurará a consolidação do mundo inconsciente de objetos grupais”(Eiguer, 1985, p.46)

Outro aspecto valorizado no trabalho de Eiguer é a importância atribuída ao vínculo precoce do bebê com sua mãe, como fonte da redescoberta fantasmática na conjugalidade. O autor baseia-se no “sentimento oceânico” interpretado por Freud (1930) como redescoberta do amor infantil, amor sem fronteiras, e na teorização de Winnicott sobre a ilusão primária, na qual o bebê percebe-se criando imaginariamente o seio da mãe, em continuidade com ela.

Ocorre, segundo o autor, uma dupla oscilação entre o fantasma de elação intra-uterino e os fantasmas objetalizados no seio, nos casais mais regressivos, e entre o fantasma de sedução e o de castração, nos casais genitalizados. Eiguer considera que os vínculos conjugais dividem-se basicamente em vínculos narcisistas e vínculos objetais.

A relação mãe-bebê apóia-se num suporte psicológico recíproco, que gera o sentimento ilusório de continuidade. Essa é a noção de *holding*, proposta por Winnicott. A disponibilidade recíproca mãe-bebê se dá num movimento narcisista de sintonização e deflagra, ao mesmo tempo, o início do investimento libidinal. Nesse

início de tentativa de individuação, o bebê projeta afetos e idéias que devem ser metabolizados pela “função alfa”(Bion) da mãe. Esse movimento é reativado na conjugalidade, gerando momentos de discriminação e de indiscriminação entre eu e não-eu.

No vínculo narcísico há uma tendência para a negação das diferenças, indiscriminação, com anulação do outro. No vínculo objetal, os objetos internos dos parceiros tendem a unir-se fantasmaticamente, mantendo o reconhecimento das diferenças pessoais, a discriminação, e contribuindo para a individuação. Esse segundo modelo de conjugalidade nos permite pensar uma interação que viabiliza o desenvolvimento progressivo das subjetividades envolvidas.

Essa concepção de conjugalidade traz efeitos para a clínica de casal. Eiguer (1981, 1985, 1987) indica, como objetivos da terapia conjugal a busca do restabelecimento da circulação fantasmática e a construção de um novo equilíbrio entre vínculos objetais e narcisistas, reduzindo-se as identificações projetivas. O papel do terapeuta é, semelhante à “função alfa” da relação mãe-bebê, oferecer continente e discriminar afetos e pensamentos do casal, garantindo o enquadre e viabilizando a discriminação e individuação desses sujeitos.

A proposta clínica de Eiguer fundamenta-se, dessa maneira, na idéia por nós compartilhada, de que a restauração da circulação fantasmática na conjugalidade, além de restituir a cada parceiro o que fora depositado no outro, pode viabilizar a utilização do potencial de elaboração inerente à relação amorosa, operando mudanças nas subjetividades dos cônjuges.

2.4. As idéias de Lemaire

Lemaire, dentro do grupo de autores franceses, distingue-se por elaborar uma teoria psicanalítica da conjugalidade e uma técnica terapêutica que contemplam tanto o sistema casal quanto o interjogo das estruturas psíquicas dos parceiros, buscando articular os desenvolvimentos das teorias sistêmicas e os aspectos dinâmicos da teoria psicanalítica.

Segundo Lemaire (1979), a conjugalidade constitui-se baseada em aspectos arcaicos, partes psicóticas, de cada parceiro, que se mantêm sob controle ou são canalizadas através das relações amorosas. Quando surge alguma ameaça de ruptura do vínculo conjugal, os parceiros se defrontam com o aparecimento do material que se mantinha recalcado, provocando simultaneamente um movimento de recuperação regressiva e a perspectiva de reestruturação de cada um.

“... faire couple apparait alors comme le meilleur moyen de focalizer les traces des tendances les plus difficilement assumables, notamment les plus archaïques, les plus morcellantes, les plus mortifères. Faire couple est une manière de se débarasser ou de métaboliser les traces latentes des tendances paranoïdes-persécution, notamment-ou dépressives de chacun” (Lemaire, 1979, p. 337).

De acordo com essa perspectiva, alguns sujeitos vivenciam na conjugalidade aspectos regressivos, focalizando-os na relação e viabilizando maior autonomia nos outros campos de sua vida, em especial na sociabilidade. A conjugalidade circunscreve, por vezes, certos distúrbios de personalidade, mantendo alguns aspectos

patológicos sob controle.

Na relação amorosa e na clínica conjugal, observamos que as trocas mútuas evidenciam que os sujeitos apresentam limites mutáveis, não existindo integridade ou unidade absoluta. As identificações em jogo são tão intensas que, por vezes, os sujeitos tendem a se equivocar em relação a si próprios (Lemaire, 1988).

A idéia central é a de que a constituição da conjugalidade ocorre em torno de zonas mal definidas do “si” (*soi*), senão do próprio “eu “ (*moi*). Quando Lemaire refere-se ao “si”, ressalta o aspecto do movimento de estruturação e organização contínuo, permanente, o desembaraçamento da magma simbiótica e da matriz psicocultural, a partir do qual o sujeito diferencia-se. Nesse processo oscilante, indiferenciação e diferenciação, o sujeito mostra-se mais atraído por um ou outro parceiro de acordo com áreas semelhantes, devido à porosidade de seus limites, de seu contorno. As trocas íntimas ocorrem nessas superfícies porosas, onde os parceiros interpenetram-se.

Em alguns casais, observamos que essa área de troca encontra-se mais circunscrita e, em outros, há uma maior invasão intersubjetiva. Nos casais considerados “*border-lines*” encontramos sujeitos que não atingiram uma unidade ou integridade do “si” suficiente, e uniram-se a parceiros com fronteiras frágeis, apresentando necessidade intensa de proteger-se um do outro, ao mesmo tempo em que demonstram necessidade de encontrar no outro seu continente. Contudo, encontramos um tipo de funcionamento semelhante ao desses casais “*border-lines*” em sujeitos mais integrados, confiantes quanto a sua própria unidade, que se dispõem a expor suas próprias fronteiras e fragilidades ao parceiro, na constituição da

conjugalidade “normal”.

Assim, Lemaire (1988) coloca em pauta o questionamento acerca dos limites do “eu “ dentro de um “nós conjugal”, dentro da conjugalidade. Mesmo nos casais considerados normais, encontramos um funcionamento semelhante ao funcionamento patológico, indiferenciado. Alguns sujeitos atingem certo equilíbrio graças a uma conjugalidade que os auxilia numa modalidade de metabolização de seus aspectos mais desintegrados, psicóticos. Outros evitam as relações mais intensas, mantendo distância do objeto diante da angústia de se perder no outro. Em todos os tipos de conjugalidade, a referência às aspirações fusionais são evidenciadas.

Partindo das observações de Lemaire, reafirmamos nossa idéia acerca da parcialidade e fluidez da integridade e identidade do sujeito dentro da conjugalidade. É importante ressaltar os efeitos da conjugalidade nesse processo de estruturação e constituição permanente do sujeito.

A partir dessa posição, configura-se a noção de um sujeito que se desembaraça lentamente da condição simbiótica fundante, de forma desigual, flutuante e intermitente. Do ponto de vista psicológico, o sujeito jamais conclui sua individuação por completo. E os espaços mais apropriados para vivenciar os aspectos primitivos, não-integrados, são as relações conjugais, familiares, algumas amizades e alguns grupos.

Dupré la Tour (1993), ao abordar a questão do narcisismo na terapia conjugal, formula algumas idéias que articulamos com o pensamento de Lemaire. A autora ressalta que para suportar o retorno ilusório, e desejado, a uma unidade psíquica primária, mecanismo fundante da conjugalidade, é necessário que as fronteiras do “eu”

estejam suficientemente bem constituídas. O sujeito deve distinguir o aspecto ilusório desse retorno a uma unidade psíquica primária da ameaça de desintegração. Esse retorno só se torna possível se o narcisismo secundário se estabeleceu suficientemente.

A problemática conjugal é decorrente de uma constituição precária do narcisismo secundário, por não haver atingido a ruptura da unidade psíquica primária. Então, cabe ao terapeuta de casal trabalhar o vínculo mãe-bebê que foi mal elaborado e viabilizar essa passagem. A conjugalidade aparece novamente como dimensão privilegiada de reatualização e elaboração da problemática narcísica dos parceiros.

Os efeitos desse posicionamento na psicoterapia de casais, na clínica conjugal, nos indicam a possibilidade de tratar sujeitos mal individualizados através do enfoque terapêutico da simbiose que estabelecem com seus parceiros. Alguns terapeutas tendem a indicar o tratamento individual, supondo que o fato de o casal estar excessivamente fusionado, indiscriminado, possa comprometer o processo de individuação. Segundo Lemaire, isto significa confundir o resultado almejado do tratamento com a indicação terapêutica.

Do nosso ponto de vista, despreza-se a atuação da conjugalidade no processo de individuação. Não se trata de priorizar o tratamento conjugal em detrimento da terapia individual, mas de aproveitar a oportunidade de um acesso privilegiado a determinada forma de mobilização psíquica individual dentro da conjugalidade.

Lemaire realça que os sujeitos utilizam-se da conjugalidade em seu processo de individuação e que o casal não é um fim terapêutico em si, mas uma mediação terapêutica. Esse é o ponto de vista que adotamos e que buscamos investigar em nossa pesquisa.

3. Contribuições dos teóricos das configurações vinculares

“A subjetividade é construída ao longo de um processo interminável e, ao mesmo tempo, provém de um paradoxo. A presença do outro é necessária e, ao mesmo tempo, uma fonte permanente de sofrimento, porque exige do próprio ego uma renúncia: a de ser auto-suficiente para definir-se por si só.”(Puget, 1997, p.285)

Os autores da Teoria das Configurações Vinculares, dentre os quais destacamos as contribuições de I. Berenstein e J. Puget, considerando a possibilidade de trabalhar em um enquadramento psicanalítico com grupos, famílias e casais, desenvolveram uma revisão e uma ampliação de alguns conceitos psicanalíticos fundamentais. Dentro dessa abordagem, considera-se que a psicanálise, tendo sido originariamente desenvolvida para a compreensão da psicodinâmica individual, conferiu sentido limitado às projeções que incidem sobre a realidade externa. Enfatizou-se as representações mentais que surgem do intercâmbio com a realidade externa somente na medida em que operam como amplificadoras das fantasias inconscientes, produtos da realidade interna.

Partindo da noção de vínculo, tal como conceituado por P. Riviére (1956), os autores dessa abordagem consideram a idéia central de dois ou mais egos conectados entre si, numa relação na qual a extraterritorialidade do outro é fundamental. A configuração vincular, a complexidade da estrutura vincular, colocou em relevo a importância da realidade externa (Puget, 1997).

Os autores dessa abordagem ressaltam a importância da utilização rigorosa de

uma metodologia que tem como referência os parâmetros psicanalíticos e consideram que seus estudos caracterizam muito mais uma ampliação do campo da psicanálise do que uma mudança de paradigmas. Do nosso ponto de vista, essa ampliação vem enriquecer a discussão sobre as relações entre constituição da subjetividade e conjugalidade.

3.1. Subjetividade e trama vincular

De acordo com o enfoque dos teóricos das configurações vinculares, considera-se que a subjetividade estrutura-se a partir dos diferentes vínculos estabelecidos pelo sujeito, ao longo de sua trajetória de vida. Os vínculos, ou seja, as configurações vinculares, fundamentam-se na trama identificatória originada a partir dos inúmeros prolongamentos do ego. Esse enfoque estende a constituição da subjetividade além domínio do chamado mundo interno, intrasubjetivo. A noção de subjetividade aqui referida constitui-se nos espaços intrasubjetivo, intersubjetivo e transubjetivo.

Para avançarmos na compreensão de como a subjetividade estrutura-se na trama vincular, é necessário retomar a conceituação de vínculo, tal como postulada por esses autores. Esse conceito é utilizado de formas muito variadas na literatura psicanalítica e suscita problemas relativos aos limites entre mundo externo e mundo interno, assim como às relações entre ego e objeto.

Dentro desse enfoque, o vínculo é considerado uma entidade com status metapsicológico próprio, como unidade constitutiva do espaço intersubjetivo. É no

espaço intersubjetivo que ocorre o encontro entre dois ou mais egos distintos, pré-condição para o desenvolvimento do intercâmbio e da construção da subjetividade de cada um. Esse espaço distingue-se daquele no qual o sujeito constitui suas representações mentais, fantasias ou relações objetais, onde as representações são construídas a partir do vazio produzido pela ausência do outro. No espaço intersubjetivo, a presença do outro é fundamental, os dois ou mais egos estão indissoluvelmente ligados, ocupando lugares correlacionados, interdependentes (Puget, 1997).

A consideração do espaço intersubjetivo, onde se configuram as representações vinculares, leva a pensar o aparelho psíquico como ligado a outros, afastando a idéia tradicional de aparelho psíquico como individual, exclusivamente singular. Esse enfoque partilha de idéias semelhantes às dos teóricos grupálistas, na medida em que propõe a existência de um aparelho psíquico constituído por diferentes zonas-espacos-mundos. Sendo assim, tais teóricos consideram a possibilidade de inscrição de dois ou mais corpos dentro de uma única psique.

O espaço intrasubjetivo articula as constelações auto-engendradas das relações entre o ego e seus objetos internos, assim como os afetos a eles referidos. As relações intra-subjetivas ocorrem entre objetos parciais ou totais, com os quais o ego estabelece diferentes tipos de ligação. Nas relações intra-subjetivas, o desejo circula de forma unidirecional, diferentemente das relações vinculares, onde se estabelece a bidirecionalidade do desejo. O reconhecimento do outro como desejante relaciona-se com a característica de extraterritorialidade do vínculo.

O espaço intersubjetivo focaliza o vínculo, considerando-o uma estrutura

duradoura e significativa, envolvendo dois ou mais egos. O significado específico da ligação entre esses egos é determinado pelo contexto vincular. O casal é uma das possibilidades de configuração vincular, assim como a família e os outros grupos.

O espaço transubjetivo privilegia o vínculo do ego com o contexto sócio-cultural, com as instituições, seus modelos e enquadres definitórios. O aspecto transubjetivo do vínculo conjugal, apresentado nessa abordagem, é um dos marcos distintivos dessa teorização. Considera-se que a conjugalidade ocupa um espaço virtual, cujo limite é definido pelo modelo sócio-cultural. Esse modelo constitui a matriz inconsciente do casal, através da linguagem e das inscrições do simbólico, de forma mais ampla (Puget & Berenstein, 1993).

A definição de vínculo considera uma estrutura de três termos: os dois egos, dois pólos, que são intermediados por um conector. Essa estrutura vincular possui dois tipos de representação: a do espaço do macrocontexto social e a do complexo de Édipo. Cada tipo de representação impõe leis de funcionamento de diferentes qualidades. A representação social determina a relação familiar, as inscrições nas leis de parentesco e na continuidade histórica. Em contrapartida, a orientação proposta pelo desejo inconsciente determina que cada ego deverá cumprir o modelo parental de constituição do casal de acordo com sua estrutura mental e suas identificações com seu próprio casal parental.

Partindo da tendência do ser humano a organizar seus vínculos em estruturas que apresentam maior ou menor estabilidade, com maior ou menor índice de repetição e criatividade, de acordo com as diferentes possibilidades de elaboração e resolução de seus vínculos primordiais, essa abordagem toma o casal como uma estrutura com alto

grau de especificidade.

A conjugalidade é marcada desde sua constituição por um antagonismo fundamental: a resolução da separação dos vínculos familiares, parentais, dos parceiros e o desejo de criar uma estrutura inédita, que seja resultado da elaboração dos vínculos parentais. Esse antagonismo é pontuado por um movimento de repetição e elaboração permanente. Ocorre uma alternância entre angústia de indiferenciação, marcada por uma suposta continuidade de gerações, e a necessidade de estabelecer a diferenciação, o que constitui a própria subjetividade. A diferenciação é uma maneira de vincular a diferença dos sexos, de forma estável e complementar.

De acordo com essa abordagem, a conjugalidade é uma estrutura vincular complexa, uma relação intersubjetiva entre dois egos, que comporta o mundo intrasubjetivo de cada parceiro, onde o vínculo ocupa uma área diferenciada da estrutura objetal. O pertencimento a vínculos comporta um caráter obrigatório, sem o qual não haveria vida psíquica. Contudo, coloca-se um paradoxo fundamental: a coexistência fusão-separatividade no vínculo. Ao mesmo tempo que a fusão anula a distância necessária para que se estabeleça o vínculo entre dois egos, ela opera como elemento passional, promotora do engajamento conjugal.

3.2. Conjugalidade: a constituição do “objeto-casal” compartilhado

O processo de constituição do vínculo conjugal fundamenta-se na existência de alguns elementos constantes e alguns pressupostos que lhe conferem sentido. É necessário que exista algum tipo de acordo que considere uma organização espaço-

temporal presente e futura, envolvendo uma escolha de objeto privilegiada.

Os teóricos das configurações vinculares consideram alguns parâmetros definitórios como pilares para a compreensão da estruturação da conjugalidade, tendo como suporte o enquadre sócio-cultural. Esses parâmetros são: a cotidianidade, o projeto conjugal, a tendência monogâmica e as relações sexuais. Contudo, embora o enquadre conjugal seja proveniente do mundo sócio-cultural, a conjugalidade apresenta um registro no psiquismo através do modelo do "objeto casal". A conjugalidade é a resultante de uma transformação do objeto casal de cada parceiro num "objeto casal" compartilhado, uma criação inédita (Puget, 1988).

Considera-se que a disposição para constituir um vínculo estrutura-se de acordo com três modalidades de contato com o outro: o registro originário, o registro interfantasmático e o registro ideativo. A constituição do "objeto casal" compartilhado estrutura-se de acordo com esses três registros.

O primeiro registro, o registro originário, refere-se a uma modalidade corporal de contato com o outro. Esse contato ocorre de forma direta, corpo a corpo, é estabelecido através dos órgãos sensoriais e é anterior à linguagem falada. Esse tipo de contato se expressa como uma composição de imagem-emoção-sentimento, sendo impossível uma tradução para a linguagem falada. A partir desse registro, é evocada a sensação oceânica de fusão dos limites próprios com os limites do outro. Essa é a base de sustentação que permite ao parceiro, na relação amorosa, representar o outro em sua ausência. Dessa forma, podemos compreender a que os amantes se referem quando declaram sentir o cheiro, a presença e a sensação de contato com a pele do outro, mesmo à distância.

Puget (1988) fundamenta-se no conceito de “pictograma”, elaborado por P. Aulagnier (1977), ao referir-se à modalidade originária de contato com o mundo (um processo originário), baseado no postulado de auto-engendramento e numa atividade representacional ligada a experiências de prazer-desprazer no encontro com o outro. Esse modelo de atividade psíquica pode ser deflagrado pelo desamparo originário, no caso do bebê, ou pelo desejo e pelo erotismo, no caso do casal.

No segundo registro, que se refere ao nível fantasmático, a existência do outro é reconhecida somente em função do desejo do próprio sujeito. Trata-se de um registro auto-referencial, que considera a intersubjetividade como expressão de um fantasma predominante. O outro é posicionado como contrário ou favorável ao sujeito, desconhecendo-se a possibilidade de independência do desejo do parceiro, ignorando-se a alteridade.

O terceiro registro do vínculo é a modalidade ideativa, modalidade comunicacional. Nesse nível, o contato com o parceiro é estabelecido por intermediação do discurso falado. É o registro no qual as palavras são intercambiadas, produzindo comunicações funcionais ou disfuncionais, expressão manifesta da organização vincular.

Na construção do “objeto casal” compartilhado, entram em jogo as inúmeras constelações vinculares estabelecidas na vida de cada parceiro, que se articulam na composição do “objeto casal” de cada um. Nessas configurações, o ego infantil de cada um ocupou diferentes posições.

A partir dessas posições, originam-se três representações: a primeira refere-se à estrutura relacional originária, correspondente ao narcisismo primário, na qual o

sujeito ocupa uma posição complementar dentro do laço dual, narcísico, com um objeto parental, sustentado por um outro virtual que lhe oferece continente; a segunda é a representação do vínculo pai-mãe, na qual o bebê se percebe excluído; a terceira é a representação sócio-cultural, que inclui pai, mãe e bebê como organização familiar, com código e sinais próprios. O " objeto casal " compartilhado pelos parceiros será resultado de uma conjugação das representações de cada parceiro (Puget, 1988).

O fato de cada parceiro ter internalizado essas representações prepara o terreno para a constituição do vínculo conjugal. Contudo, a constituição da conjugalidade dependerá de uma elaboração desses vínculos primitivos e da disponibilidade em abandonar a ilusão de ter participado plenamente do vínculo parental, reconhecendo a exclusão, a castração. Essa passagem dependerá da capacidade de criação de uma estrutura inédita, de enfrentamento do desconhecido, do outro como desejante.

Ressalta-se que o espaço compartilhado deriva do interjogo entre o conhecimento e o desconhecimento do parceiro. É estabelecida uma zona de encontros na qual o outro pode representar fonte de sofrimento e/ou prazer. Por outro lado, a negação da existência do outro exige um esforço que se manifesta pelo refúgio no monólogo com o "objeto casal" primitivo, um modo de retraimento narcísico. Assim sendo, da oscilação entre o reconhecimento e a negação do outro-parceiro, surge o espaço compartilhado conjugal, sustentado por acordos e pactos inconscientes.

Puget & Berenstein (1993) definem acordos como combinações entre os aspectos mentais compartilháveis dos parceiros, que resultam da tendência a unificar seus funcionamentos mentais e vinculares. Essas combinações configuram uma nova

unidade mental e vincular, diferente do somatório dos espaços mentais dos parceiros, com capacidade de dar sustentação ao crescimento vincular. Os pactos, diferentemente, provêm do espaço mental incompartilhável dos egos de cada parceiro, levando à realização de uma série de concessões necessárias para satisfazer o desejo do outro e para manter o vínculo. Mediante esses mecanismos inconscientes o contrato conjugal é mantido, baseando-se em reestruturações dos psiquismos assim como na preservação de aspectos não-compartilháveis inalterados.

A relação intrasubjetiva comporta os registros do mundo interno, de objetos parciais ou totais. Nessa modalidade, o desejo circula de forma unidirecional, onde temos um ego desejante e um outro funcionando como objeto intrasubjetivo. O vínculo, diferentemente, demanda um referencial externo e implica na bidirecionalidade do desejo, onde ambos os egos ocupam lugar do desejo e de realização do desejo do outro. Contudo, há casos em que ocorre uma clivagem profunda na estrutura vincular e um dos parceiros se encarna como portador do desejo e o outro fica a seu serviço, sendo percebido exclusivamente como objeto. Esse mecanismo corresponde a uma estrutura ilusória de complementaridade, denominada objeto único, relacionada com o primeiro modelo de satisfação de desejo. Nesse tipo de relação primitiva, ocorre uma alternância entre relação intrasubjetiva e vincular.

O objeto-casal compartilhado estrutura-se sobre o suporte do que esses autores denominaram *zócalo* inconsciente, traduzido como plataforma inconsciente do casal. A plataforma inconsciente é a estrutura profunda que regula a conjugalidade, sustentada por acordos e pactos inconscientes, é o organizador da relação e das diferentes modalidades de intercâmbio: emocional, sexual, econômica, de palavras.

Essa plataforma engloba representações objetais e vínculos entre si, contém desejos infantis insatisfeitos e a problemática inerente à diferença sexual, além de representações socioculturais inconscientes.

Em cada etapa da vida e em cada crise vivenciada pelo casal, a plataforma inconsciente conjugal adquire novos significados. A ressignificação operada permanentemente, do nosso ponto de vista, propicia ressignificações individuais nos parceiros, exceto nos casos em que a estrutura conjugal encontra-se imobilizada pela repetição sintomática. Nesses casos, a terapia conjugal apresenta recursos para elaborar o conflito através da mobilização dos conteúdos recalçados.

Consideramos que a conjugalidade estrutura-se de acordo com a disposição dos parceiros para constituir o “objeto-casal” compartilhado, produzindo alterações na constituição da rede vincular atual dos sujeitos e, conseqüentemente, imprimindo mudanças na subjetividade dos parceiros.

O sujeito recebe signos do parceiro, um outro desejante, como resultado de um desencontro. O desencontro ao qual nos referimos é a impossibilidade de o parceiro superpor-se como objeto do desejo do ego, embora assim seja solicitado.

“O primeiro encontro entre os objetos parentais e o infante é realizado sob o signo do desejo de coincidir. Mas é precisamente o nível ilusório de tal coincidência e sua impossível realização o que leva ao contato com o distinto, e conduz à constituição de vínculos cada vez mais complexos, isto é, mais próximos da representação de palavra, na longa, complicada e incerta busca dessa coincidência ”(Puget & Berenstein, 1993, p. 20)

Do nosso ponto de vista, essa busca de coincidência que se reedita no encontro

amoroso e é elemento primordial da constituição da conjugalidade levará os parceiros a desenvolverem um esforço contínuo de elaboração de aspectos primitivos, resultando numa modificação de sua própria estruturação egóica e não somente numa simples repetição de padrões habituais.

3.3. Parâmetros definitórios da conjugalidade

A conjugalidade estrutura-se dentro de um enquadre, de acordo com alguns elementos definitórios, que torna possível referir-se ao casal como uma unidade com alto grau de especificidade. Os teóricos das configurações vinculares consideraram quatro parâmetros definitórios da conjugalidade: cotidianidade, projeto vital compartilhado, relações sexuais e tendência monogâmica (Puget & Berenstein, 1993).

Ressalta-se que esses parâmetros definitórios apresentam simultaneamente referência sócio-cultural e referência a estruturas metapsicológicas. Essa dupla referência está relacionada com a articulação dos aspectos inter, intra e transubjetivos na conjugalidade. Os teóricos das configurações vinculares buscam, desse modo, ampliar a compreensão da psicodinâmica conjugal, considerando a plataforma inconsciente da conjugalidade. A noção de vínculo implica a busca de conceituação dos limites entre intrasubjetivo e intersubjetivo e ainda acrescenta maior complexidade ao incluir a dimensão transubjetiva, referida às inscrições inconscientes dos modelos sócio-culturais.

A cotidianidade, dimensão das relações do dia-a-dia, configura a estabilidade conjugal numa unidade temporal e espacial, apresentando-se sob a forma de

intercâmbios diários. Refere-se ao que denominamos de convivência conjugal, que possui uma representação simbólica na estrutura vincular. A cotidianidade opera como um organizador dos encontros e dos desencontros do casal, ativando modalidades primárias de relação, baseadas em ações estáveis, ritmo e ordem.

Essa dimensão do enquadre conjugal ativa modalidades primitivas de relação associadas às primeiras rotinas do bebê, cuja alternância de ritmos faz parte do *holding* materno. Nos primeiros momentos da vida do bebê, a alternância de ritmos estáveis relacionados com cuidados essenciais, como os cuidados com a higiene e a alimentação, está na base de um tipo de estabilidade necessária à aquisição da identidade. De forma semelhante, assim como a rotina do bebê constitui um sustentáculo para a sua estruturação egóica, a cotidianidade na conjugalidade constitui a base para a identidade conjugal.

Por outro lado, deve-se considerar uma abertura para momentos de instabilidade na cotidianidade, possibilitando o surgimento de novos ritmos, mobilizando a capacidade de resposta a situações novas, o crescimento e a criatividade conjugal. A estabilidade do vínculo não implica estagnação. Quando a semantização do vínculo é predominantemente associada a Eros, ao movimento de vida, há uma tendência à complexificação da identidade conjugal e, quando é associada a Tanatos, a estabilidade torna-se paralisante, mobilizando vivências de tédio e estagnação no casal.

O projeto vital compartilhado, considerado outro parâmetro fundamental para a definição do enquadre conjugal, é resultante da articulação de representações de realizações e conquistas dos parceiros, projetadas num tempo futuro. Esse projeto inaugura-se com a aquisição de uma linguagem própria do casal, com significado

compartilhado. As realizações e conquistas são evidenciadas mediante a produção de filhos reais ou simbólicos.

O projeto compartilhado é elaborado durante a trajetória de vida conjugal, sendo submetido a um processo contínuo de reformulações que implica ampliações, renovações e momentos de crise. Nesse processo, ocorre uma constante passagem do projeto ao cotidiano, na medida em que o projeto concretiza-se. Nesses momentos, quando o projeto torna-se realidade, surge o risco de imobilização da conjugalidade ou de reestruturação da mesma.

Ressalta-se que o processo de formulação do projeto conjugal compartilhado costuma ser focado na terapia conjugal e os entraves na formulação desse são freqüentemente enunciados como queixa principal. Consideramos que esse parâmetro constitui um dos indicadores da capacidade de diferenciação e da capacidade elaborativa dos parceiros, elucidando a maneira como a conjugalidade incide sobre a subjetividade de cada um.

Do nosso ponto de vista, o projeto compartilhado é produto da elaboração dos ideais de cada parceiro, representando uma possibilidade sublimatória, mediante a atividade de simbolização e de criação individual e conjugal. Por esse motivo, em nossa pesquisa, nos apropriamos desse parâmetro como categoria de análise.

As relações sexuais também figuram entre os parâmetros definitórios da conjugalidade. Em cada sociedade, de acordo com o contexto histórico e com o modelo sócio-cultural vigente, as relações sexuais são classificadas segundo critérios de "normalidade", sendo prescritas ou excluídas nas diferentes modalidades de relacionamento. Na nossa sociedade ocidental, no que se refere ao relacionamento

conjugal, considera-se que as relações sexuais são prescritas.

Além do aspecto transubjetivo desse parâmetro definitório, marcado pelo contexto sócio-cultural, consideramos que os intercâmbios sexuais, presentes na conjugalidade, mobilizam a estruturação da subjetividade, na medida em que colocam em ação a organização libidinal dos sujeitos-parceiros. Para que as relações sexuais sejam consideradas satisfatórias, é necessário que haja aceitação do parceiro como diferenciado e incompleto. A mobilização do desejo e a necessidade do parceiro, na conjugalidade, dependerá da aceitação da castração, por um lado, e da ilusão de preenchimento, por outro. A conceituação e a discussão desse parâmetro suscitam, dessa forma, questões relativas à aceitação da diferença e da complementaridade na conjugalidade.

Além dos parâmetros já levantados, a tendência monogâmica é considerada também um elemento definitório da conjugalidade, uma peculiaridade marcada simbolicamente pela preferência. Ressalta-se que, mesmo em sociedades que prescrevem a união com vários cônjuges simultaneamente, um dos parceiros assume a qualidade de único. A qualidade de preferência fundamenta-se metapsicologicamente na estrutura de “objeto único”, de acordo com a conceituação de Puget & Berenstein (1984).

No tipo de vínculo marcado pela estrutura de “objeto único”, tende-se a atribuir ao outro o caráter de exclusividade e de necessidade. Na ausência do objeto, o sujeito sente-se ameaçado de aniquilamento. Esse tipo de vínculo remonta ao narcisismo originário, à primeira organização objetal, na qual atribui-se ao objeto qualidades como onipotência e onipresença, além da capacidade de antecipação de

desejo. O “objeto único” é colocado na posição permanente de doador, um lugar de completude ilusória. Na conjugalidade, o trabalho de constituição do “objeto compartilhado” implica a passagem do “objeto único” ao “objeto unificado”, no qual articulam-se aspectos compatíveis e incompatíveis de ambos os parceiros.

A tendência monogâmica pode manifestar-se como um parâmetro que conduz à rigidez, ao cerceamento, ou como um estímulo ao desenvolvimento de uma maior complexidade e dinamismo vincular. Do nosso ponto de vista, esse parâmetro, ao exigir dos cônjuges um trabalho psíquico e vincular de transformação do modelo do “objeto único” no modelo de “objeto unificado”, mobiliza a elaboração de tendências primitivas, regressivas, narcísicas, propiciando alterações nas subjetividades dos parceiros. Esse processo pode ser identificado durante a trajetória do casal, na passagem do enamoramento, paixão, ilusão de fusão, ao sentimento amoroso, com aceitação da castração.

3.4. Tipologia do vínculo conjugal

Visando uma melhor compreensão da psicodinâmica conjugal e o aprimoramento de recursos terapêuticos nesse campo, os autores da Teoria das Configurações Vinculares elaboraram uma tipologia do vínculo conjugal, que pretende conceituar os aspectos observáveis e sua significação inconsciente. Essa tipologia focaliza o grau de discriminação entre os egos dos parceiros e a tendência a estabelecer organizações de nível edípico ou pré-edípico, o lugar do terceiro, considerando os parâmetros definitórios do enquadre conjugal abordados anteriormente.

Ressalta-se que essa tipologia vincular é descritiva. O enfoque das diferentes modalidades de funcionamento conjugal visa desenvolver uma compreensão e reconhecimento das emoções básicas que circulam em cada tipo de vínculo. Embora na identificação de diferentes modos de funcionamento, de diferentes estruturas de conjugalidade, evidencie-se a existência de arranjos conjugais psicopatológicos, essa tipologia não tem por objetivo categorizar o vínculo de acordo com critérios de normalidade.

As estruturas conjugais propostas não devem ser categorizadas como normais ou patológicas em si. Os casais podem oscilar de um tipo de estruturação conjugal a outro, visto que a estruturação da conjugalidade não é fixa ou rígida. Nos casos em que encontramos um determinado arranjo conjugal psicopatológico, denota-se a intensificação de algumas características da estrutura conjugal de base, com mobilização de angústia e sofrimento para o casal.

O desenvolvimento da tipologia do vínculo conjugal fundamenta-se na idéia da pré-existência de uma estrutura zero, que determina o grau mínimo de posições e de ligação entre os parceiros, a partir do qual o vínculo alcança significação. A estrutura zero é considerada a matriz inconsciente do vínculo conjugal e é fornecida pelo contexto sócio-cultural. Cada sociedade possui diferentes matrizes que determinam as possíveis formas de vinculação entre os indivíduos (Puget & Berenstein).

A idéia de estrutura zero deriva da conceituação de formas institucionais de tipo zero, desenvolvida por Lévi-Strauss (1958). As formas institucionais de tipo zero têm como função principal proporcionar um sentido às sociedades, introduzindo determinadas condições prévias de existência, regulando os intercâmbios, atribuindo

uma representação social e viabilizando o desenvolvimento do sentimento de pertença. Segundo nossa concepção, a estrutura zero introduz a Lei, que viabiliza a constituição de toda e qualquer sociedade.

Puget & Berenstein (1993) descrevem três tipos principais de estrutura conjugal, representativas de diferentes modos de investimento na estrutura zero. Essas estruturas referem-se ao modo de funcionamento do par conjugal, portanto, não correspondem diretamente à estruturação psíquica de cada parceiro, isoladamente.

A primeira estrutura é chamada dual e nela predomina o vínculo de tipo fusão, com idealização mútua de algum componente, em geral parcial. Essa estrutura pode apresentar-se de acordo com um modelo de relacionamento simétrico, gemelar, ou com um modelo assimétrico, complementar. Na simetria, ressalta-se o papel do olhar, a visão especular, o desejo dos parceiros de ser um a imagem especular do outro. A diferença tende a ser excluída da relação. O projeto vital é restritivo, imobilizado no tempo e o acesso à genitalidade fica prejudicado pelo não reconhecimento das diferenças. Na complementaridade, a fusão é sustentada na medida em que um dos parceiros ocupa a posição de assistente do outro. A partir daí, evidencia-se uma tendência a bloquear o crescimento ou a passagem para um estado de maior complexidade vincular.

A segunda estrutura caracteriza-se pelo vínculo conjugal indiscriminado, como na primeira, mas apresenta predominantemente uma angústia catastrófica, que é evitada pela presença do terceiro. A angústia catastrófica refere-se ao temor de que o vínculo dissolva-se a qualquer momento. A autonomia do parceiro é temida e só é aceita de acordo com determinadas condições estabelecidas por uma Lei tirânica.

Nessa modalidade de conjugalidade, predomina a transgressão de valores, um tipo de erotização sádica. Essa estrutura é denominada terceiridade limitada e nela o terceiro ocupa um lugar de excluído. Há uma tendência do casal em manter intercâmbios sádicos e exercer transgressões para não sucumbir à indiscriminação. A sexualidade é pré-genital e insatisfatória. Esse tipo de estrutura encontra-se em casais que formam pares com funcionamento pervertor-pervertido, enciumante-ciumento ou inibidor-inibido.

A terceira estrutura é denominada terceiridade ampla. Nesse tipo de conjugalidade encontramos dois egos discriminados, ambos possuindo uma representação interna do outro. O casal é capaz de representar a si mesmo como um produto mais complexo e sofisticado que o somatório dos egos dos parceiros. Há possibilidade de criar novas representações, como resultado da articulação das diferenças. Essa estrutura vincular viabiliza a passagem do “objeto único” ao “objeto unificado”, produto da elaboração dos vínculos parentais e da inclusão da terceiridade ampla, onde o terceiro não deflagra sentimentos de exclusão e é assimilado no projeto vital.

Essa tipologia, embora seja descritiva, nos remete ao questionamento acerca do grau de elaboração e reestruturação egóica possível de cada parceiro no vínculo conjugal. A rede vincular que é estabelecida na conjugalidade, do nosso ponto de vista, abre inúmeras possibilidades de transformação das subjetividades nela envolvidas. Contudo, em alguns casos observamos que a rede vincular conjugal encontra-se paralisada por conflitos sintomáticos que se estruturam na constituição do casal.

Em nossa pesquisa, na segunda etapa da análise do material discursivo,

adotamos essa tipologia das estruturas conjugais, buscando identificar as estruturas predominantes nos casais abordados, visando ampliar a compreensão das influências da conjugalidade na subjetividade, considerando a psicodinâmica do par conjugal.

3.5. Atividade representacional conjunta e a mobilização de reestruturações subjetivas

A teoria das configurações vinculares, a partir da conceituação sobre os espaços intra, inter e transubjetivo, desenvolve algumas idéias que vêm ao encontro da questão central de nosso estudo, na medida em que discute as possibilidades estruturantes da subjetividade inerentes à constituição da dimensão da conjugalidade e resultantes de sua vivência. O dinamismo do vínculo conjugal aponta para a complexificação do psiquismo dos sujeitos-parceiros, para a possibilidade de elaboração e reestruturação de aspectos da personalidade de cada um.

A psicanálise das configurações vinculares concebe o sujeito como sendo produzido por uma rede vincular ao mesmo tempo em que a produz. Dessa forma, ressalta-se o *status* metapsicológico do coletivo. As psicodinâmicas grupal, familiar e conjugal são consideradas fundantes do psiquismo e não simplesmente secundárias a um ego estruturado (Puget, 1996).

Considerando que, nesse enfoque, o pertencimento a vínculos comporta um caráter de obrigatoriedade na constituição do sujeito, o processo de estruturação da conjugalidade evidencia dois paradoxos fundantes do psiquismo. O primeiro deles refere-se à obrigatoriedade de pertencimento, por um lado, e à opção de escolha, por

outro. O segundo paradoxo refere-se à coexistência fusão-separatividade, na configuração vincular conjugal (Puget, 1993).

O primeiro paradoxo, pertencimento obrigatório *versus* escolha, relaciona-se com as possibilidades do sujeito elaborar o seu modo particular de pertencimento aos vínculos, delineando ao longo de sua vida sua inserção no contexto social, nas instituições, dentre as quais ressaltamos a família e o casamento. O sujeito cria um estilo idiossincrático, como resposta ao interjogo entre a pressão social dos padrões culturais e a pressão pulsional mobilizada nas relações intersubjetivas.

O segundo paradoxo, a coexistência fusão-separatividade, consiste no fato de que ao mesmo tempo em que a fusão tende a eliminar a distância entre os dois “eus”, instaurando o vínculo conjugal e sendo representada pelo elemento passional, a existência do vínculo implica um distanciamento mínimo entre os sujeitos, visando a preservação da alteridade.

A forma como o casal articula essas exigências paradoxais determina a configuração do enquadre conjugal, que constitui uma produção singular e única de cada par. O enquadre conjugal é resultado da articulação da estrutura relacional narcisista e de modelos identificatórios edípicos e sociais, de acordo com determinações inconscientes.

A qualidade estável do vínculo conjugal, dada pela experiência espaço-temporal compartilhada, propicia a mobilização de uma atividade representacional conjunta. Ocorre uma projeção espaço-temporal de um estado fusional narcisista, gerando efeitos em cada encontro do par, simultaneamente com funcionamentos primários e secundários (Cincunegui & Chebar, 1996).

O enquadre conjugal, mediante a atividade representacional conjunta, exerce função de continente para as tendências regressivas que se mantêm mascaradas na vida amorosa e que, fora da conjugalidade, poderiam ser consideradas patológicas. O enquadre, muitas vezes, exerce uma função adaptativa, possibilitando que alguns elementos considerados patológicos sejam significados de outra forma ou encontrem outras alternativas de circulação.

S. Cincunegui e N. Chebar (1996), desenvolvem uma compreensão semelhante à de J. Lemaire (1988), ressaltando a qualidade de continente da conjugalidade. Esses autores postulam, ainda, que a relação conjugal pode funcionar como um tipo de “relação natural terapêutica”. O enquadre conjugal pode operar como uma terceiridade simbólica que transcende o próprio vínculo.

Nos casos em que a atividade representacional conjunta falha na metabolização das tendências regressivas mobilizadas na conjugalidade, surge uma vivência primária de desencontro com o objeto originário, causando profundo sofrimento vincular. Contudo, de acordo com essa concepção, as crises conjugais também podem produzir um efeito enriquecedor, conduzindo à ressignificação de experiências passadas e ampliando a atividade representacional conjunta.

De acordo com essas idéias, consideramos que o enquadre conjugal viabiliza um certo tipo de metabolização das tendências regressivas, mediante a atividade representacional conjunta, articulando as tendências paradoxais inerentes à conjugalidade e mobilizando esforços que conduzem a reestruturações subjetivas em cada um dos parceiros.

IV. ESTUDO DE CAMPO

Em nossa investigação, visamos abordar a conjugalidade e a dinâmica psíquica a ela subjacente, buscando desenvolver uma compreensão acerca de suas influências sobre a estruturação da subjetividade. Partimos do pressuposto de que a subjetividade se estrutura num processo dinâmico e permanente. E, dentro desse processo, ressaltamos a importância da dimensão da conjugalidade devido ao alto grau de interdependência afetiva nela presente.

Nossa pesquisa fundamenta-se na abordagem psicanalítica das relações amorosas, que reúne contribuições de diferentes escolas, enfatizando distintos aspectos da psicodinâmica conjugal. Essas contribuições, que foram abordadas nos capítulos anteriores, constituem o embasamento teórico para o desenvolvimento da investigação de campo realizada.

No desenvolvimento de nossa investigação, focalizamos o processo identificatório, o papel dos ideais na constituição da conjugalidade e suas influências sobre a constituição da subjetividade dos parceiros. Ressaltamos, ainda, a importância de se considerar o contexto histórico e sócio-cultural, a partir do qual as relações conjugais são estabelecidas, e suas repercussões sobre a subjetividade.

A partir daí, elaboramos um estudo de campo com casais da classe média carioca, no qual investigamos diferentes aspectos da constituição da conjugalidade, da vivência dessa dimensão e suas influências na transformação das subjetividades dos cônjuges.

1. Sujeitos

Em nossa pesquisa, entrevistamos 12 (doze) casais da classe média, com tempo de coabitação superior a 8 (oito) anos, com idades entre 34 (trinta e quatro) e 44 (quarenta e quatro) anos, moradores da zona sul da cidade do Rio de Janeiro. A maioria dos sujeitos possuía nível de instrução superior, alguns eram profissionais liberais autônomos e outros eram empregados de empresas particulares ou de estatais. Apresentamos um quadro com dados mais detalhados, incluindo idade, profissão, número de filhos e tempo de casado (v. Anexo 1).

Consideramos importante observar que todos os casais entrevistados tinham filhos e que a maioria manifestou grande envolvimento com a tarefa de cuidar de filhos abaixo de dez anos de idade. Apenas 2 (dois) dos casais entrevistados tinham somente filhos adolescentes. Esses dados nos informaram sobre a localização dos casais entrevistados em relação ao ciclo vital.

Nesse momento do ciclo vital, a conjugalidade é redefinida com a inclusão de cada filho e a instauração do núcleo familiar propriamente dito. Dentre as características mais marcantes dessa etapa, destacam-se a reorganização da cadeia geracional e o papel de cuidadores dos parceiros (Carter & McGoldrick, 1995). Consideramos que esses aspectos estão implicados no processo de transformação da subjetividade, propiciado no enquadre conjugal.

Optamos por entrevistar somente casais que não tivessem experiências conjugais anteriores, visando evitar a influência de variáveis próprias do recasamento. Em pesquisas desenvolvidas anteriormente, foram observadas várias características

que se relacionam especificamente com recasamentos e outras com primeiros casamentos (Féres-Carneiro, 1987; Pascual, 1990).

Buscando analisar as influências da conjugalidade sobre a subjetividade, entrevistamos casais com tempo mínimo de 8 (oito) anos de convivência conjugal, visando realçar o valor de aspectos como estabilidade do vínculo e cotidianidade da relação, considerados necessários para a aquisição da identidade conjugal e para a mobilização de reestruturações egóicas nos parceiros, de acordo com estudos desenvolvidos por Puget & Berenstein (1993).

A seleção dos casais foi realizada por intermédio da indicação de amigos, de conhecidos ou de nossos contatos profissionais. Buscamos, dessa forma, ter um acesso mais informal aos casais, propiciado pela mediação de relações de amizade, embora mantendo a “neutralidade” necessária para realizar uma escuta tecnicamente orientada para a investigação científica.

2. Instrumento

Após a definição dos critérios básicos para a seleção dos casais a serem entrevistados, nos empenhamos na construção do instrumento de coleta de dados, a entrevista semi-estruturada. Escolhemos essa modalidade de entrevista porque esse instrumento favorece a abordagem de aspectos da vivência conjugal mais informalmente, possibilitando uma escuta mais ampla da conjugalidade

A partir da revisão da literatura sobre a temática a ser pesquisada, elaboramos o roteiro da entrevista (v. Anexo 2). Tal roteiro contemplou os temas que constituíram

as seguintes dimensões de análise: *concepção de conjugalidade; escolha do parceiro; percepção do parceiro; auto-percepção; expectativas sobre o parceiro; auto-expectativas; espaço lúdico; espaços da individualidade; projetos conjugais e individuais; percepção de influências da conjugalidade sobre a subjetividade.*

3. Procedimentos

Inicialmente, realizamos um estudo piloto com dois casais, visando aprimorar nosso instrumento de investigação e estabelecer as categorias de análise definitivas. Ao final dessa etapa, mantivemos os mesmos temas propostos, delimitando mais claramente os objetivos de investigação de cada categoria. Como não foram realizadas modificações no instrumento de investigação, o material colhido nessas entrevistas iniciais foi incorporado ao material das entrevistas subseqüentes e analisado com os dados definitivos.

Realizamos entrevistas individuais com cada um dos parceiros, buscando apreender diferenças entre os discursos feminino e masculino, diferenças de percepção e valorização de determinados aspectos da vivência da conjugalidade, viabilizando o acesso a narrativas complementares sobre a psicodinâmica conjugal e suas repercussões sobre a subjetividade. Dessa forma, também evitamos que a fala de um dos parceiros se sobressaísse sobre a fala do outro criando a ficção de uma narrativa homogênea e unilateral.

A maioria das entrevistas foi realizada na residência dos casais, buscando conciliar atividades profissionais e preocupações com rotinas domésticas. Apenas um

dos casais entrevistados preferiu que a entrevista fosse realizada no nosso consultório, já que se localizava próximo à sua residência, tendo o casal considerado que teria maior privacidade para falar devido a prováveis interrupções dos filhos em casa.

As entrevistas foram gravadas com a aprovação dos sujeitos, decorrendo em clima descontraído e informal. O roteiro dos temas foi seguido sem que houvesse uma seqüência rígida. Buscamos aprofundar os temas quando eles se apresentavam e, quando era necessário, propúnhamos questões. Cada entrevista durou, em média, uma hora. Em seguida, as entrevistas foram transcritas, buscando preservar tudo o que fora dito na forma mais original possível.

4. Análise e discussão dos dados

Desenvolvemos a análise e a discussão do material obtido em duas etapas. Na primeira etapa, a partir das categorias de análise propostas, avaliamos as falas dos homens e das mulheres, separadamente. Na segunda etapa, analisamos as estruturas conjugais predominantes nos casais por nós entrevistados, de acordo com a classificação proposta por Puget & Berenstein (1993). Os casais, cujas falas foram reunidas par a par, foram reunidos em três grupos.

Visando ilustrar elementos da psicodinâmica conjugal que, segundo nosso ponto de vista, influenciam a subjetividade dos parceiros, apresentamos fragmentos do discurso de todos os casais entrevistados. Dentro de cada grupo, subdividido de acordo com a estrutura conjugal predominante identificada, a discussão de cada categoria foi ilustrada com falas de dois casais. As falas dos casais foram apresentadas de forma

alternada com a finalidade de incluir exemplos de todos os casais entrevistados.

4.1. Categorias formuladas

a) *Concepção de conjugalidade*

“Toda pessoa disposta a constituir um vínculo de casal sabe, consciente ou inconscientemente, a partir dos modelos sócio-culturais, que isso implica certos elementos constantes e pressupostos que dão sentido ao campo do permitido e do proibido.”(Puget & Berenstein, 1993, p. 5)

Ao perguntarmos aos sujeitos de nossa pesquisa o que eles entendem por relação conjugal, pretendemos pesquisar os elementos valorizados na vivência da conjugalidade, os objetivos conjugais e os aspectos idealizados na relação amorosa. Buscamos apreender a *concepção de conjugalidade* interiorizada pelos sujeitos, considerando os valores sócio-culturais implicados nessa concepção, as vivências individuais de cada um acerca do relacionamento conjugal, os afetos e os ideais associados à conjugalidade.

A *concepção de conjugalidade* vai sendo construída, formulada e expressa, através de todo o percurso da entrevista, entre elaborações e reformulações contínuas e descontínuas, nas falas dos sujeitos entrevistados. Ao formularmos uma pergunta do tipo ampla e aberta - “O que é relação conjugal, para você?” - no início da entrevista, pretendemos provocar uma associação de idéias sobre a conjugalidade, enfatizando mais o aspecto relacional do vínculo conjugal do que o aspecto institucional do

casamento. Em nosso estudo, buscamos compreender o grau de importância atribuído à relação conjugal e sua influência sobre a subjetividade dos parceiros, seu aspecto estruturante.

Consideramos que a subjetividade moderna é estruturada sobre um projeto individualizante, onde são ressaltados o processo de formação do “eu”, os ideais de igualdade e de liberdade, e onde a conjugalidade ocupa um papel central. O papel de centralidade da conjugalidade na estruturação da subjetividade foi realçado por Sennett (1977) e Giddens (1992), entre outros. Esses autores nos falam sobre a transformação do “outro”, parceiro, em instrumento de auto-realização e de legitimação do “eu”. O “outro” é convertido num recurso de desenvolvimento interno e a relação amorosa é guiada pelo desejo de encontrar no parceiro uma definição de si mesmo. A partir dessas idéias, consideramos que a concepção de si, em parte, está embutida na *concepção de conjugalidade*, num processo mútuo e contínuo de redefinição das subjetividades dos parceiros.

Sabemos que, do ponto de vista psicanalítico, o sujeito encontra-se permanentemente envolvido com a contradição básica entre o sofrimento do despreendimento dos vínculos parentais e o desejo de criar estruturas inéditas, conflito gerado pelo processo de individuação. A alternância entre repetição e criatividade ocorre nas estruturas vinculares, na vida dos sujeitos, configurando diferentes tipos de resolução na trajetória de cada um. A conjugalidade, do nosso ponto de vista, coloca-se como uma das formas de organização vincular, com relativo grau de estabilidade, que oferece possibilidades de elaboração ou de repetição. A tendência do ser humano a constituir e constituir-se numa vida vincular é uma das formas de lidar com essa

contradição básica.

A conjugalidade, privilegiada por seu caráter de intensidade do investimento libidinal, tem como tarefas básicas vincular de forma estável e complementar a diferença sexual, segundo a tendência exogâmica regida pela lei edípica, e lidar com a angústia de indiferenciação, colocando o sujeito num *continuum* de gerações, alimentado pela idéia de pertença (Puget & Berenstein, 1993; Eiguer, 1985).

Como toda estrutura relativamente estável, a conjugalidade é regulada por alguns parâmetros definitórios. De acordo com Puget & Berenstein (1993), consideramos os seguintes parâmetros básicos: a cotidianidade, o projeto vital compartilhado, as relações sexuais e a tendência monogâmica. Observamos que alguns desses parâmetros foram mais valorizados do que outros no discurso dos sujeitos de nossa pesquisa, na *concepção de conjugalidade*, com diferenças entre homens e mulheres.

Observamos que os aspectos valorizados pelos sujeitos foram considerados não somente como definidores da conjugalidade, mas também como motivadores do engajamento conjugal e responsáveis por sua continuidade, estabilidade e solidez

No discurso da maioria dos homens entrevistados, ressaltou-se a valorização de aspectos como “compartilhamento”(8 sujeitos) e “divisão de responsabilidades”(4 sujeitos) na *concepção de conjugalidade*.

O relacionamento conjugal é algo que transcende o contrato. É sentir-se bem com a outra parte, buscar o objetivo único, partes se juntando para o todo. (H-

1)

Relação conjugal é ter parceria em todos os sentidos, para dividir a vida. É ter a pessoa, do seu lado, com quem você divida tudo, complementando o que você está precisando, buscando.(H-8)

Pra mim, é a vida a dois, em comum. São duas pessoas que compartilham os mesmos ideais, desejos....Hoje, as pessoas, por comodidade, não têm força para enfrentar os obstáculos. Quando juntam as escovas, têm que ceder seus espaços e compartilhar.(H-9)

Relação conjugal é dividir. Saber dividir espaços, temperamentos, intenções e desejos. Quando você se compromete, tem a idéia de compartilhar todas as coisas.(H-10)

É uma parceria muito forte. Conviver com a pessoa com quem você pode partilhar tudo. É uma amiga, irmã, namorada, amante, tudo. É a pessoa de referência.(H-12)

Dentre outros aspectos abordados pelos homens entrevistados na *concepção de conjugalidade*, destacamos a “concessão por parte de ambos os parceiros” (4 sujeitos) e a “família” como valor central (4 sujeitos).

É a vida em família. Não é só o casal em si, é a família em tudo. É o dia-a-dia, relacionamento que gira em torno de tudo o que você vive. A família é um

lugar para extravazar.(H-3)

Acho que é o aprender a conviver e construir uma vida e uma família dentro dos aspectos positivos e negativos. Tem que ter muita concessão. Paciência no sentido de compreensão do par com suas metas, objetivos, carências e defeitos.(H-11)

Por outro lado, no discurso de grande parte das mulheres entrevistadas encontramos uma maior valorização do componente amoroso (6 sujeitos). As mulheres falaram de “amor” ou “sentimento forte”, ao formularem uma *concepção de conjugalidade*. Diferentemente dos homens, além de valorizarem a “complementaridade”(5 sujeitos), deram grande destaque à “cumplicidade”(4 sujeitos) e ao “respeito mútuo”(4 sujeitos).

Relação conjugal são duas pessoas que se amam e que precisam viver juntas porque não tem mais sentido viver separado, porque você sente falta e só vai se completar quando você está junto. Você quer fazer o dia a dia com a pessoa, compartilhar tudo.(M-4)

O mais importante na relação conjugal é a cumplicidade, o companheirismo, a fidelidade. Pensar parecido, adivinhar os pensamentos só de olhar.(M-5)

É uma relação que envolve respeito, troca, aprendizado, segurança. Se sentir

correspondida, amada, desejada. Essas coisas que buscamos desde criança. Começa com a paixão, depois vem o amor. O casamento está ligado não só ao amor, mas ao espírito.(M-8)

Relacionamento de comprometimento, complementaridade. É um pacto mútuo entre o casal. Vão estar implicadas questões afetivas e sexuais. Tem essa cumplicidade...(M-12)

A “família” também aparece entre os elementos valorizados na definição de conjugalidade, no discurso das mulheres entrevistadas (3 sujeitos). Contudo, esse elemento é menos central para a definição de relação conjugal entre as mulheres do que entre os homens.

Relação conjugal é o companheirismo, ter um projeto de vida em comum.. Duas pessoas dispostas a viver juntas para criar uma família. Um projeto só, um objetivo só. Quando isso se distorce um pouco, cada um com a cabeça diferente e objetivos diferentes, então, não vai bem.(M-3)

Cumplicidade. É uma relação que envolve tanta coisa...Estar juntos em todos os sentidos: família, amigos, etc. Ter as mesmas afinidades. Eu queria alguém assim, com a mesma sensibilidade.(M-10)

Em parte, consideramos que a maior valorização da “família” no discurso dos

sujeitos entrevistados se deve ao momento do ciclo vital vivenciado pelos casais de nossa pesquisa. A maioria dos casais entrevistados (10 casais) encontrava-se muito envolvida com a tarefa de cuidar de filhos pequenos. Apenas 2 (dois) dos casais entrevistados tinham filhos adolescentes. Nesse momento do ciclo vital, a conjugalidade se redefine em função da inclusão de filhos, da instauração do novo núcleo familiar propriamente dito, da reorganização da cadeia geracional, da assumpção do papel de cuidadores, por parte dos parceiros, dentre outros fatores (Carter & McGoldrick, 1995).

Contudo, apesar de considerarmos a importância do momento do ciclo vital na *concepção de conjugalidade* dos sujeitos, observamos que a presença de maior valorização da instituição família no discurso dos homens do que no discurso das mulheres também foi ressaltada em estudo anteriormente por nós realizado (Magalhães, 1993) com casais de diferentes faixas etárias, em diferentes momentos do ciclo evolutivo familiar.

As mulheres, naquele estudo, tenderam a valorizar mais o vínculo amoroso do que o vínculo institucional familiar na *concepção de conjugalidade*. Observou-se que os homens tenderam a perceber o casamento como garantia da constituição familiar em si e que isso também relaciona-se ao fato de que a guarda e a educação da prole ainda se mantém predominantemente sob o domínio feminino, sendo assegurada culturalmente e judicialmente. Além disso, constatou-se que as mulheres apresentaram maior disponibilidade para incorporar os valores da modernidade, os quais enaltecem o amor como ingrediente fundamental da conjugalidade.

O enaltecimento do amor conjugal e a incorporação do erotismo ao casamento,

conforme discutido em capítulo anterior, são construções do que Giddens (1992) chamou de história emocional da sociedade moderna. A conjugalidade moderna é marcada pelo projeto individualizante e igualitário, pelo processo de secularização, pela nuclearização da família e pela restrição da sociabilidade, dentre outros fatores (Ariès, 1981; Ariès & Bèjin, 1982; Habermas, 1981).

Dentro desse quadro, o amor romântico é uma construção essencialmente feminina. Até o século XVIII, o amor no casamento se relacionava com companheirismo e com a divisão de responsabilidades e de tarefas entre os parceiros no cuidado da família e da propriedade. Com a progressiva associação da mulher ao lar e seu isolamento do mundo exterior, do domínio público, a promoção do amor e o domínio da intimidade tornaram-se, predominantemente, esferas do feminino. Os homens são considerados retardatários em relação a essas transformações da intimidade na modernidade (Giddens, 1992).

As diferenças entre homens e mulheres em relação à *concepção de conjugalidade*, evidenciadas em nossa pesquisa, indicaram distintas formas de incorporação de valores modernos e distintos tipos de vivências emocionais conjugais, que se refletem diretamente sobre a constituição das subjetividades dos sujeitos. A partir da *concepção de conjugalidade*, considerando a forte significação dessa dimensão, observamos que cada um dos parceiros configura diferentes enquadres para a redefinição de sua própria posição enquanto sujeito, orientados por diferentes ideais conjugais e individuais.

b) *Escolha de parceiro*

“O enamoramento é um processo no qual a outra pessoa, aquela que encontramos e que nos correspondeu, se nos impõe como objeto pleno do desejo. Esse acontecimento nos impõe a reorganização de tudo, e esse fato obriga-nos a repensar tudo, especialmente o nosso passado. Na realidade, não é um repensar, mas um refazer. É, com efeito, um renascimento.”(Alberoni, 1988, p.18)

Consideramos que a *escolha de parceiro* é a mola propulsora do processo de identificação, mobilizado por ocasião do engajamento amoroso, de maneira mais ampla. Em nossa pesquisa, buscamos resgatar os elementos do processo identificatório conjugal, no discurso dos sujeitos entrevistados, através do relato individual de cada cônjuge acerca da formação inicial do casal, do engajamento amoroso, do namoro e da escolha do parceiro propriamente dita.

No relato de cada cônjuge, enunciam-se os elementos manifestamente motivadores do engajamento amoroso. A partir daí, observamos diferenças entre homens e mulheres em relação aos elementos valorizados como motivadores do engajamento amoroso, os elementos colocados em ação no jogo identificatório conjugal.

A *escolha de parceiro* caracteriza-se por evocar uma reatualização da cena edípica, colocando a conjugalidade na série identificatória constitutiva da subjetividade. Essa reatualização, entretanto, não é uma reprodução estéril da vivência edípica de cada parceiro, representando uma ocasião plena de possibilidades para novas configurações subjetivas. Consideramos que, em cada momento da série

identificatória, o sujeito realiza assimilações de atributos do outro, nesse caso o cônjuge, produzindo mudanças parciais em sua própria estrutura subjetiva.

Freud (1914) postulou duas formas de escolha amorosa, a escolha narcísica e a escolha anaclítica, relacionando-as predominantemente ao modo feminino e ao modo masculino de amar, respectivamente. No tipo de escolha narcísica, prevalece a idealização do parceiro como fonte motivadora do engajamento amoroso, enquanto no tipo de escolha anaclítica prevalece a condição de apoio atribuída ao parceiro.

Os estudos sobre a conjugalidade avançaram no sentido de ampliar a compreensão dos diferentes tipos de escolha amorosa, propondo outras variações de escolha e relacionando-as a diferentes formas de possibilidades elaborativas. Eiguer (1985), ressaltou a função de organizador psíquico do encontro amoroso e seu valor de formação de compromisso. A escolha amorosa é considerada tanto como recurso para descarga pulsional e alívio econômico, quanto como mecanismo defensivo, arranjo sintomático.

Eiguer postulou três tipos de escolha. Além das duas formas propostas por Freud, o autor acrescentou a escolha edípica propriamente dita, um tipo de escolha mais madura, resolutiva. A escolha edípica implica uma identificação ativa com o genitor do mesmo sexo no processo amoroso. Com a proposição dessa terceira modalidade, o autor redefiniu a escolha anaclítica ou assimétrica, considerando o valor do sentimento de perda a ela subjacente, o estado de luto que norteia essa modalidade de escolha. Nesse tipo de escolha, ocorre uma identificação parcial com o genitor do mesmo sexo, reatualizando uma atitude infantil do sujeito.

A escolha de parceiro mobiliza engendramentos fantasmáticos, como o

fantasma originário, que participam do engajamento amoroso. Nesse momento, inicia-se a ressonância fantasmática entre os membros do casal. A ressonância fantasmática é favorecida pelo movimento de idealização recíproca dos parceiros. No enamoramento, o fantasma de sedução domina a conjugalidade que se instaura, gerando o sentimento de completude e preenchimento. O fantasma de castração tende a ser denegado, nesse momento de enamoramento, para ressurgir posteriormente e nortear as diferentes formas de evolução ou dissolução da conjugalidade, de acordo com a estrutura configurada pelos parceiros.

No momento de enamoramento, apaixonamento, a *escolha de parceiro* denota os aspectos idealizados por cada um dos membros do casal, que são projetados e/ou identificados no parceiro como motivadores do engajamento amoroso. Esses aspectos são encenados na conjugalidade num movimento constitutivo, elaborativo, ou repetitivo, sintomático. Isso ocorre através do processo mútuo e dialético de projeções e introjeções.

As qualidades atribuídas ao parceiro na escolha amorosa correspondem às necessidades de preenchimento egóico dos sujeitos, denotando as lacunas constitutivas da subjetividade. O sujeito atualiza através do parceiro e da relação amorosa em si seus conflitos básicos.

Dentre os elementos apresentados pelos homens entrevistados como qualidades de suas parceiras que motivaram a escolha amorosa, ressaltamos a “espontaneidade”, a “extroversão” e a “comunicabilidade” (4 sujeitos); e a “franqueza” ou a “transparência” (4 sujeitos).

Quando a conheci...teve o namoro...vamos percebendo qualidades e virtudes, como o outro complementa você. O aspecto visual e físico tem importância, no início, mas depois outros atributos vão se sobressaindo, como: a coragem e a integridade que ela possui, a transparência e a franqueza.(H-2)

Temos 12 (doze) anos de casados e nos conhecemos há 24 (vinte e quatro) anos...As pessoas nos questionam sobre como conseguimos ficar tanto tempo juntos. Acho que é porque, o segredo é que nossa vida sempre foi muito aberta e com muito respeito. Nunca nos fechamos no nosso mundo....Ela sempre foi extrovertida, alegre, comunicativa. Isso me chamava muita atenção, a alegria.(H-8)

Nos conhecemos numa paquera de sinal. ... Depois, descobrimos amigos em comum, namoramos logo em seguida. Ela era uma pessoa muito espontânea, alegre, verdadeira, transmite segurança e força muito grande. Numa relação, o parceiro te completa em muita coisa.(H-9)

Começamos nos conhecendo pelas nossas afinidades e, de repente, descobrimos que dividíamos outras coisas, olhares...Me chamava atenção a simplicidade dela em lidar com as coisas, com as pessoas, com as amizades, pronta a se dedicar às pessoas, disposta a se relacionar.(H-10)

Os homens entrevistados também ressaltaram qualidades como:

“afetuosidade” ou “meiguice”(3 sujeitos) e “apoio pessoal” ou “força”(3 sujeitos). Essas qualidades apareceram no discurso dos entrevistados, ao lado das qualidades anteriormente citadas, como qualidades complementares de suas parceiras em relação a eles próprios, auxiliares no desenvolvimento pessoal e de projetos conjugais.

Nosso namoro foi muito rápido. Me impressionava o jeito dela, meiga, tinha afinidade grande com crianças, era uma pessoa muito boa....Temos personalidades complementares e isso acaba atraindo.(H-7)

Nos conhecemos através de amigos comuns...Foi uma amizade que foi virando amor e está aí....Eu era muito tímido, certinho...Ela tinha determinação e independência.... Tinha que ser uma pessoa como ela, que bancasse minha timidez e dificuldades.(H-12)

O primeiro contato é visual, foi recíproco e continua sendo. Ela é uma pessoa muito meiga, companheira na alegria e na tristeza, dá força no cotidiano. Deu pra ver que dava para construir uma família, um futuro.(H-11)

As mulheres entrevistadas ressaltaram diferentes fatores motivadores do engajamento conjugal. O fator mais frequentemente apontado pelas mulheres foi “afinidades”(6 sujeitos).

Ele me chamou atenção porque gostava das mesmas coisas que eu: era

caseiro, dedicado à família, vida pacata, casa de campo...Aquele negócio bem caretão que é difícil de encontrar.(M-7)

Foi uma paquera de carro....Descobrimos que tínhamos muitas coisas em comum, coincidências....Gostávamos das mesmas coisas: dançar, jantar fora, viajar...Eu gosto de curtir pequenas coisas, momentos.(M-9)

Nos conhecemos na faculdade, tínhamos algumas disciplinas em comum...Nosso meio era comum, nos encontrávamos em várias ocasiões e a coisa foi se fechando em volta da gente. Acho que foi coisa de afinidade.(M-10)

Além do fator “afinidades”, as mulheres entrevistadas privilegiaram fatores motivadores do engajamento conjugal como a “carência”(4 sujeitos), o “amor”(4 sujeitos) e o “carinho”(3 sujeitos). O fator “carência” foi geralmente relacionado a alguma perda significativa sofrida por um dos parceiros, mas apareceu prioritariamente nos relatos das mulheres e não nos dos homens, mesmo nos casos em que a perda fora sofrida por aqueles.

Começamos a gostar um do outro porque precisávamos das mesmas coisas. Nos identificamos nesse sentido. A gente também era carente de relacionamento familiar. Um ficou sendo o pai e a mãe do outro, um cuidou do outro.(M-4)

Foi um amor muito grande. Ele é muito carinhoso e muito bom. ...O amor dele por mim sempre foi muito importante, o carinho muito forte. Perdi meus pais muito cedo. Não queria ele como pai, mas fiquei carente. Ele sempre se deu muito para mim.(M-1)

Foi uma relação muito interrompida, com idas e vindas, viagens... Mas o que nos manteve ligados foi o amor, muito forte. Ele viajava porque tinha problemas com a família dele... Num desses intervalos, eu tive um namorado PMD, que se suicidou...Ele também teve problemas com uma namorada, tipo traição... Nosso reencontro foi: dois esfarrapados se encontrando.(M-6)

Outro elemento apontado pelas mulheres entrevistadas ao falarem sobre a *escolha de parceiro*, considerado relevante, foi a qualidade “bondade interior” atribuída aos parceiros (3 sujeitos). Esse elemento apresentou-se ainda mais ressaltado na análise da categoria *percepção do parceiro*.

Quando estamos gostando, tem muita coisa que só vamos descobrir depois. Mas, acho que o aspecto do caráter, do ser humano... Por mais que você goste, embora mulher apaixonada não pense, você não vai se juntar com uma pessoa desvirtuada, sem caráter....Gostava dele e via que ele era uma pessoa boa, um ser humano bom.(M-3)

Ele era muito diferente de todos os namorados que eu tive. Ele me atraiu pelo

interior dele. O tipo físico dele, no princípio, eu nem prestei atenção. Ele é uma pessoa de valores fortes. Eu tinha 27 anos e não fui criada para casar. Sempre me direcionei para o lado profissional, ser o primeiro lugar em tudo. Mas, com dois meses de namoro, já achei que era com ele que iria casar. (M-5)

A escolha de parceiro é marcada pela dupla exigência constitutiva do processo de individuação, que coloca o sujeito diante da interdição por um lado e do ideal a atingir, por outro. Sujeito e objeto representam a objetivação da relação entre ego e ideal do ego. Cada um dos parceiros estabelece uma luta entre o narcisismo primário e a busca de diferenciação para emergir como sujeito. Sendo que, na conjugalidade, tanto o parceiro pode servir ao narcisismo, ao movimento regressivo de completude narcísica, onde o outro é colocado no lugar do ego ideal, limitando-o, quanto ao movimento progressivo que lança o sujeito para o mundo exterior, de acordo com o ideal do ego (Alvarenga, 1996).

Para compreender a psicodinâmica da escolha amorosa e os mecanismos inconscientes a ela subjacentes, é necessário analisar as falas de ambos os parceiros, casal por casal, buscando o interjogo dos aspectos intra e intersubjetivos presentes na instauração da conjugalidade. Esse procedimento foi realizado na etapa subsequente de nosso estudo. Entretanto, a análise das falas do grupo de homens e do grupo de mulheres, separadamente, também nos forneceu dados para discutir os diferentes elementos presentes na modalidade masculina e na modalidade feminina de escolha.

Consideramos que as qualidades atribuídas pelos homens às suas parceiras -

“espontaneidade”, “extroversão”, “comunicabilidade” e “franqueza” - e consideradas motivadoras da *escolha de parceiro*, na maioria das vezes, denotaram a necessidade de complementaridade masculina no terreno da sociabilidade. Os homens atribuíram às suas parceiras a função de comunicação do casal com o meio exterior, colocando-as como mediadoras das relações. Compreendemos o posicionamento das mulheres como mediadoras das relações, fundamentados na discussão de Giddens (1992) sobre o domínio feminino da esfera da intimidade. O autor associa o exercício do poder feminino às estratégias de persuasão, enquanto o homem governa pela ação.

Em relação à qualidade de “apoio” atribuída às mulheres, ressaltada na análise do discurso masculino acerca da motivação da *escolha de parceiro*, consideramos que esse dado realça a idéia de prevalência de uma tendência dos homens a realizarem suas escolhas amorosas de acordo com a modalidade anaclítica, buscando, na maioria das vezes, a complementaridade na relação.

Por outro lado, ressaltam-se no discurso feminino as aspirações fusionais, evidenciadas através da ênfase na busca de “afinidades” com os parceiros, assim como do enaltecimento do sentimento amoroso do outro, considerado motivador da escolha conjugal. As mulheres tenderam a apresentar uma maior idealização dos parceiros do que os homens.

A ênfase na idealização dos parceiros por parte das mulheres também foi evidenciada através da atribuição da qualidade “bondade interior” aos mesmos. Freud (1921) acentua que, nas relações mais duradouras, a manutenção do investimento amoroso ocorre às custas do recalçamento das pulsões sexuais e da idealização. E é a idealização que produz a ilusão de que “o objeto é amado por seus méritos espirituais”.

De acordo com esses dados, também foi realçada a tendência das mulheres a realizarem suas escolhas amorosas de acordo com a modalidade narcísica. Ponderamos, contudo, que a supervalorização da teoria freudiana dos aspectos do ideal do ego relacionados com o complexo edípico restringe a compreensão do modo de escolha amorosa feminino, da sexualidade feminina em si.

Conforme vimos em capítulo anterior, ao discutir o papel estruturante dos ideais na constituição da subjetividade feminina, Garcia (1993) enfatiza a importância da valorização da etapa pré-edipiana para a ampliação dessa discussão. De acordo com esse posicionamento, priorizamos o caráter estruturante da ilusão e dos ideais, substratos das realizações humanas. E, dessa forma, nos opomos à classificação do tipo de escolha feminina como uma escolha mais regressiva, no sentido de imaturidade, em relação à escolha masculina.

Baseados nos dados de nossa pesquisa, observamos diferenças nas trajetórias de *escolha de parceiro* em homens e em mulheres. Contudo, essas trajetórias não devem ser analisadas isoladamente, visto que é na instauração da conjugalidade, quando se fundem, que produzem efeitos sobre a subjetividade de cada um dos parceiros.

c) *Percepção do parceiro e auto-percepção*

“Em verdade, o objeto percebido só o é na medida em que o sujeito coloca nele partes suas. Disso resulta que é sempre possível que o objeto não corresponda ou não contenha ele mesmo essas partes colocadas nele pelo sujeito. Assim se pode conceber que mesmo na hipótese de coincidência de o objeto ter essas

partes, nunca esse objeto é visto realmente pelo sujeito em si mesmo.” (Prado, 1983, p.21)

O processo identificatório compartilhado do casal, mobilizado a partir da escolha amorosa, perpetua-se durante toda a trajetória da conjugalidade. E, na trajetória compartilhada do casal, cada um dos parceiros se redefine através do interjogo projetivo e introjetivo. Nesse processo, destacamos a atribuição de qualidades pelo sujeito ao seu parceiro e a si próprio, que chamamos de *percepção do parceiro e auto-percepção*, respectivamente. A percepção de si e do parceiro é regida pela simetria ou pela complementaridade vivenciada pelo casal e pelos mecanismos projetivos utilizados pelo par conjugal.

Consideramos que, embora o objeto seja primordialmente intrapsíquico, constituindo-se a partir de sensações e percepções integradas pelos processos projetivo e introjetivo, o ego reivindica o objeto externo para projetar nele seus aspectos mais destrutivos e introjetar os aspectos prazerosos e gratificadores. Na relação amorosa, os parceiros participam como sujeitos e objetos, simultaneamente, dramatizando o conflito pulsional.

Cada um dos parceiros está disposto a cumprir seu próprio modelo parental de constituição de casal de acordo com sua estrutura mental e com suas identificações primordiais. Sendo assim, o ego de cada um recebe signos do parceiro, um outro desejante, e produz-se um desencontro. Esse desencontro é marcado pela impossibilidade de fazer o parceiro coincidir com o objeto do desejo do ego (Puget & Berenstein, 1993).

Contudo, é essa impossibilidade que impulsiona o sujeito a desenvolver um

esforço contínuo de elaboração de seus aspectos primitivos que, segundo nosso ponto de vista, propicia modificações na sua própria estruturação egóica ao invés de uma pura repetição de modelos anteriores na conjugalidade.

Ressaltamos que a percepção de si, do parceiro e da vivência da conjugalidade revelada pelos sujeitos entrevistados, marcada pela simetria ou pela complementaridade estabelecida na relação, não determina um tipo definitivo de estrutura conjugal, mas constitui um dos indicadores da prevalência de uma modalidade de configuração da conjugalidade.

Para identificar o tipo de estrutura conjugal prevalente, é necessário analisar outros aspectos da conjugalidade, como o tipo de escolha amorosa, o grau de idealização mútua dos parceiros e da relação, o grau de interdependência afetiva presente no par, o potencial de desenvolvimento do projeto vital compartilhado, a discriminação entre os egos dos parceiros e as possibilidades de reestruturação egóica dos cônjuges encontradas na conjugalidade, entre outros. Somente uma análise mais detalhada, que considere esses aspectos, pode determinar o tipo de configuração conjugal complementar ou simétrica, considerando que ainda podemos encontrar tipos mistos e pseudo-complementares. Na etapa subsequente da discussão dos dados, realizamos essa análise a partir da confrontação dos discursos individuais dos cônjuges, casal por casal, visando compreender de que forma a conjugalidade exerce influências sobre as subjetividades dos parceiros nela envolvidos.

Na análise do discurso dos homens entrevistados, ao confrontar as categorias *percepção do parceiro e auto-percepção*, observamos que a maioria dos sujeitos (8 sujeitos) apresentou elementos que indicaram que a conjugalidade por eles vivida era

percebida como complementar. Somente dois sujeitos apresentaram elementos que indicaram a percepção da conjugalidade como simétrica e dois outros sujeitos indicaram a percepção da conjugalidade por eles vivida como um tipo de configuração mista, com presença de alguns aspectos complementares e outros simétricos.

Observamos que a maioria dos homens entrevistados ressaltou, em sua *auto-percepção*, atributos pessoais como: “ponderação”, “controle” e “racionalidade”(9 sujeitos); “introversão” e/ou “timidez” (8 sujeitos). Por outro lado, em relação à *percepção do parceiro* privilegiaram atributos pessoais tais como “extroversão”, “expansividade”, “alegria” e “facilidade de comunicação e/ou de relacionamento”(7 sujeitos); “sensibilidade” e “meiguice”(4 sujeitos).

Ressaltamos que a maior parte dos homens entrevistados apresentou uma percepção de si que os indicava como pólo de ponderação e racionalidade conjugal, enquanto suas parceiras foram percebidas como pólo de comunicabilidade e mediação conjugal com o mundo exterior.

Ela é mais extrovertida, eu sou mais introvertido, ela é dada, eu sou mais contido. Somos complementares. Ela tem um coração muito aberto. Numa relação de troca, ela dá mais do que recebe. (H-7)

Ela é muito alegre, gosta de curtir a vida, é falante, transmite alegria, é uma pessoa boa...Sou muito difícil, complicado, tímido, bitolado. Ela me abre para as coisas. Aprendi a viver muito com ela.(H-9)

Ela é muito verdadeira, sem subterfúgios, simples, coloca as coisas com absoluta clareza de objetivos, inclusive as cobranças. É sensível, tem percepção aguçada, percebe as coisas antes de acontecerem. Sou muito dedicado, mas não percebo as segundas intenções das pessoas que me cercam. Ela é intuitiva e essa é uma característica dela que me preenche... Não sou sentimental, é uma dificuldade minha, sou um pouco reticente. Ela é sentimental. Eu sou controlado e racional. (H-10)

Ela é preocupada e exasperada como mãe. Mas, adora viver, curtir a vida. Ela é de trato muito fácil, meiga, carinhosa...Eu sou chato, exigente, um profissional dedicado, pai atuante e participante junto a ela. Não sou muito fácil de fazer amigos, tenho círculo restrito. É ela quem traz os amigos, pela facilidade que ela tem de captação. (H-11)

No discurso das mulheres entrevistadas, ao confrontar as categorias *auto-percepção e percepção do parceiro*, observamos que a maioria (9 sujeitos) descreveu atributos pessoais e do parceiro que indicaram a vivência de uma relação complementar. Raramente encontramos relatos que indicaram uma percepção de vivência conjugal simétrica (2 sujeitos) ou mista (1 sujeito), com características desses dois tipos de estrutura conjugal.

No discurso das mulheres, também encontramos, na maior parcela do grupo entrevistado (6 sujeitos), uma auto-percepção que privilegiou qualidades pessoais como “extroversão”, “comunicabilidade” e “descontração”. Por outro lado, os homens,

seus parceiros, foram percebidos como “introvertidos”, “racionais” e “reflexivos”. Esses dados coincidiram com os dados encontrados nos relatos dos homens, indicando uma tendência de ambos os parceiros a identificar o homem com o pólo racional e a mulher com o pólo comunicacional do par conjugal.

Verificamos que, na descrição de seus parceiros, as mulheres privilegiaram a qualidade “bondade interior” ou “bom caráter”, na grande maioria dos casos (8 sujeitos). Relacionamos esse dado a uma tendência à idealização do parceiro maior nas mulheres do que nos homens, conforme discutido anteriormente.

O fulano é muito agitado, o que me contrasta com ele, pois sou mais devagar. A gente tem que se encontrar no meio do caminho, porque os opostos se atraem...Ele é ansioso, não de forma negativa, mas de querer fazer tudo ao mesmo tempo, rápido. É carinhoso, bom em essência, atencioso. Apesar de tudo, é bom, todos gostam dele. O que me cativa nele é esse lado bom. Tem defeitos, mas a essência é boa. (M-4)

Ele é bom, tem boa índole, é perfeccionista, metódico, culto, inteligente, desligado, correto. O principal é ser boa pessoa...Ele é melhor marido do que namorado. Acho que ele estava guardando o melhor dele para o casamento....Eu também sou uma pessoa boa, preocupada com os outros de uma forma geral. Tinha um círculo grande de amigos. Gosto de estudar e ler. Não gosto de solidão, gosto de gente e agito. Dou grande peso ao lado profissional...Somos muito certinhos, os dois. (M-5)

Ele é um homem muito bom, correto, honesto, vive para a família, nos dá segurança. É um pouco tímido. Acho que ele é uma pessoa maravilhosa. Eu sou alegre, faladeira, companheira, sem limites de diálogo. Gosto de curtir a vida, os pequenos momentos. (M-9)

O meu marido tem um coração enorme, é muito sentimental, tem um gênio danado, difícil. Às vezes ele sai de si, quando está com raiva. É prestativo, mas é fechado, circunspecto, calado. Em algumas coisas somos opostos. Eu sou cri-cri, detalhista, perfeccionista. Não sou de briga, mas não dou o braço a torcer. Eu sou mais de apaziguar. (M-11)

Ele é uma pessoa boa, é carinhoso, afetivo, carente. É mais carente do que as minhas duas filhas juntas. É companheiro, está sempre junto. Apesar de ser estourado, é fácil de voltar a conversar, disposto a dialogar. Super organizado, meticoloso. Eu não sou assim. Ele é também muito inteligente, mas não coloca a profissão acima da vida pessoal...Eu sou dispersiva, de paz. Sou de demonstrar menos afeto do que ele. Sou idealista. (M-12)

A partir dos dados aqui apresentados, observamos que, na conjugalidade, produz-se uma percepção compartilhada entre os parceiros sobre o outro e sobre si mesmo. Na análise dos relatos individuais dos parceiros de cada casal, observou-se uma consonância entre a percepção do parceiro e a auto-percepção entre homens e

mulheres. Entendemos que a consonância evidenciada fundamenta-se na busca de complementaridade por parte de ambos os parceiros e no interjogo projetivo vivenciado na relação amorosa. O interjogo projetivo conjugal é o responsável pela ilusão de encontro da “cara metade” anunciado no mito platônico do encontro amoroso.

Na maioria das vezes, os sujeitos entrevistados se perceberam como complementares em relação a seus parceiros. E, em grande parte dos casais ditos “normais”, é a complementaridade que rege a conjugalidade, permitindo a convivência de dois egos relativamente discriminados e possibilitando a articulação das diferenças.

Enfatizamos, contudo, que por vezes os casais constituem-se baseados numa pseudo-complementaridade. Nesses casos, a fusão domina a relação colocando o parceiro na posição de assistente do outro, bloqueando seu crescimento e desenvolvimento pessoal (Puget & Berenstein, 1993). Dessa forma, imobiliza-se a estruturação da conjugalidade, mantendo-a num ciclo vicioso, repetitivo, restringindo as possibilidades elaborativas conjugais. Observamos esse tipo de estruturação conjugal numa minoria dos casais entrevistados e analisamos esses dados na etapa seguinte de nossa discussão.

A análise dos relatos dos sujeitos sobre sua *percepção do parceiro* também evidenciou uma reafirmação dos elementos apontados como motivadores da escolha amorosa. Tanto os homens quanto as mulheres apontaram os mesmos elementos que motivaram a escolha amorosa como atributos atuais de seus parceiros. Sendo que, no discurso das mulheres ficou ainda mais ressaltada a idealização dos seus parceiros e, na maioria das vezes, foram incorporados outros atributos relacionados com a

introversão e a racionalidade dos mesmos.

A ênfase dada pela maioria das mulheres à *percepção do parceiro* como “introvertido”, “racional” e “reflexivo”, revelou uma coincidência com a *auto-percepção* dos mesmos, realçando a complementaridade conjugal. E, considerando a prevalência desse tipo de complementaridade no grupo por nós entrevistado, observamos que as mulheres foram identificadas com o polo relacional, enquanto os homens foram identificados com o polo racional da conjugalidade.

Esses dados parecem ilustrar o que Costa (1979) considera fruto da tática singularizante baseada na comparação entre homens e mulheres, que reforça as diferenças complementares que servem à estratégia higienista para enaltecer a imagem do casamento como instituição higiênica. Essa estratégia originou verdadeiros catálogos de especificação sócio-sexual, a partir do século XIX, influenciando a caracterização de diferenças entre os gêneros que marcam ainda hoje o imaginário social. A mulher era tida como frágil, delicada e de débil constituição moral, enquanto o homem era considerado vigoroso e forte no plano físico e moral. Ao homem era atribuída a faculdade de pensar e à mulher a de sentir.

Badinter (1986) também acentua o dualismo entre os sexos, considerando que essa tendência origina-se na própria anatomia e, mais tarde, a ideologia se apossa dessa dicotomia inicial, que exprime uma supremacia do masculino, e se estende à classificação binária das aptidões, dos comportamentos e das qualidades segundo os sexos. A partir daí, a autora concorda em reconhecer o caráter universal da complementaridade dos sexos, mesmo em sociedades que têm uma preferência marcada pelos comportamentos simétricos.

Realçamos a importância da consideração de uma leitura da história das mentalidades na análise dos discursos dos sujeitos de nosso estudo, na medida em que nosso posicionamento valoriza os aspectos intra, inter e transubjetivo na compreensão da conjugalidade. Segundo nosso ponto de vista, uma análise que desconsidere tal influência tende a produzir ou fortalecer uma classificação estereotipada a respeito do posicionamento de homens e mulheres na estruturação da conjugalidade.

d) *Expectativas sobre o parceiro e auto-expectativas*

“Para todos os lugares que olharmos, o homem e a mulher não são apenas diferentes, mas se completam tão bem que, juntos, são quase todo-poderosos: senhores da vida, artesãos de sua sobrevivência, de seu prazer e do calor afetivo necessário, sem o qual o humano se deteriora também. Separados Um do Outro, parecem ao mesmo tempo inúteis e em perigo de morte, como se apenas a unidade dos dois tivesse sentido e eficácia.”(Badinter, 1986, p.23)

A ilusão de completude produzida pela conjunção amorosa é associada à imagem de potência atribuída ao par conjugal em função do papel de sustentação dos ideais de cada parceiro na estruturação da conjugalidade. A relação conjugal propicia a encenação e a objetivação da relação entre ego e ideal do ego. Nesse processo, os parceiros projetam seus ideais entre si, alternando as posições de sujeito e objeto, produzindo modificações subjetivas a partir da relação intersubjetiva.

Conforme discutimos em capítulo anterior, os ideais são fruto da batalha entre o narcisismo primário e a necessidade de diferenciação, inerente ao movimento de constituição do sujeito. O abandono do estado narcísico inicial abre caminho para o

reconhecimento do objeto e para a construção dos ideais. Esse movimento está na base da integração egóica e a relação amorosa participa desse esforço integrador, na medida em que a sua continuidade depende do reconhecimento do objeto-parceiro discriminado do sujeito-ego e da criação de ideais compartilhados.

De acordo com Chasseguet-Smirgel (1975), os ideais são responsáveis pela articulação de experiências prazerosas do passado, do tempo mítico da completude fusional, e possíveis substitutos do presente, de acordo com o princípio de realidade, projetados num tempo futuro. A partir daí constitui-se um modelo a ser seguido.

A conjugalidade propicia uma reformulação compartilhada dos ideais de cada parceiro. Os modelos erigidos a partir desses ideais são apenas parcialmente inconscientes. Em grande parte, esses modelos são expressos através das expectativas dos parceiros acerca de si, do outro e da relação conjugal.

Ao perguntarmos aos sujeitos de nosso estudo “O que espera do seu parceiro, tendo em vista a relação conjugal?” e “O que espera de si mesmo?”, pretendemos provocar falas que se refiram aos ideais de cada parceiro e obter elementos para discutir o papel dos ideais na constituição da conjugalidade.

Observamos que grande parte dos homens entrevistados apresentou expectativas de maior dedicação de suas parceiras à vida conjugal, ressaltando o “desejo de maior atenção a si” (6 sujeitos). Os homens, em geral, queixaram-se da dedicação excessiva das mulheres aos filhos, ao trabalho e aos afazeres domésticos, fazendo alusão ao desejo de preenchimento afetivo.

Espero que ela melhore em relação ao trabalho, que não misture tanto a vida

profissional com a nossa vida. Já tivemos muitas crises. Por exemplo, no nascimento do nosso primeiro filho...Espero ter mais dedicação de um em relação ao outro, se desligar mais do trabalho e mesmo dos filhos. Você fica mais com os filhos e esquece o lado afetivo. (H-3)

Espero que ela consiga dividir melhor o tempo de trabalho, filhos e nossa relação. Hoje a vida é muito atribulada, a gente não consegue ficar muito um com o outro. Gostaria de ter mais tempo para ser como na época de solteiro. Sei que não é possível...Mas, tentar equilibrar e pesar melhor as coisas. (H-4)

Não tenho muitas expectativas. Naturalmente temos nossos altos e baixos, existem faltas. Talvez eu espere mais atenção para mim. Ela se dedica demais aos filhos. Temos raros momentos a sós. Talvez eu também devesse trabalhar menos e me dedicar mais à família. (H-7)

Outro elemento relevante, presente nas falas dos homens entrevistados, refere-se à expectativa de busca de “quebra da rotina conjugal”(4 sujeitos). Alguns sujeitos salientaram o receio da estagnação na relação conjugal, da repetição e da reprodução não criativa.

Espero que ela consiga se descobrir, assim como eu, em relação ao casamento e a nós mesmos. A estabilidade do casamento é a estagnação. Temos que buscar sempre novidades e, a partir daí, conseguirmos felicidade,

harmonia e paz. Temos que nos cuidar para não cair na rotina. (H-6)

Quero construir coisas juntos em todos os campos. Devemos evitar cair na monotonia, criando. Se reinventar a cada dia. "Pedra rolando não cria limo".

A minha experiência profissional mostra isso. Minha empresa já deu várias guinadas e eu já mudei de um extremo ao outro, dentro de funções e ocupações. Isso serve para todos os aspectos: pessoal, sexual, espiritual... (H-12)

Por outro lado, no discurso das mulheres entrevistadas foram ressaltadas expectativas de: "união"(6 sujeitos), "parceria"(4 sujeitos), "diálogo"(4 sujeitos) e "amor"(3 sujeitos). Foram enfatizados aspectos relacionados ao investimento na relação afetiva, através da valorização do diálogo, da abertura e da parceria. Enquanto os homens privilegiaram o cotidiano, suas rotinas, e apresentaram queixas de pouca atenção para si, as mulheres privilegiaram o diálogo e o investimento no par ou na relação conjugal.

Gostaria de manter um relacionamento onde a gente consiga conversar. Você tem que cultivar a relação como se fosse um jardimzinho, como diz uma música. Senão, fica sendo como um utensílio doméstico, que está de lado, não tem vida, é assexuado e inanimado. Se conseguíssemos manter um relacionamento não só de marido e mulher, mas de amigos... Porque já fomos muito amigos. (M-4)

Complementar. Espero complemento, estar ligada nele. Não tenho expectativas de ganhar muito dinheiro e sim de ter qualidade de vida. Trabalho meio expediente para dar uma qualidade de vida melhor para os meus filhos. Ele também fez a opção de trabalhar numa empresa com estabilidade e tranquilidade. Espero poder contar com o outro na alegria e na tristeza. (M-5)

Espero poder aproveitar mais coisas juntos. Expectativas de mudanças dele, eu não tenho mais. Essa coisa de se abrir mais...O jeito é: eu me aproximar. De mim, eu ainda espero muita coisa. Estou entrando na maturidade, espero melhorar. Gostaria de ter mais tempo para nós dois, viajar a sós...(M-7)

Em nossa investigação, observamos que tanto os homens quanto as mulheres, ao expressarem suas expectativas em relação à vivência conjugal, fizeram referências às aspirações fusionais que se encontram na origem e na promessa de continuidade da conjugalidade. Sabemos que, na relação amorosa o estado ilusório fusional é reativado episodicamente, produzindo momentos de entranhamento. Entendemos que é nesses momentos que o sujeito se depara com possibilidades reestruturadoras.

A prematuração humana e as lacunas produzidas no desenvolvimento egóico acionam o movimento de reestruturação contínua do sujeito, levando-o a realizar substituições, diante das decepções sofridas desde os primórdios de sua existência. A relação amorosa constitui uma das ocasiões para a reedição de conflitos infantis, com possibilidades de reelaboração ou de repetição. Segundo Lemaire (1988), é na

porosidade de limites dos egos dos parceiros que se estabelecem as trocas responsáveis por esse movimento reconstitutivo.

O sujeito busca no outro o reconhecimento, a reafirmação de sua própria imagem. O sujeito necessita ser desejado e investido para constituir-se como tal. Partindo desse posicionamento, Aulagnier (1979) postula que a exterioridade do outro evoca uma exigência de comunicação entre os membros do casal, sendo o silêncio e as dificuldades de troca verbal entre os parceiros apontados freqüentemente como motivadores de rupturas conjugais.

Essa busca de reconhecimento evidenciada na conjugalidade foi também reforçada pela ideologia individualizante, que atribui enorme destaque à relação amorosa como nutridora das necessidades subjetivas de reafirmação da imagem própria, da essência individual e mesmo da alteridade. Segundo Lasch (1983), os indivíduos passaram a exigir das relações pessoais a riqueza e a intensidade de uma experiência religiosa. Dessa forma, as expectativas dos sujeitos em relação aos seus parceiros, cônjuges, elevou-se ao ponto de responsabilizá-los pelo preenchimento de necessidades afetivas primitivas.

Simmel (1950), ao discutir as mudanças do casamento moderno, pautado pelo projeto individualizante, ressalta que o desejo de entrega por inteiro, de penetração por completo na intimidade do parceiro, traz sérias conseqüências. A satisfação da entrega absoluta pode produzir, em contrapartida, o empobrecimento do ego, uma sensação de esvaziamento. Desse movimento decorre um aumento nas expectativas conjugais, uma extremada idealização do outro e uma super-exigência consigo mesmo, responsáveis pela geração de tensões na relação.

Nos discursos dos sujeitos de nossa pesquisa, observamos que homens e mulheres manifestam diferenças, em relação à ênfase dada às aspirações fusionais e às expectativas aumentadas, sobre o papel dos seus parceiros como responsáveis pelo preenchimento de suas necessidades afetivas. Os homens tenderam a ser mais auto-referentes, apresentando necessidades mais diretas de preenchimento afetivo, enquanto as mulheres tenderam a canalizar essas necessidades para o relacionamento amoroso em si e não diretamente para o parceiro. Para as mulheres, é a relação, o amor em si, que preenche as necessidades fusionais e não o objeto, o parceiro.

Consideramos que as aspirações fusionais, nos homens, tendem a se manifestar através de exigências de cuidados e atenções relacionados a um nível mais primitivo, narcísico. Essas reivindicações remontam aos cuidados da relação mãe-bebê. Por outro lado, as mulheres tendem a canalizar essas reivindicações para um nível mais abstrato, buscando sublimá-las através da relação de amor.

Kernberg (1995) discute a capacidade de desenvolver uma relação objetal profunda e madura nos homens e nas mulheres. O autor ressalta que a mudança de objeto na menina, da mãe para o pai, determinaria sua capacidade de desenvolver uma relação objetal mais profunda com o pai amado e admirado, embora distante. A menina se depara desde cedo com a descontinuidade na relação com a mãe, tendo que operar uma transferência precoce de suas necessidades de dependência para um objeto fisicamente menos disponível do que a mãe. No caso dos meninos, a continuidade do relacionamento com a mãe prolonga-se para outros objetos femininos, perpetuando os conflitos pré-edípicos e edípicos com a figura materna. A partir daí, considera-se que, nos homens, prevalece uma dificuldade maior para lidar com a ambivalência em

relação às mulheres e em integrar suas necessidades genitais com as de ternura.

Segundo nosso ponto de vista, as diferentes trajetórias de constituição da subjetividade em homens e em mulheres produzem distintas formas de elaboração dos ideais conjugais para cada um deles e, posteriormente, por ocasião da elaboração do projeto conjugal compartilhado, esses ideais podem ser reelaborados, propiciando oportunidades de reestruturações subjetivas para cada um dos parceiros. As diferenças entre homens e mulheres, observadas em nossa pesquisa, podem ser conciliadas ou não na estruturação da conjugalidade de acordo com a psicodinâmica do par conjugal.

Outro dado relevante, presente predominantemente no discurso masculino, foi a manifestação de preocupação com a “rotina conjugal”, com a repetição, com a paralisia ou com a morte da relação. Entendemos, a partir desses dados, que os homens, assim como as mulheres, percebem o risco da falta de investimento na relação no sentido de sua continuidade e de seu desenvolvimento. Contudo, diferentemente das mulheres, os homens associam os riscos de dissolução da conjugalidade à “rotina conjugal”, ao invés de enfatizar ingredientes como o “diálogo” e a “parceria” como necessários à manutenção da vitalidade da relação amorosa.

e) *Espaço lúdico*

“É no brincar, somente no brincar, que o indivíduo, criança ou adulto, pode ser criativo e usar sua personalidade integral: e é somente sendo criativo que o indivíduo descobre o eu (self).”(Winnicott, 1971, p.80)

Em nosso estudo, pretendemos investigar a função do *espaço lúdico* na relação

conjugal, considerando o potencial de transicionalidade presente na relação amorosa e seu papel na estruturação da conjugalidade e da subjetividade dos parceiros.

A idéia de um funcionamento inconsciente compartilhado que fundamenta o conceito de conjugalidade, dentro da abordagem psicanalítica das relações amorosas, apóia-se na pressuposição de existência de um potencial de transicionalidade como base de toda e qualquer inserção grupal. A potencialidade transicional está na origem da fantasia de que o espaço pessoal de um continua no espaço dos outros, propiciando a atividade interfantasmática grupal (Eiguer, 1985).

Os objetos inconscientes dos parceiros se entrecruzam, fundando um mundo objetal partilhado. Esse entrecruzamento adquire uma dimensão organizadora. Contudo, o objeto sexual exterior não coincide com o objeto inconsciente, ele se encontra entre a realidade e a fantasia. A partir daí, o sujeito é estimulado a preencher esse espaço entre a realidade e a fantasia, um espaço potencial, através do jogo transicional.

Kaës (1979) acentua que esse espaço potencial torna-se o espaço do estado amoroso, da vida familiar, da criatividade, do humor, dos jogos e dos intercâmbios de maneira geral. E, segundo nosso ponto de vista, é mediante esse espaço potencial que as subjetividades dos parceiros se reestruturam, no jogo transicional conjugal.

Concordamos com a reivindicação de Winnicott (1975) de considerar a importância dessa terceira área do psiquismo humano, que constitui uma área intermediária de experimentação, que inclui tanto a realidade interna quanto a externa. Essa área adquire uma dimensão estruturadora da subjetividade, incluindo a participação das relações e do ambiente no processo de desenvolvimento do sujeito.

De acordo com Winnicott (1965), o sujeito se desenvolve a partir de uma dependência quase absoluta, que vai aos poucos diminuindo em grau e tendendo a alcançar o estabelecimento da autonomia e da maturidade emocional. Contudo, essa maturidade, assim como a autonomia, é sempre relativa. Considera-se que o adulto maduro tem sempre à sua disposição todos os estados passados de imaturidade, podendo recorrer a eles por necessidade ou por diversão.

Essa possibilidade de transitar entre o dentro e o fora, entre a dependência e a independência, entre a maturidade e a imaturidade, entre o eu e o outro, possibilita ao sujeito operar permanentemente reestruturações subjetivas. Seguindo esse posicionamento, através desses espaços intermediários, dessa porosidade de limites, o sujeito se mantém aberto ao outro e às possibilidades de mudança.

No estudo da conjugalidade, a presença e a utilização do *espaço lúdico* pelos parceiros, no nosso entendimento, representa um dos indicadores das possibilidades de expressão da criatividade na relação, assim como da margem de flexibilidade da estrutura conjugal e de suas potencialidades evolutivas. Partindo da investigação desse aspecto, pretendemos compreender de que forma os sujeitos lidam com o potencial transicional da relação amorosa.

Em nosso estudo de campo, ao perguntarmos aos sujeitos “Como casal, vocês têm jogos, brincadeiras e/ou apelidos?”, escutamos falas sobre a forma como os parceiros percebem a presença e a importância desse *espaço lúdico* na relação amorosa.

No discurso dos homens entrevistados, observamos que metade dos sujeitos (6 sujeitos) realçou a valorização de uma área lúdica na relação conjugal, espaço para

brincadeiras, jogos, apelidos e para o humor. Dentre esses sujeitos, a maioria (5 sujeitos) identificou a presença desse espaço na vivência da conjugalidade e destacou a relação entre a vivência dessa dimensão lúdica e o grau de satisfação conjugal e individual. Apenas um desses sujeitos identificou a carência desse espaço na sua própria vivência conjugal, embora tenha valorizado a dimensão lúdica da conjugalidade.

Temos apelidos, nos chamamos de gato e gata, existem biquinhos e beicinhos... Isso faz parte da nossa relação. Nunca parei para pensar muito sobre isso, mas é como se eu pudesse dar um basta... Por exemplo, se eu quisesse imitar um macaco, eu o faria. Pois, se eu estivesse sozinho eu também poderia fazê-lo. Para outras pessoas, passar essa imagem poderia ser constrangedor. Se você vive com alguém com quem pode se dar ao luxo de deixar passar essas coisas, é ótimo. É ótimo estar com uma pessoa para a qual eu possa deixar algumas metamorfoses minhas passar, piadas sem graça, sei lá, qualquer coisa. (H-2)

Tudo depende muito do humor de cada um, se acordou com o pé direito ou esquerdo... Eu sou muito brincalhão, seja com ela, com as crianças ou com outras pessoas. Eu cativo isso. Acho que faz parte do relaxamento do casal. Senão, fica uma coisa muito comportamental. (H-10)

Nós brincamos muito e eu sou muito irônico. Acabamos inventando coisas

para tornar o dia-a dia mais leve e diferente. Deixar bilhetinhos, piadas, mexer com características um do outro, fantasiar coisas... Isso é muito importante. Diminuiu um pouco, já que os filhos ocupam muito. Brigo com ela para preservar o nosso espaço. (H-12)

Nosso casamento tem sido regido pelo trabalho, oitenta por cento. No passado, houve brincadeiras, viagens...Hoje, falta muita coisa: o namoro, os jogos românticos...Sinto falta e tenho dificuldade em acionar isso. Ela ficou muito fria em relação a isso e ficou difícil alertá-la sobre isso. (H-6)

Dentre os sujeitos que não realçaram o valor dessa dimensão da conjugalidade, alguns indicaram a ausência desse espaço lúdico entre o casal (4 sujeitos) e outros destacaram a presença de certa ironia entre os parceiros (2 sujeitos).

Já tivemos mais espaço para brincadeira, jogos. Quando éramos jovens tínhamos apelidos especiais, carinhosos. Hoje, não. Mas, não acho que é porque tenhamos perdido o encanto. Entre nós dois tem muita encarnação, ironia. (H-8)

Entre as mulheres, a maioria das entrevistadas (9 sujeitos) valorizou a preservação do *espaço lúdico* na relação amorosa e apresentou depoimentos acerca da vivência dessa dimensão conjugal. As mulheres falaram desse tema com maior naturalidade e descontração do que os homens entrevistados.

Temos humor o dia inteiro, caretas, piadas. Ele está sempre imaginando cenas, como nos desenhos animados. Nos chamamos de gato e gata. Se chamar pelo nome, há algo errado. Procuramos deixar o mau humor do lado de fora de casa. (M-2)

Jogamos paciência no computador, temos nossas brincadeiras, apelidos. Ele é o Kid, eu sou a Kida e as crianças são os Kidinhos. Eu tenho um humor muito basal e odeio depressão. Ele é mais pensativo. Então, mantemos um clima de bom humor. Acho que por isso nunca tivemos grandes brigas. (M-5)

Temos vários apelidos, sempre tivemos, desde que nos conhecemos. Brincamos o tempo todo, fazemos cócegas, sumimos com objetos um do outro, mandamos presentes, sempre tem uns joguinhos... Mas, quando a coisa entre nós não está boa, temos os períodos de baixa. (M-10)

Ele é muito asneirento. Nos encarnamos muito, nos apelidamos, aprontamos. Até coisas banais, como: esconder a sobremesa no jantar. Isso gera uma bagunça total, você pode imaginar... É uma coisa gostosa, saudável. Coisa de criança mesmo, o que fazemos. Isso foi assim desde o início, um brincação com o outro. (M-12)

Observamos que, entre as mulheres que identificaram a ausência ou restrição do *espaço lúdico* na relação conjugal, surgiram alguns depoimentos (3 sujeitos) com queixas acerca de uma insatisfação relacionada a esse aspecto da conjugalidade.

Tinha mais brincadeiras quando nos conhecemos. Eu o chamava de fofo. Ele era macérrimo e os amigos ficavam encarnando: "Ele é só osso". Mas, para mim ele era fofo. O fofo não era o físico, mas o estado de espírito dele. Hoje, chamo como todo mundo: "môr" (amor). O grande problema é a falta de tempo até para brincar. E as crianças também interferem no nosso espaço. E, quando as crianças dormem ele vai fazer outras coisas, quer o tempo dele. Ele diz que eu reclamo. Mas é preciso ter o nosso tempo juntos, para brincar, conversar, fantasiar... (M-4)

Existe esse espaço, mas muito pouco. Teve mais no início do casamento. O stress da vida atual e a falta de tempo vão acabando com isso. Isso faz falta. Agora mesmo, acabamos de voltar de férias e estávamos comentando que precisamos tirar férias, só nós dois. Passamos alguns dias num sítio, mas quase só ficamos com os filhos. (M-7)

Observamos que a maioria dos sujeitos de nosso estudo apresentaram algum tipo de percepção acerca da importância dessa área lúdica na conjugalidade e sua função de manutenção da relação amorosa. Nas falas dos entrevistados, surgiram associações desse *espaço lúdico* com a capacidade de "relaxamento do casal" e com o

potencial para expressão de aspectos ocultos da personalidade dos parceiros, “espaço para metamorfoses”.

A área de transicionalidade, tal como conceituada por Winnicott, se relaciona diretamente com um estado de relaxamento do sujeito e com a potencialidade de criatividade e de espontaneidade que possibilita ao sujeito expressar os aspectos mais ocultos do ego.

Winnicott (1970) define criatividade como a manutenção através da vida de algo que pertence à experiência infantil, a capacidade de criar a vida. Se a mãe consegue se adaptar às necessidades do bebê, ele produz a ilusão de que ele próprio concebeu o mundo. Essa experiência ilusória estrutura a subjetividade, fornecendo subsídios para que a criança construa uma maneira própria de ver a vida, de ser criativa em todos os aspectos do viver.

No artigo “Vivendo de modo criativo” (1970), Winnicott discute o fato de que, freqüentemente, no casamento há um sentimento de declínio da iniciativa própria em um ou em ambos os parceiros. Ele ressalta que há, inerentemente, um tipo de choque entre o impulso pessoal e os compromissos embutidos em qualquer relação que tenha características confiáveis. Dessa forma, refere-se ao princípio de realidade, à aceitação da realidade exterior.

O autor ressalta ainda que quando duas pessoas vivem juntas surgem muitas oportunidades para um parceiro viver através do outro. No entanto, o casamento também pode ampliar nosso campo para um viver criativo. Cada sujeito tem seu próprio mundo privado, mas também pode compartilhar experiências através do uso de identificações cruzadas.

Em nosso estudo, as falas dos entrevistados ilustraram a importância do desenvolvimento de um *espaço lúdico* na conjugalidade e suas influências para a manutenção da relação, assim como para o desenvolvimento pessoal dos próprios parceiros. Coloca-se em relevo a importância do viver criativo.

Quanto à observação de que as mulheres tenderam a valorizar mais a dimensão lúdica da conjugalidade do que os homens, poderíamos relacionar tal tendência a um maior domínio da esfera da intimidade por parte das mulheres - aspecto discutido anteriormente - , assim como com a predisposição feminina para a maternagem, o que as coloca diante da tarefa de fomentar a experiência lúdica, transicional.

f) *Projetos individuais e conjugais*

“O “Você me ama?” é um pedido para que você me tome com todo o peso de minha concreção e dos meus limites, e para que você renuncie aos seus. O projeto que cada um faz para si envolve o outro: é um projeto de vida para o outro também, é a proposta daquilo que se deve querer em conjunto. Mas há coisas que não se desejam em conjunto, coisas incompatíveis: algumas mais leves, às quais se pode renunciar facilmente, outras que podem ser postergadas, outras que são essenciais. A busca do que deve ser desejado por ambos envolve, por isso, contínuo fazer e refazer projetos, uma procura permanente de outros caminhos.”(Alberoni, 1988, p.60)

A investigação do papel dos projetos individuais e conjugais na constituição da conjugalidade fornece-nos dados relativos à projeção dos ideais de cada parceiro no tempo futuro, à sua articulação com o princípio de realidade e às possibilidades de

articulação dos projetos de cada um no ideal conjugal mediante a elaboração do projeto conjugal compartilhado.

O projeto vital compartilhado visa à articulação de representações de realizações e conquistas dos cônjuges, projetadas num tempo futuro. A primeira aquisição do projeto compartilhado é a elaboração de uma linguagem conjunta, com significação compartilhada. Com a complexificação do vínculo, o projeto evolui para o tempo futuro, cujo modelo paradigmático passa pela geração de filhos reais e/ou simbólicos (Puget & Berenstein, 1993).

Outra característica importante do projeto vital compartilhado é sua relação com o parâmetro cotidianidade. A cotidianidade, com sua regularidade de ritmos e seus riscos embutidos de imobilização do desenvolvimento da relação, leva o casal a ter que reformular permanentemente o projeto conjugal. O casal necessita de um enquadre estável para concretizar o projeto, assim como de uma estrutura conjugal suficientemente flexível para suportar as eventuais crises mobilizadas por essas reformulações. Consideramos que essas reformulações implicam reestruturações egóicas em cada um dos parceiros.

O desejo de coincidir o outro, parceiro, com o objeto do desejo e a impossibilidade de realização desse desejo levam o sujeito a entrar em contato com a alteridade e a constituir vínculos cada vez mais complexos, na busca dessa coincidência ilusória. No processo de complexificação dos vínculos, o sujeito se depara com a necessidade de realizar mudanças internas.

De acordo com os teóricos das configurações vinculares, o vínculo conjugal se estrutura mediante acordos e pactos inconscientes. Os acordos envolvem aspectos

mentais compartilháveis dos sujeitos e os pactos implicam concessões da parte de ambos parceiros. O que sustenta o crescimento vincular e as possibilidades de elaboração de aspectos primitivos dos cônjuges no enquadre conjugal é a tendência a unificar os funcionamentos mentais de ambos mediante a reorganização vincular.

O enquadre conjugal, em virtude de sua estabilidade - considerando as experiências compartilhadas do casal no tempo e no espaço - favorece o desenvolvimento de uma atividade representacional conjunta e da função de continente para tendências regressivas dos parceiros. A função de continente do enquadre conjugal é valorizada por diferentes autores da abordagem psicanalítica das relações amorosas (Puget & Berenstein, 1982, 1993; Lemaire, 1987; Fagundes, 1994; Cincunegui & Chebar, 1996).

Segundo nosso ponto de vista, a função de continente do enquadre conjugal é nutrida pela elaboração do projeto vital compartilhado. E a centralidade atribuída ao projeto compartilhado, nesse estudo, deve-se à valorização da participação do projeto conjugal no esforço de constituição de um ideal do ego do casal, que reúne as representações dos ideais de cada parceiro.

Eiguer (1981) ressalta a importância do ideal do ego como um dos organizadores dos vínculos e como responsável pela estabilidade dos mesmos. A partir de um projeto, viabiliza-se a expectativa e o adiamento da satisfação pulsional e, mediante a função reguladora do ideal do ego, são facilitados os compromissos entre desejo e defesa.

Chasseguet-Smirgel (1975) considera o caráter maturativo da formação do ideal do ego, baseada na idéia de prematuração e incompletude humana que impelem o

sujeito a operar reestruturações egóicas. A formação do ideal do ego, que envolve adiamentos, inscrições temporais e é regulada pelo princípio de realidade, manifesta-se na elaboração do projeto vital, por integração de modelos sucessivos. Dentre esses modelos sucessivos que são reeditados durante a vida do sujeito, ressaltamos os modelos fornecidos pelos parceiros na relação amorosa.

A autora considera que a fragilidade da organização edipiana genital é tal que qualquer dificuldade precipita o ressurgimento de sua problemática. Se houvesse uma renúncia edipiana total, ocorreria uma dissolução do ideal do ego e, se não ocorresse nenhuma renúncia com substituição, a ferida narcísica ficaria aberta, provocando um aumento excessivo do ideal do ego. Portanto, consideramos que é essa fragilidade que possibilita ao sujeito operar elaborações internas e reestruturações subjetivas.

Ao perguntarmos aos sujeitos de nosso estudo “Que projetos cada um e o casal tinha ou tem?” buscamos elementos para discutir a articulação dos ideais dos parceiros no projeto vital compartilhado, assim como para compreender de que forma essa articulação, que estrutura a conjugalidade, influencia os projetos individuais de cada um, gerando ou não possibilidades de desenvolvimento pessoal.

Nas falas dos entrevistados, observamos que a maioria dos homens ressaltou o desenvolvimento pessoal e profissional dentro dos projetos individuais (8 sujeitos). A conjugação de projetos individuais e conjugais, na maioria dos casos, não apresentou conflitos para os homens entrevistados, exceto nos casais cujos parceiros trabalhavam conjuntamente.

Os nossos projetos individuais se adaptam com muita facilidade aos do casal.

Meus projetos não dependem só de mim. Ano passado, ela quis fazer um curso em SP e nos organizamos para que isso ocorresse. Os projetos do casal vão brotando naturalmente. Nem tudo a gente consegue. Eu queria morar num quatro quartos... Vejo o casal como uma terceira pessoa, além de nós dois. Uma pessoa não inteiramente domada, sobre a qual você tem metade do domínio. Ela sonha, tem alegrias, tristezas... Agora, você consegue ter a sua pessoa individualmente. (H-2)

Seja no nosso espaço como casal ou no relacionamento com os filhos, espero construir um patrimônio comum. São sonhos que estão indo ao encontro dos nossos desejos comuns e aos filhos. Individualmente, ela tem o curso de Musicoterapia, sua segunda faculdade. Ela abraçou uma carreira que depende também da maturidade e do investimento dela. Além dos filhos, devemos também investir pessoalmente. Pelo meu lado, estou tendo a oportunidade de investir como ator de teatro. Há sempre espaço, apesar dos filhos, para investir. O difícil é harmonizar o tempo. Mas, não impede. (H-10)

Não temos projetos materiais muito grandes, temos uma condição de vida favorável. Tenho projetos meus, ela tem os dela, e nos apoiamos. Não temos muitos projetos comuns, além de educar os filhos. Temos algumas divergências, como: eu queria ter uma casa fora e ela não. Eu sou do tipo que gosta de almoçar em casa e chegar em casa cedo. Ela é diferente, investe mais profissionalmente. (H-12)

Em relação ao projeto conjugal, de maneira geral, os homens entrevistados apresentaram maior preocupação com a geração de conforto material para a família, tomando para si, prioritariamente, essa responsabilidade (5 sujeitos). Alguns dos entrevistados manifestaram interesse em estimular o desenvolvimento profissional de suas parceiras, considerando esse fator importante para a relação conjugal (3 sujeitos).

Nunca fomos muito pretensiosos em relação à nossa vida. Queremos uma vida melhor, nada além do comum. Profissionalmente, eu estou satisfeito. Gostaria de dar mais conforto à família, viajar mais, ter um carro melhor, apartamento maior... (H-4)

Ter autonomia financeira é o meu projeto. Meu plano é colocá-la dentro do profissionalismo, para que ela seja independente de mim, auto-suficiente. Procuro proporcionar mais conforto para ela e para os filhos. Ano passado, consegui proporcionar duas viagens para eles. Ela só pode fazer isso porque estou aqui trabalhando, concentrado no propósito de fazer minha família feliz. (H-6)

Ao falar sobre projetos individuais, conjugais e sobre a conciliação de ambos, a maioria das mulheres, assim como os homens entrevistados, enfatizou uma preocupação com a geração de maior conforto material para a família (8 sujeitos). Por outro lado, diferentemente desses, o investimento em projetos individuais de

desenvolvimento profissional e pessoal foi relatado somente por uma minoria das entrevistadas (4 sujeitos).

Nas entrevistas da maioria das mulheres, de maneira geral, surgiram relatos de desinvestimento profissional, de redução de carga horária de trabalho, de abandono de carreira e de adoção do projeto profissional dos parceiros (6 sujeitos). Destacaram-se queixas sobre a priorização da dedicação ao cuidado dos filhos e da família, de maneira mais ampla, em detrimento da carreira profissional e do desenvolvimento pessoal.

Antes de casar queria um lugar para morar, sair desse emprego e ir para um lugar que me desse mais satisfação. Consegui mudar de emprego, mas ainda não tive um emprego que me desse satisfação profissional ou financeira. Ele está caminhando por esse lado, mas eu ainda estou faltando. Eu também não costumo fazer nada sem falar com ele. A gente se torna meio dependente. Eu falo mais as coisas para ele do que ele para mim. Ele é mais independente.

(M-4)

Nossos projetos sempre foram conjugais. Antes trabalhávamos separados. Ele era produtor de eventos e eu trabalhava numa empresa em tempo integral, como assessora de diretoria... Quando as coisas melhoraram na nossa empresa, eu fui trabalhar com ele. Trabalhamos pelo dinheiro e pelos pequenos luxos. A empresa era um projeto mais dele do que meu. Eu embarquei no projeto dele. (M-6)

Eu me formei em Biologia, trabalhei mesmo depois de casada durante um bom tempo. Abri mão de tudo pelos filhos. Tenho o projeto de fazer um negócio de decoração mais estabilizado, para eu me sentir mais profissional. Acho que não casaria de novo, embora eu seja feliz no casamento. Não é por causa do meu companheiro, mas das atribuições, da vida...(M-8)

A partir das falas dos sujeitos entrevistados, observamos que na articulação dos ideais dos parceiros, na elaboração do projeto conjugal, na maioria das vezes, os homens foram evidenciados como pólo realizador das conquistas conjugais. No grupo pesquisado, denotou-se uma tendência a privilegiar uma participação mais significativa dos ideais dos homens do que dos ideais das mulheres na constituição dos ideais conjugais. A constituição dos ideais conjugais se apresenta mediante o projeto vital compartilhado, manifestando-se pela criação de filhos reais e simbólicos.

Consideramos que essa tendência a privilegiar os ideais dos homens na constituição dos ideais conjugais se relaciona com o grau de idealização dos parceiros por parte das mulheres de nossa pesquisa. Na análise das categorias anteriores, notadamente na análise das categorias *escolha do parceiro* e *percepção do parceiro*, observamos uma tendência feminina a desenvolver uma maior idealização do parceiro na relação conjugal. Segundo nosso ponto de vista, o incremento da idealização do cônjuge propicia o aumento de projeções dos ideais de um dos parceiros sobre o outro. Dessa forma, a constituição do ideal conjugal tenderá a denotar esse desnivelamento na articulação dos ideais dos parceiros, com conseqüente prejuízo na elaboração dos ideais individuais.

Esse desnivelamento, em relação ao predomínio dos ideais de um ou outro parceiro na formação do ideal conjugal, resulta numa restrição do desenvolvimento do projeto conjugal, assim como do desenvolvimento individual de ambos parceiros. Nos relatos colhidos, as mulheres expressaram insatisfação com o desinvestimento profissional, com o eventual abandono da carreira e com a adoção de projetos dos parceiros. Os homens, por outro lado, embora tenham apresentado maior grau de satisfação em relação ao desenvolvimento pessoal e profissional, salientaram a importância de estimular suas parceiras a investirem em seus próprios projetos individuais.

Consideramos que a conjugalidade deve propiciar oportunidades para a elaboração e para a reformulação dos ideais de cada parceiro, articulando-os no projeto conjugal, funcionando como continente para as tendências mais regressivas dos sujeitos. Quando isso não acontece, surge o risco de uma imobilização da estruturação da conjugalidade, tornando a relação estéril, repetitiva, sintomática.

g) Espaços da individualidade

“Intimidade não significa ser absorvido pelo outro, mas conhecer as suas características e tornar disponíveis as suas próprias. Paradoxalmente, a abertura para o outro exige limites pessoais, pois é um fenômeno comunicativo; exige também sensibilidade e tato, pois não é o mesmo que viver sem pensamentos particulares.”(Giddens, 1993, p.106)

Em nossa pesquisa, ao perguntarmos aos entrevistados “Existem coisas de

cada um das quais o parceiro não participa? ...E segredos, existem?” pretendemos colher dados relativos à discriminação e à indiscriminação dos parceiros dentro da relação conjugal. O grau de discriminação entre os parceiros envolve a capacidade de diferenciação egóica e de delimitação de *espaços da individualidade* dentro da conjugalidade.

Mediante a criação desses espaços, os sujeitos mantêm a privacidade sobre alguns aspectos de suas individualidades que, em contrapartida, servem para reativar o interesse mútuo dos parceiros. A criação desses espaços é também uma das formas de manifestação da capacidade de diferenciação egóica dos parceiros.

Na medida em que a conjugalidade possibilita aos parceiros vivenciarem seus aspectos mais regressivos, focalizando-os e metabolizando-os na relação amorosa, propicia o desenvolvimento de maior autonomia em outras áreas da vida do sujeito, notadamente na sociabilidade (Lemaire, 1979).

Lemaire (1988) coloca em discussão os limites do “eu” dentro do “nós” conjugal, considerando que, mesmo entre os casais ditos normais, encontra-se um modo de funcionamento indiferenciado. O autor considera que os sujeitos se servem da conjugalidade no seu processo de individuação. Dessa forma, coloca-se em relevo a relação dialética entre os processos de discriminação e indiscriminação dentro da conjugalidade.

Kernberg (1995) também acentua a existência de uma contradição intrínseca na combinação de dois aspectos cruciais do amor sexual: as fronteiras do *self* e a consciência da separação indissolúvel entre os sujeitos, de um lado, e o desejo de transcendência e de tornar-se unido ao parceiro, na relação amorosa, de outro. A

condição de ser separado mobiliza o sentimento de solidão e o desejo de transcender mobiliza o sentimento de unidade com o mundo. Sendo que a solidão pode ser considerada um pré-requisito para a transcendência. O autor considera que transitar entre esses dois pólos da relação amorosa é, ao mesmo tempo, estimulante, excitante e doloroso. Do nosso ponto de vista, a preservação de *espaços da individualidade* facilita a conciliação desses aspectos na conjugalidade.

A noção de vínculo conjugal, tal como desenvolvida pelos teóricos das configurações vinculares, também privilegia a conciliação dos limites do mundo interno e do mundo externo dentro da conjugalidade. Desde que uma das condições necessárias para a constituição do vínculo é a extraterritorialidade do objeto, o reconhecimento da parte desejante do outro é fundamental. É necessário haver suficiente discriminação egóica entre os parceiros para que se estabeleça a bidirecionalidade do desejo, responsável pela manutenção da relação amorosa.

Em nossa pesquisa de campo, a preservação da individualidade foi valorizada por todos os sujeitos entrevistados. Contudo, observamos diferenças entre homens e mulheres em relação à manutenção de espaços individuais e de privacidade, dentro da relação conjugal.

A maioria dos homens entrevistados (10 sujeitos) apresentou depoimentos de preservação de seus espaços individuais, associando-os a momentos de lazer, como: encontros com amigos do trabalho, do clube ou da época de solteiro, momentos de entretenimento com programas de televisão, de vídeo e incursões pela Internet; e atividades esportivas, em geral.

Ter espaço para cada um é fundamental. São vários véus que são retirados: para a sociedade, para os amigos, a família, para ela. Essa coisa de comungar tudo, em absoluto, não existe. Tem desde a privacidade de fazer coisas sozinho, até de estar com você mesmo, sem ninguém. (H-2)

Eu costumo dormir tarde e tenho meu espaço mais privativo, à noite. A partir das 23h assisto TV, uso o computador e navego na Internet. Esses são momentos só meus. Ela tem os horários dela durante o dia, mas acho que não tem atividades dela, pessoais, como eu. (H-7)

Existem os espaços individuais. Acho importante cada um respeitar a individualidade um do outro. Todo casal deve preservar isso, porque é bom como estímulo para a troca de experiências. Ela gosta de esportes, nadar, caminhar. Tem também os amigos dela, com quem costuma tomar o café da manhã, depois de caminhar...(H-9)

As atividades profissionais também foram apontadas por alguns dos entrevistados (4 sujeitos) como espaço privilegiado da individualidade, área privativa de realização pessoal.

Gosto de ter privacidade, embora seja o tipo que gosta de sentar no jantar e discutir sobre o dia com as crianças e com ela. Mas, gosto de me recolher, de ler no escritório, ver TV, mexer no computador. Tem também os amigos que

não nos freqüentam, mas temos contato, separadamente, coisas do nosso passado não conjunto. O meu trabalho também é algo totalmente separado. Não costumo falar sobre o meu trabalho em casa. Tento preservar a minha casa ao máximo de problemas de fora. A vida profissional é algo só meu. (H-11)

A maioria dos nossos relacionamentos, amigos, são comuns, da época do colégio. O nosso espaço individual, basicamente, é o profissional. Viajamos pelo trabalho, congressos, simpósios...Ela tem suas atividades e eu as minhas. Temos profissões completamente diferentes. Hobbies, ela não tem, além de leitura. Eu gosto de desenhar, coisas manuais...(H-12)

Somente dois dos entrevistados relataram vivências de grande restrição da individualidade na relação conjugal e apresentaram forte insatisfação em relação a esse aspecto da conjugalidade.

Eu não tenho mais espaço individual porque coloquei a minha família participando de tudo que eu faço, exceto do meu trabalho espiritual. O fato de ter uma empresa que funciona em casa e de ter a mulher como sócia atrapalha muito. Sinto muita falta de ter um canto para ficar em paz, ler, relaxar, um escritório só para mim. Eu eliminei isso da minha vida. Então, fiquei mais saturado, irritado.(H-6)

Dentre as mulheres entrevistadas, observamos que, embora todas tenham valorizado a preservação da individualidade, uma minoria (5 sujeitos) falou sobre usufruir de espaços individuais para realizar atividades de lazer ou de desenvolvimento pessoal.

Temos privacidade. Por exemplo, quando ele está no computador, ou estudando, não interfiro e não deixo as meninas interromperem... Eu gosto de fazer ginástica às 5:30 da manhã e leio, enquanto isso. Temos também os nossos segredos. Não falamos de ex-namorados. Ele, principalmente, não gosta de ouvir falar sobre isso. Isso é segredinho. (M-2)

Tenho liberdade para sair na hora que eu quiser. Ele também tem as reuniões com os amigos dele do tempo do colégio. Eu tenho o meu grupo de caminhada. Tenho também várias amigas divorciadas, com quem saio. Gosto também de sair sozinha. Às vezes, paro num barzinho para beber caipirinha sozinha, para pensar na vida... (M-9)

Temos alguma individualidade, coisa pouca, já que estamos quase sempre juntos. Eu tenho a minha ginástica, ele tem o tênis. Tenho amigas só minhas, com quem saio. Tem que ter alguma privacidade. Para a relação, é legal. Cada um tem que ter seus próprios momentos. Também não dá para só um abrir mão de tudo. (M-11)

Na maior parte dos depoimentos das mulheres (7 sujeitos), surgiram queixas sobre a sobrecarga com tarefas domésticas, com a educação dos filhos e comparações com os parceiros, que foram apontados como detentores de maior privacidade, de espaços individuais e de oportunidades para o desenvolvimento profissional e pessoal.

Ele tem o tempo dele, o computador... É muito fechado, não fala sobre sua intimidade. Ele tem muito mais espaço do que eu. Tem a hora de ler o jornal dele... Eu, dificilmente consigo sair sozinha. Não tenho espaço e me sinto péssima. Queria poder estudar francês, fazer uma ginástica, sair com amigos... Outro dia, cheguei do trabalho cansada e precisei dar uns telefonemas para resolver problemas, também de trabalho. A nossa filha pequena ficava chamando o tempo todo e ele no computador... Precisei pedir, para ele ficar com ela. Eu já não tenho lazer, vivo para família. Essas coisinhas incomodam. Falta de respeito com o meu espaço. Ele não saca isso. Eu faria isso por ele. (M-3)

Minha ginástica é um dos poucos momentos de relax. Não é pelo físico, mas pelo mental. Gostaria de ter um tempinho para fazer cursos, acrescentar em termos intelectuais. Meus neurônios estão atrofiando. Não tenho tempo pra nada. Estou sempre ocupada com as crianças ou com a casa. Gostaria de fazer alguma coisa diferente, algo que funcionasse como uma segunda válvula de escape. Ele tem várias atividades, sai com os amigos para lá e para cá. (M-4)

Não tenho tempo, sou muito sobrecarregada. Acho que deveria ter. Esse negócio de trabalhar em casa, me sobrecarrega muito. Ele fica lá no seu computador e não quer nem saber o que ocorre em casa, se tem comida, os deveres das crianças... Eu cuido da casa e ainda trabalho, como ele. Ele reclama que eu não sou muito profissional. Mas é impossível dar conta de tudo. E a parte financeira ainda é toda comigo, controlo as contas da casa. Estou pensando aqui: é impossível eu ter um hobbie. Agora que estamos falando sobre isso... Faz falta. Eu nem leio mais. Eu adorava ler. Há anos que eu não consigo ler um livro...(M-6)

As falas dos nossos entrevistados ilustraram a forma como são delimitadas e reconhecidas mutuamente as individualidades dos parceiros dentro da conjugalidade e apontaram para a capacidade de discriminação egóica dos sujeitos na relação. O grau de discriminação entre os parceiros, na conjugalidade, pode ser evidenciado mediante as possibilidades de expressão do potencial de realização e de crescimento individual de cada um e do sentimento de valorização pessoal decorrente disso. O reconhecimento do outro como desejante também implica considerar suas necessidades de gratificação, de reconhecimento e de desenvolvimento pessoal fora da relação amorosa.

Consideramos que a questão da discriminação/indiscriminação e da preservação das individualidades na relação amorosa é fortemente marcada pelo projeto individualizante da modernidade. A tendência a uma hipertrofia do ego na sociedade moderna coloca determinadas exigências para a relação amorosa que são

percebidas como imperativos. Deixar de cultivar algumas potencialidades é considerado um crime imperdoável contra o capitalismo do Ego (Badinter, 1986; Lasch, 1979; Sennett, 1977).

Figueira (1981) discute a sobrecarga de expectativas e a exigência de auto-revelação recíproca que marcam o casamento moderno. O incremento da auto-revelação recíproca no casamento tende a produzir um esvaziamento da relação, acarretando a diminuição da atratividade mútua. E, por outro lado, a perda de fronteiras, propiciada por essa exposição excessiva, dá lugar ao imaginário da indiscriminação.

Ademais, o autor acentua que as identidades, que tendem a ser dissolvidas no casamento moderno, se reafirmam mediante o investimento no campo profissional. O trabalho favorece, dessa forma, um tipo de recomposição narcísica. As falas dos sujeitos de nossa pesquisa corroboram essa discussão, na medida em que a maioria dos entrevistados apontaram o trabalho como *locus* privilegiado da individualidade.

Relativo às diferenças entre homens e mulheres, à observação do fato de que as mulheres relataram usufruir menos de espaços individuais e tenderam a apresentar maiores restrições no desenvolvimento profissional, cabe ressaltar a influência de fatores sócio-culturais. Embora o ingresso maciço das mulheres no mundo do trabalho tenha modificado os papéis sociais e de gênero, as pesquisas têm evidenciado que as mulheres continuam a abranger maior número de responsabilidades domésticas e familiares e tendem a apresentar menor satisfação profissional do que seus maridos (Goldenberg & Goldenberg, 1984; Diniz, 1996).

De maneira geral, os depoimentos dos sujeitos entrevistados, tanto dos homens

quanto das mulheres, denotaram a consideração por parte desses da importância da preservação daquilo que nomeamos *espaços da individualidade*. Esses espaços individuais foram reconhecidos como ancoradouros das subjetividades dos parceiros, indicadores do reconhecimento da alteridade dos cônjuges, e como estímulo para o desenvolvimento da relação conjugal. Nos casos em que esses espaços não foram preservados ou estimulados, observamos certo esmaecimento da relação amorosa, com repercussões sobre as subjetividades nela envolvidas.

h) *Percepção de influências da conjugalidade sobre a subjetividade*

“Tem sido freqüentemente observado que, após muitos anos de vida conjunta, os parceiros começam a ficar parecidos até mesmo fisicamente; os observadores muitas vezes ficam maravilhados de como duas pessoas assim semelhantes se encontraram.” (Kernberg, 1995, p.84)

Em nossa pesquisa, no final da entrevista, ao perguntarmos aos sujeitos “O que mudou, em seu parceiro, em função da relação de vocês?” e, em seguida, “O que mudou, em você, em função da relação conjugal?”, pretendemos abordar a questão central da nossa pesquisa, que esteve presente de vários modos na investigação das outras categorias, mas que, ao final da entrevista, foi proposta enquanto pergunta explicitamente formulada ao casal. Buscamos, mediante as falas dos sujeitos, depreender elementos relacionados à percepção dos cônjuges sobre as influências da conjugalidade sobre a subjetividade.

No discurso dos homens entrevistados, observamos a percepção de influências

da conjugalidade sobre a subjetividade através do relato de mudanças pessoais, consideradas por eles como aprendizados, principalmente no que diz respeito à maior valorização das relações sociais e de amizade. A maioria dos homens entrevistados (7 sujeitos) fez referências a mudanças pessoais como a diminuição da tendência à introversão. Em contrapartida, ressaltaram que suas parceiras se tornaram mais “reflexivas”, “maliciosas” e “maduras”, em decorrência da interação conjugal.

Na maneira de ser, eu aprendi muito com ela. Assimilei muita coisa dela, da forma de se relacionar, aprendi sobre a importância disso para vida... Aprendi a me dar, externamente. Com ela aconteceu a mesma coisa. Ela aprendeu a parar um pouco para pensar antes de tomar ações. Ela aprendeu a centrar. (H-1)

Passei para ela certa calma e placidez. Hoje, sinto que parte do que sou devo a ela...A coragem, a integridade que ela possui, a transparência e a franqueza. O casal é uma terceira pessoa, a incorporação de ambos, com sonhos e perspectivas. É importante ser importante para alguém. Ela me admira, a imagem que eu passo para ela é positiva e isso gera um vínculo. (H-2)

Aos poucos, eu tenho mudado meu comportamento explosivo. Ela sempre me chamou atenção a esse respeito. Ela tem uma forma diferente de ver as coisas, me leva a outro raciocínio, que me leva para outra direção, me faz acender

uma lâmpada. Acho que ela mudou também, no jeito de ser. Está mais responsável, mais preocupada, exigente e maliciosa. Acho que eu peso um pouco nela. Ela sempre foi mais light, alegre e comunicativa. E, às vezes, ela até sai das características dela, por influência minha. Mas, de alguma forma, temos conseguido administrar isso. (H-8)

Aprendi muita coisa com ela...Essa vontade de viver que ela passa, a alegria dela, que é contagiante. Hoje eu sou diferente. Não em relação ao que penso, mas à maneira de viver. Aprendi a aproveitar mais a vida. Eu só pensava na minha vida profissional. Hoje, vejo que não é só isso. Quanto a ela...Como eu sou mais sério, fechado, talvez tenha passado um pouco disso para ela. Também tenho passado a minha experiência de vida. (H-9)

É curioso como, com o passar dos anos, passamos a fazer apartes ou comentários intempestivos ao mesmo tempo, idênticos, os dois falando juntos. Isso é gozado. Aí, um mexe com o outro...Cadê a identidade? Ao longo dos anos, um vai se amoldando ao outro. Ela deve ter ficado mais criteriosa na forma de falar, menos sociável, mais seca. Eu desenvolvi o senso de percepção de detalhes e me abri mais para os relacionamentos. (H-11)

Nas falas das mulheres entrevistadas, nos deparamos com depoimentos concordantes em relação aos depoimentos dos homens. Observamos que, na maioria dos casos (8 sujeitos), as mulheres perceberam mudanças pessoais no sentido de uma

propensão a assumirem uma postura mais “reservada” e “reflexiva”, como resultado da interação conjugal. Em relação aos seus parceiros, a maioria das mulheres (10 sujeitos) considerou que eles se tornaram mais “extrovertidos”, “desprendidos” e passaram a valorizar mais as relações pessoais de forma geral, em função da influência que elas exerceram sobre eles.

Ele está mais light. Era mais tenso, queria falar sobre todos os problemas na hora e o tempo todo. Hoje, passou a valorizar mais a saúde. Ele também está mais carinhoso, era muito envergonhado, principalmente em público... Por outro lado, ele me ensinou a parar para pensar e que tem porque para tudo nessa vida. (M-2)

Ele ficou mais solto. Ele era muito fechado e reservado. Eu o liberei, ele era muito cauteloso. E ele me fechou mais! Eu não tinha muita censura. Mas, isso aconteceu sem sofrimento. Então, eu acho que é a troca natural que ocorre na vida conjugal. Não tive que fazer esforço para que isso acontecesse. É completar o outro no que falta, crescer juntos. (M-8)

A convivência nos faz ficar parecidos. Ele era muito fechado, hoje é um cara simpático. Ele chega até a ser palhaço! Eu, acho que fiquei mais durona. Às vezes pensamos coisas iguais, tipo telepatia. (M-11)

Algumas mulheres entrevistadas, uma minoria (3 sujeitos), perceberam as mudanças subjetivas propiciadas pela interação conjugal como influências negativas, com prejuízo da preservação de suas individualidades e restrição do desenvolvimento pessoal.

Ele passou a valorizar mais a qualidade de vida e de amigos que podemos ter e a valorizar mais a nossa família. Eu acho que eu o direcionei nesse sentido.... Mas, talvez eu tenha perdido a minha identidade, pois eu era mais independente, extrovertida, uma mulher de abrir portas. (M-3)

Entre nós, aconteceu uma inversão. Ele, que era um homem tão independente, se tornou mais dependente de mim. Ele amadureceu. Até fisicamente nós dois mudamos. Mas acho que perdi minha individualidade em algum lugar... Talvez, um dia, eu a recupere. (M-6)

Partindo dos depoimentos individuais dos cônjuges sobre a avaliação que eles mesmos tecem relativa às influências da conjugalidade sobre a subjetividade e da constatação de uma tendência à concordância entre os depoimentos dos homens e das mulheres, observamos que as mutações subjetivas operadas nos sujeitos entrevistados, durante as suas trajetórias de vida, foram fortemente influenciadas pela tendência a constituir um modelo de conjugalidade predominantemente complementar, na maioria dos casos.

Referimo-nos ao modelo complementar, pressupondo uma estrutura vincular

conjugal composta por dois egos discriminados, na qual ambos os parceiros possuem uma representação interna do outro e uma representação da conjugalidade como uma unidade criativa, além da soma de seus componentes (Puget & Berenstein, 1993). Nessa modalidade vincular, consideramos que a alteridade é reconhecida e necessária, assim como propiciadora da produção de mutações subjetivas nos parceiros

Do nosso ponto de vista, quando os sujeitos atingem essa modalidade de estruturação conjugal, as mudanças subjetivas produzidas em cada um dos cônjuges são percebidas como resultantes do desenvolvimento vincular e individual dos parceiros e a influência mútua dos cônjuges é percebida como uma troca intersubjetiva gratificante. Nesse caso, como foi ilustrado mediante as falas de nossos entrevistados, as mudanças pessoais descritas pelos parceiros são percebidas como aprendizados ou como uma acomodação natural dos cônjuges, visando uma homeostase conjugal satisfatória para ambos.

Na maioria dos depoimentos, observamos que as mudanças subjetivas percebidas pelos sujeitos foram decorrentes de um processo de reelaboração e reestruturação interna que se inicia desde a escolha amorosa, com a mobilização inicial do jogo identificatório, e se consolida com a elaboração do projeto vital compartilhado, que concilia os ideais de cada um na constituição do ideal conjugal.

Nesse processo, os cônjuges operam um intercâmbio de representações inconscientes e de representações de vínculos entre os objetos que configura o mundo interno objetal conjugal, estimulados pela ressonância interfantasmática (Eiguer, 1985). Consideramos que as articulações produzidas na constituição do mundo interno conjugal manifestam-se em cada um dos parceiros, mediante mudanças subjetivas,

resultantes de acordos e/ou pactos conjugais.

No depoimento de uma minoria dos sujeitos entrevistados, notadamente nos discursos de algumas mulheres, as mudanças subjetivas influenciadas pela conjugalidade foram percebidas como negativas ou destrutivas, desconsiderando a alteridade do parceiro e restringindo o desenvolvimento individual. Nesses casos, consideramos que a conjugalidade se estruturou sobre uma pseudo-complementaridade, na qual o outro é colocado na posição de assistente, anulando sua condição subjetiva, desejante.

4.2. Estruturas conjugais predominantes

Na literatura psicanalítica sobre a psicodinâmica familiar e conjugal, na busca de uma compreensão mais ampla e fundamentada sobre a representação inconsciente desses grupos específicos, sua estruturação e suas leis de funcionamento, nos deparamos com diferentes tipos de classificação de estruturas conjugais predominantes. Dentre as classificações ou tipologias encontradas, destacamos as desenvolvidas por Willi (1978), Ruffiot (1984), Eiguer (1985) e Puget & Berenstein (1993).

As tipologias desenvolvidas por esses autores privilegiam distintos aspectos da psicodinâmica conjugal e familiar, fundamentando-se em diferentes conceitos psicanalíticos, embora todas elas tenham como objetivo central a compreensão do funcionamento inconsciente familiar e conjugal. Cada uma das classificações desenvolvidas reflete um determinado tipo de olhar e de escuta teórico-clínica.

Ruffiot e Eiguer partiram do conceito de organizador psíquico inconsciente utilizado na compreensão dos grupos em geral, enfatizando organizadores como a escolha de objeto, o eu familiar e a interfantasmática como parâmetros para a compreensão da psicodinâmica do grupo casal, para a identificação do tipo de estrutura subjacente predominante e dos seus mecanismos de funcionamento.

Willi desenvolve o conceito de colusão, que pressupõe um jogo conjunto inconsciente não confessado entre os parceiros, ancorado num conflito básico não elaborado individualmente. A partir daí, o autor constrói uma tipologia da relação conjugal na qual as fases do desenvolvimento da primeira infância - narcisismo, fase oral, fase anal e fase fálico-edípica - tal como formuladas na teoria freudiana, constituem a temática central do processo colusivo conjugal. O processo colusivo implica um conflito básico não superado individualmente por ambos os parceiros que se transforma em fonte de atração mútua conjugal, considerando que cada parceiro representa um dos pólos desse conflito.

Puget & Berenstein elaboraram uma tipologia do vínculo conjugal que contempla os aspectos observáveis e seus significados inconscientes. Em cada estrutura conjugal, identifica-se o elemento conector, sua modalidade característica e sua qualidade determinante do tipo de interação entre os dois egos. A tipologia desenvolvida por esses teóricos também considera o grau de discriminação entre os sujeitos-parceiros, o reconhecimento das emoções básicas que circulam na conjugalidade, as angústias características dos arranjos psicopatológicos presentes em alguns tipos de estrutura, a semantização dos parâmetros definitórios e o lugar e/ou função do terceiro na relação conjugal.

De acordo com essa abordagem, podemos situar o vínculo conjugal dentro de um eixo discriminação-indiscriminação que percorre desde o menor grau de diferenciação entre os dois egos, o estado fusional conjugal, até um grau satisfatório de autonomia entre os parceiros, um estado que implica maior complexidade vincular. Ao situar o vínculo conjugal dentro desse eixo, são consideradas as modalidades de discriminação nas quais prevalece uma tendência a estabelecer organizações de nível pré-edípico e as modalidades que tendem a estabelecer organizações de nível edípico. Para estabelecer essas diferentes modalidades considera-se a inclusão do terceiro, que tanto pode favorecer a triangulação que viabiliza o acesso à simbolização quanto pode servir de marco e contenção para a manutenção da estrutura dual, indiscriminada.

O desenvolvimento de uma tipologia que considera dois egos conectados entre si, uma configuração vincular, numa relação em que a extraterritorialidade do parceiro é primordial, demanda uma análise do grau mínimo de posições e ligação a partir das quais é concebida a existência de um casal. Essa concepção sintática do vínculo, a partir da qual se desenvolvem diferentes significações da estrutura vincular, diferentes modos de investimento conjugal, foi denominada pelos teóricos das configurações vinculares estrutura zero.

Considera-se que a sociedade é constituída por diversas matrizes que viabilizam a circulação e a vinculação de seus integrantes. Utiliza-se o conceito de formas institucionais de tipo zero, desenvolvido por Lévy-Strauss(1958). A idéia de estrutura zero aponta para uma matriz inconsciente na qual a sociedade situa pessoas de sexo diferente, submetidas ao tabu do incesto e, na maioria dos casos, ao mandato de perpetuação da espécie mediante a geração de filhos. É a estrutura zero que fornece

aos parceiros a representação social de casal, originando o sentimento de pertença.

Partindo da estrutura zero temos diferentes modalidades de investimento conjugal e, conseqüentemente, diferentes estruturas vinculares conjugais. Os tipos de estruturas vinculares propostas por Puget & Berenstein (1993) são três. A primeira delas é a estrutura dual, que é subdividida em dual simétrica e dual assimétrica. Nessa modalidade, o vínculo conjugal é do tipo fusional, com idealização mútua de algum componente parcial. A segunda estrutura é denominada terceiridade limitada, onde o terceiro é excluído do vínculo, sua presença é evitada. Na terceira modalidade de estrutura, denominada terceiridade ampla, nos deparamos com a coexistência de dois egos discriminados, ambos possuindo uma representação interna do outro e de si mesmo, além da representação do próprio casal, que é concebido como um conjunto além da soma de seus componentes.

De acordo com Puget (1997), a presença real de dois sujeitos e a conseqüente criação do espaço intersubjetivo na conjugalidade, onde dois egos diferentes se encontram, se tornam condições necessárias para que haja intercâmbio e construção da subjetividade de cada um. Compartilhando desse posicionamento e buscando compreender de que forma a intersubjetividade repercute sobre a subjetividade dos parceiros, utilizamos a classificação proposta na abordagem das configurações vinculares para identificar as estruturas conjugais dos casais entrevistados em nosso estudo.

A identificação das estruturas conjugais predominantes nos casais entrevistados e a distribuição desses de acordo com a tipologia desenvolvida pelos teóricos das configurações vinculares foi um dos recursos utilizados por nós na

interpretação do material obtido no estudo de campo. Consideramos que a discussão sobre a psicodinâmica conjugal poderia nos fornecer dados relevantes para a compreensão das influências da conjugalidade sobre a subjetividade, sobre as reestruturações subjetivas de cada parceiro, ao longo da trajetória conjugal.

A partir da análise das categorias propostas em nosso estudo - tomando o discurso individual de cada membro, casal por casal - , observamos que os casais entrevistados apresentam, predominantemente, organizações vinculares compatíveis com as estruturas dual, simétrica (3 casais) e assimétrica (4 casais), e terceiridade ampla (5 casais). No grupo entrevistado, não encontramos nenhum casal que apresentasse organização vincular compatível com a estrutura terceiridade limitada. Esse tipo de estrutura de conjugalidade denota uma vinculação profundamente indiscriminada, com manifestações de intensa angústia e uma modalidade de funcionamento que conduz, freqüentemente, a uma psicopatologia conjugal do tipo perversa.

Considerando que os casais entrevistados não foram selecionados a partir da clínica psicoterápica conjugal e não apresentavam nenhuma demanda explícita de atendimento terapêutico, tendo sido selecionados a partir da indicação de pessoas conhecidas da entrevistadora e se colocado disponíveis para falar sobre suas vivências conjugais espontaneamente, nossa expectativa era a de que a maioria não apresentasse indícios de arranjos psicopatológicos. Essa expectativa foi confirmada a partir da identificação das estruturas predominantes encontradas nos casais entrevistados.

É importante também ressaltar que as estruturas de conjugalidade predominantes não são estáticas ou imutáveis, indicando tão somente um tipo de

configuração e uma tendência, podendo evoluir durante o percurso conjugal, propiciando novos arranjos e novas produções subjetivas.

a) Estrutura dual simétrica

Em nossa pesquisa, no grupo entrevistado, identificamos três casais (C-1, C-5 e C-6) que apresentaram um tipo de organização vincular predominante compatível com a modalidade de funcionamento descrita na estrutura dual simétrica. Nesses casais observamos o predomínio do vínculo fusional, com idealização de algum componente parcial do cônjuge, onde a visão especular e o desejo de ser um a imagem do outro são ressaltados.

Nesse tipo de estrutura, o reconhecimento das diferenças é prejudicado, gerando dificuldades para a elaboração do projeto vital compartilhado, que fica restrito e imobilizado no tempo. O acesso à genitalidade também tende a ser prejudicado, gerando certo grau de insatisfação conjugal. Esse descontentamento pode ser expresso e manifesto em relatos de limitações em relação ao desenvolvimento individual, profissional, social ou afetivo de cada parceiro, assim como em relação ao desenvolvimento do projeto vital compartilhado. Essas manifestações são indicadores de que esse tipo de estruturação conjugal limita as possibilidades de reestruturação subjetiva dos parceiros, devido ao grau de indiscriminação egóica presente no vínculo. Isso fica evidenciado na análise das categorias que apresentamos, em seguida, a partir dos discursos individuais dos membros do casal tomados par a par.

-Concepção de conjugalidade - Observamos que, nesses casais, ao apresentarem uma definição de conjugalidade, os parceiros ressaltaram elementos relacionados à fusionalidade conjugal. Nesses casos, a definição de conjugalidade é o suporte para a definição de si mesmo, cada um constrói uma representação de si a partir da representação do outro, se conforma ao outro, num movimento especular.

O relacionamento conjugal é algo que transcende o contrato. É sentir-se bem com a outra parte, buscar o objetivo único, partes se juntando para o todo. (H-1)

É uma coisa muito séria. Tem que se dar muito, se respeitar muito... Tem as coisas do dia-a-dia, que é meio conturbado, às vezes você está bem, às vezes está mal... Tenho os meus rompantes e ele é uma válvula de escape para mim. Jogo muita coisa em cima dele, talvez coisas que eu não consigo obter. (M-1)

É uma relação onde tem que existir equivalência no desenvolvimento intelectual e profissional... Tem que ter igualdade, sem dominação. (H-5)

O mais importante da relação conjugal é a cumplicidade, o companheirismo, a fidelidade. Pensar parecido, adivinhar os pensamentos só de olhar. (M-5)

- Escolha de parceiro - Os casais que apresentam um tipo de estruturação conjugal dual simétrica tendem a pautar a escolha conjugal em afinidades e semelhanças. O tipo de escolha predominante é a escolha narcísica, onde prevalece a idealização do parceiro. A conjugalidade assume características do objeto único,

referido à relação mãe-bebê, como a antecipação e a adivinhação de desejos e pensamentos um do outro. Em alguns casos, subjaz a fantasia de que o encontro do casal é fruto do destino.

Foi uma fatalidade, não no sentido aleatório, mas ligado ao destino... Um dia, de repente, deu o insight, o start e evoluiu... Tinha uma amizade normal, um dia saímos juntos e tivemos um sentimento muito forte. Começamos a namorar sete dias por semana, vinte e quatro horas por dia, trabalhávamos juntos...(H-1)

Foi a oportunidade, deu aquele estalo... Nosso relacionamento foi muito intenso, nos entrosamos muito, nos entendemos muito bem. Sabemos todas as artemanhas um do outro. Foi um amor muito grande... O amor dele por mim foi um fator muito forte.(M-1)

Acho que foi uma coisa de alquimia, algo muito forte, estava escrito... Ela foi, efetivamente, a minha primeira namorada, de amor. Teve muitas idas e vindas. Mas, ela sempre esteve à minha disposição. Embora cada um de nós tivesse tido outros namorados... Já tive mulheres fantásticas, mas não houve química.(H-6)

Foi uma relação muito interrompida, com idas e vindas, viagens... Mas o que nos manteve ligados foi o amor, muito forte. Ele viajava porque tinha problemas com a família dele... Num desses intervalos eu tive um namorado PMD, que se suicidou... Ele também teve problemas com uma namorada, tipo

traição... Nosso reencontro foi: dois esfarrapados se encontrando. (M-6)

- Percepção do parceiro e auto-percepção - Nos casais que apresentam esse tipo de estruturação, onde a idealização e a simetria dão o tom à relação, as diferenças não são percebidas ou, freqüentemente, não são bem aceitas. Quando percebidas, são interpretadas como obstáculos ou oposições. A diferença tende a não poder ser significada como complementar. Nesses casais, destaca-se o papel do olhar, a visão especular.

Ela é muito inteligente e, quando a conheci, ela adivinhava o que eu iria usar como teste. Eu costumava testar as meninas com quem eu saía, com algumas colocações. Mas ela me surpreendia. Era nivelada comigo. Eu sou exigente. (H-5)

Ele tem boa índole, é perfeccionista, metódico, culto, inteligente, desligado, correto. O principal é ser uma boa pessoa... Eu também sou uma pessoa boa, preocupada com os outros de forma geral... Dou grande peso ao lado profissional... Somos muito certinhos, os dois. (M-5)

Ela é leve, tem uma alma bonita. Mas se justifica em tudo, é detalhista. É uma mulher batalhadora, combativa. Eu sou hiperativo, esquecido. Estou sempre em busca do auto-conhecimento. Ela é muito cética. Isso atrapalha a nossa relação. Gostaria que ela também buscasse o auto-conhecimento e alguma religiosidade. Espero que ela consiga se descobrir, como eu. (H-6)

Ele é gentil, trabalhador, explosivo, romântico. Eu acho que endureci. Já fui tudo que ele é. Hoje, acho que somos opostos. Isso gera alguns problemas(M-6)

-Expectativas sobre o parceiro e auto-expectativas – Os casais referentes a tais estruturas revelaram-nos um alto grau de expectativas na conjugalidade, já que neles pudemos observar que são enaltecidas a ilusão de completude e a imagem de potência atribuída ao parceiro, devido ao papel de sustentação dos ideais que o outro exerce na relação. O casal é movido pelo ideal de perfeição narcísico, é o ego ideal que é tomado como modelo ao invés do ideal do ego. As expectativas de um em relação ao outro, muitas vezes, não levam em consideração as limitações impostas pela realidade ou os limites individuais do parceiro - desconsideram o princípio de realidade - gerando intensas frustrações.

Gostaria que ela melhorasse em muitas coisas, mas não tenho expectativas...

Essa forma explosiva dela ser...Algumas coisas, eu não aprovo... Ela é materialista e eu sou espiritualista, pouco apegado aos bens materiais. Ela espera que eu produza dinheiro... A minha maneira inercial também não agrada.(H-1)

Espero que ele me dê coisas que eu gosto de ter, conforto. Sei que isso é futilidade, mas acrescenta. Gostaria que ele mudasse muita coisa, mas acho difícil... Ele espera que eu mude o meu jeito de ser, pois eu sou muito materialista, pé no chão, e ele é muito sonhador. De vez em quando a gente

entra em atrito.(M-1)

Espero que ela consiga se descobrir, assim como eu, em relação ao casamento e a nós mesmos. A estabilidade do casamento é a estagnação...

Temos que nos cuidar para não cair na rotina... Tem coisas nela que já deveriam ter mudado. Por exemplo, os ciúmes já não cabem mais no casamento.(H-6)

Nós temos tudo para nos dar bem, nos gostamos. Mas, devido ao nosso contato intenso, trabalhamos juntos... Ficamos sem diálogo, em casa. Não conseguíamos nem ouvir o outro, conversar sem brigar. Espero que isso mude... Ele tem o lado espiritual dele e faz um esforço enorme para me levar. Eu não consigo acreditar em nada daquilo. Isso incomoda a ele. Mas, ele tem que entender que eu sou uma pessoa e ele é outra.(M-6)

- *Espaço lúdico* - A fusionalidade, característica da estrutura conjugal dual simétrica, tende a esvaziar as possibilidades criativas e lúdicas do casal. O espaço potencial transicional, embora seja fundamentado na idéia de que o espaço de um continua no espaço do outro, requer certo grau de discriminação entre os egos dos parceiros. Entretanto, nos casais que apresentam essa modalidade de funcionamento, a proximidade do parceiro não conduz a um compartilhamento ou a uma tentativa conjunta de preenchimento do espaço potencial entre a realidade e a fantasia, mas a uma anulação das possibilidades criativas do casal. A fusão interfere nas possibilidades lúdicas e criativas, prejudicando o jogo conjugal. Na maioria dos casais,

que apresentaram esse tipo de estrutura, o espaço lúdico estava restrito ou era inexistente.

Acho que entre nós não há nada de que me lembre, que possa dizer de estalo, sobre brincadeiras ou jogos.(H-1)

Chamo ele de Mô(amor) e ele me chama de ... (diminutivo do nome). Temos nossas intimidades... Mas, brincadeiras, não sei..., acho que não.(M-1)

Nosso casamento tem sido regido pelo trabalho, oitenta por cento. Passamos o dia inteiro juntos, mas trabalhando, sem relaxar. No passado, houve brincadeiras, viagens...Hoje, falta muita coisa: o namoro, jogos românticos... Sinto falta e tento acionar isso. Ela ficou muito fria em relação a isso e ficou difícil alertá-la.(H-6)

Brincávamos muito um com o outro, mas não consigo me lembrar muito disso. Isso ficou perdido no tempo e no espaço. Nunca tivemos apelidos. Acho que teve uma época em que nos chamávamos de amor...(M-6)

- *Projetos individuais e conjugais* - Os projetos são derivados da articulação dos ideais individuais dos parceiros e dos ideais conjugais com o princípio da realidade, considerando a dimensão do tempo futuro. Na estrutura conjugal dual simétrica o projeto vital compartilhado é restritivo e imobilizado no tempo. Os parceiros, na busca de uma coincidência ilusória, de coincidir o outro com o objeto do desejo, excluem a alteridade e, portanto, a possibilidade de complexificação vincular.

O crescimento vincular baseia-se nas possibilidades de elaboração dos aspectos mais primitivos dos cônjuges no enquadre conjugal. O enquadre cumpre a função de continente, que é nutrida pelo projeto vital compartilhado. Mediante o projeto compartilhado, constitui-se o ideal de ego conjugal, que é formado pelos ideais de cada parceiro. O adiamento de satisfação pulsional, assim como o reconhecimento das limitações impostas pela realidade, requisitos importantes para a elaboração do projeto conjugal, são mediados pela função reguladora do ideal do ego. Contudo, nesse tipo de estrutura, a conjugalidade é norteadada pelo ego ideal, que desconsidera o princípio de realidade, gerando uma sobrecarga excessiva de idealização e prejudicando a elaboração do projeto conjugal.

Em nosso estudo, os casais que apresentaram esse tipo de estruturação, na maioria das vezes, mostraram uma tendência a idealizar excessivamente a elaboração do projeto conjugal e, conseqüentemente, sofreram algumas desilusões. Os ideais podem vir a impulsionar reestruturações subjetivas, mas isso é dificultado quando há uma busca de coincidência fusional. No plano individual, os projetos de cada um tenderam a ser absorvidos e anulados pelo projeto conjugal, gerando obstáculos ao desenvolvimento dos parceiros e certa insatisfação pessoal.

Tínhamos, cada um, bom emprego, uma vida super legal. Então, resolvemos montar um negócio juntos. No início foi muito bem, tinha um projeto do casal... O negócio evoluiu..., mas tivemos uma queda vertical. Hoje, acho que nosso projeto tropeça nas nossas diferenças. (H-1)

Nós elaboramos um castelo, mas não deu certo... Tivemos muitas decepções.

Por mais que eu seja independente, quero que ele me sustente e me dê coisas, conforto. (M-1)

Ter autonomia financeira é o meu projeto. Meu plano é colocá-la dentro do profissionalismo, para que ela seja independente de mim, auto-suficiente.

Quando nos casamos ela trabalhava numa empresa, mas eu não sosseguei enquanto não trouxe ela para trabalhar comigo, no nosso negócio. (H-6)

Nossos projetos sempre foram conjugais. Antes trabalhávamos separados... A empresa era mais um projeto dele do que meu. Eu embarquei no projeto dele.

Hoje me sinto muito sobrecarregada. (M-6)

- *Espaços da individualidade* - A presença de tais espaços na relação conjugal é um dos indícios da capacidade de diferenciação egóica dos parceiros. Sendo a extraterritorialidade do objeto e a bidirecionalidade do desejo requisitos para a constituição vincular, considera-se necessário o reconhecimento do outro com sua individualidade e suas idiossincrasias. Nos casais com estruturação dual simétrica, são raros os momentos de prevalência da individualidade na relação conjugal. Esse aspecto aponta para a indiscriminação das subjetividades dos parceiros.

São raros os momentos próprios de cada um. Às vezes eu me dedico às minhas pesquisas na Internet. Ela gosta de ir à praia, mas só vai com as crianças.

Mas, não existe nada muito separado. (H-1)

É tudo um para o outro e o outro para o um. A gente não consegue fazer nada

sem o outro. É impressionante! Segredos, nem pensar, eu me sentiria traída.

Pelo menos, nada que eu me lembre.(M-1)

Eu não tenho mais espaço individual porque coloquei a minha família participando de tudo que eu faço, exceto o meu trabalho espiritual. O fato de ter uma empresa que funciona em casa e de ter a mulher como sócia, atrapalha muito. Sinto falta de ter um canto para ficar em paz, ler, relaxar, um escritório só para mim. Eu eliminei isso da minha vida. Então, fiquei mais saturado, irritado.(H-6)

Não tenho tempo, sou sobrecarregada. Acho que deveria ter. Esse negócio de trabalhar em casa... Ele fica lá no seu computador e não quer nem saber o que ocorre em casa, se tem comida... Eu cuido da casa e ainda trabalho, como ele. Ele reclama que eu não sou muito profissional. Mas é impossível dar conta de tudo... Estou pensando aqui: é impossível eu ter um hobby. Agora que estamos falando sobre isso... Faz falta. Eu nem leio mais. Eu adorava ler. Há anos que eu não consigo ler um livro...(M-6)

- *Percepção de influências da conjugalidade sobre a subjetividade* - Nos casais com estruturação conjugal dual simétrica, as interpenetrações intersubjetivas propiciam mudanças subjetivas num nível mais superficial, menos estrutural, demandando menor esforço de reestruturação egóica. Nos casais de nossa pesquisa, isso é evidenciado mediante os relatos de mudanças individuais que indicam, em alguns casos, uma alternância de posicionamento entre os parceiros, um certo tipo de

acomodação ou reeducação visando à manutenção da relação. Contudo, as mudanças não são acompanhadas pelo sentimento de admiração mútua ou pelo aumento do sentimento de auto-estima, decorrentes do processo sublimatório. Observamos que, nesses casais, as mutações subjetivas foram atribuídas ao processo de desidealização, desencadeado por decepções do casal originadas no trajeto conjugal, e associadas ao sentimento de frustração.

Minha maneira de ser, aprendi muito com ela. O mesmo ocorreu com ela. Assimilei muito dela. A maneira de se relacionar... Aprendi a me dar mais, externamente. (H-1)

Ele era muito fechado, se relacionava superficialmente. Ele melhorou nesse aspecto... Eu mudei porque fui me decepcionando, aprendendo. No casal tive que mudar para conviver, tive que me educar. (M-1)

Acho que ela deu uma esfriada, talvez por causa do meu comportamento. Eu era mais romântico, um cara quente. Eu mudei muito. Se você olhar esse quadro de fotos vai observar que eu mudei até fisicamente, as expressões. Mudou o nosso relacionamento do afã romântico para enxergar a realidade de uma forma mais dura. (H-6)

Entre nós, aconteceu uma inversão. Ele que era um homem tão independente, se tornou mais dependente de mim. Ele amadureceu. Até fisicamente, nós dois mudamos. Mas acho que perdi a minha individualidade em algum lugar...

Talvez, um dia, eu a recupere. (M-6)

b) Estrutura dual complementar

Dentre os casais entrevistados, identificamos quatro (C-3, C-4, C-7, C-8) que apresentaram um tipo de organização vincular predominantemente compatível com a modalidade de funcionamento encontrada na estrutura dual complementar. Nesse tipo de vínculo, o casal se mantém em estado fusional mediante a função de assistente que um dos parceiros desempenha para o outro. A função de assistente pode ser desempenhada por ambos os membros do casal, alternadamente ou não. É desejável que ocorra um certo grau de complementaridade na conjugalidade considerada normal, satisfatória para ambos os parceiros. Contudo, a função de assistente deve ser intercambiável. O que ocorre no tipo de estrutura vincular dual complementar é que a função de assistente é resultante de um pacto amparador-desamparado, onde há exigência e dependência absoluta. Nesse tipo de estrutura, o projeto conjugal se estrutura sobre a submissão de um dos parceiros ou é permanentemente sujeito a desacordos. A partir daí, surgem obstáculos ao crescimento vincular, à passagem para um estado de maior complexidade. Observamos que, nos casais que apresentam predominantemente esse tipo de estruturação conjugal, as possibilidades de reestruturação subjetiva dos parceiros torna-se limitada pela conjugalidade.

- *Concepção de conjugalidade* - Em nossa pesquisa, observamos que os casais que apresentaram um tipo de estruturação de conjugalidade dual complementar, ao abordarem os elementos que consideraram mais valorizados na concepção de conjugalidade, tenderam a colocar em relevo a complementaridade. Essa

complementaridade é, contudo, marcada por uma relação de dependência de um em relação ao outro, fundamentada sobre aspirações fusionais.

São duas pessoas que um dia se conheceram e que pretenderam se completar, dividindo tudo do dia-a-dia, a família, o trabalho, a saúde,...Tentar levar tudo com amor.(H-4)

Relação conjugal são duas pessoas que se amam e que precisam viver juntas porque não tem mais sentido viver separado, porque você sente falta e só vai se completar quando você está junto. Você quer fazer o dia-a-dia com a pessoa, compartilhar tudo.(M-4)

Relação conjugal é ter parceria em todos os sentidos, para dividir a vida. É ter a pessoa, do seu lado, com quem você divida tudo, complemente o que você está precisando, buscando.(H-8)

É uma relação que envolve respeito, troca, aprendizado, segurança. Se sentir correspondida, amada, desejada. Essas coisas que buscamos desde criança. Começa com a paixão, depois vem o amor. O casamento está ligado não só ao amor, mas ao espírito.(M-8)

- *Escolha de parceiro* - Nesses casais, os sujeitos tenderam a relacionar a escolha conjugal com a busca de complementaridade. O tipo de escolha predominante é a escolha anaclítica, de apoio, na qual os parceiros servem de suporte um para o outro, cuidando um do outro. As características atribuídas ao parceiro, consideradas

motivadoras da escolha, correspondem às necessidades de preenchimento egóico dos sujeitos.

Eu tinha uma vida muito largada. Ela teve que aturar muita coisa. Dava para sentir que ela gostava mesmo de mim... Gostei dela porque ela tinha maturidade, ela era muito cabeça, vivida... Acho que a minha espontaneidade, o meu lado alegre, brincalhão, aberto, positivo, impressionaram. (H-3)

Quando o conheci, achei ele muito novo. Ele é um pouco mais novo do que eu, mas pareceu ser mais ainda. Ele era garotão e eu já tinha a minha vida montada. Mas eu gostava dele e via que ele era uma boa pessoa, bom caráter.

Ele era uma pessoa leve. (M-3)

Ela era uma menina legal, ligada em família... Mas, acho que o que nos levou a dar certo foi porque somos opostos, mas nos completamos. Eu sou rápido em tudo e ela é muito lenta, mas um ajuda o outro. (H-4)

Começamos a gostar um do outro porque precisávamos das mesmas coisas. Nos identificamos nesse sentido. A gente também era carente de relacionamento familiar. Um ficou sendo o pai e a mãe do outro, um cuidou do outro. (M-4)

- *Percepção do parceiro e auto-percepção* - Nos casais que apresentam esse tipo de psicodinâmica conjugal, as diferenças individuais são incorporadas à relação na medida em que servem às necessidades de complementaridade do par. Dessa forma, as

diferenças não estão a serviço do reconhecimento da alteridade. Ao falarem sobre a percepção do outro e de si mesmos, os sujeitos tenderam a enfatizar atributos pessoais que se complementavam na relação ou que alimentavam o interjogo projetivo responsável pela manutenção da ilusão do encontro da “cara metade”.

Ela é mais extrovertida, eu sou mais introvertido, ela é mais dada, eu sou mais contido. Somos complementares. Ela tem um coração muito aberto. Numa relação de troca, ela dá mais do que recebe. (H-7)

Ele é muito fechado. Difícil saber o que ele está sentindo... Eu sou o oposto, transpareço. Falo tudo que estou sentindo, não deixo nenhum problema pra depois. Às vezes, eu exagero e ele me controla, toma conta de mim. (M-7)

Sou uma pessoa muito exigente, de cobrar muito dos outros. Gosto de organização, sou carinhoso, zelo pelas pessoas e gosto de ajudar mesmo quando não sou solicitado... É bom saber que tem uma pessoa que se preocupa com você e com quem eu possa me preocupar, que precisa de mim da mesma forma que eu dela. (H-8)

Ele é super-protetor, um cara que me dá muita base, estrutura, raiz. É um excelente amante, é emotivo. Sempre demonstrou desejo, me colocava para cima. Eu nunca me achei bonita, era esmirrada, magrela, esquelética... Eu precisava de um homem que me desse segurança, me protegesse...Ele sempre foi um pai protetor e eu mostrava essa necessidade de cuidados. Ele sempre se sentiu importante ao meu lado. (M-8)

- *Expectativas sobre o parceiro e auto-expectativas* - Nos casais com estrutura predominantemente dual complementar, assim como nos casais com estrutura dual simétrica, os parceiros apresentam um grau de expectativas mútuas aumentado. Contudo, nesse tipo de estrutura, as expectativas tendem a ser manifestas principalmente mediante exigências de cuidados e atenções entre os parceiros. Qualquer investimento do parceiro fora da relação conjugal, como em atividades profissionais ou até mesmo no cuidado com os filhos, tende a ser percebido como obstáculo à relação. Essas reivindicações, que remontam aos cuidados da relação mãe-bebê, foram mais evidenciadas no discurso dos homens, conforme discutimos na etapa anterior da análise dos dados. Mas, quando analisamos as falas dos sujeitos casal por casal, observamos que nos casais com estruturação dual complementar os homens evidenciaram a psicodinâmica conjugal assistente-assistido, cuidador-cuidado, ocupando a função de porta voz de demandas que pertencem ao par. Essas posições podem ser alternadas entre os parceiros.

Espero que ela melhore em relação ao trabalho, que não misture tanto a vida profissional com a nossa vida. Já tivemos muitas crises. Por exemplo, no nascimento do nosso filho... Espero ter mais dedicação de um em relação ao outro, se desligar mais do trabalho e mesmo dos filhos. Você fica mais com os filhos e esquece o lado afetivo. (H-3)

Eu penso muito no futuro, estou sempre alertando para os acontecimentos. Ele confia em mim e é muito descansado...Tivemos muitos problemas com desemprego dele...Gostaria que ele tivesse mais consideração comigo. Ele

devia prestar mais atenção no que eu falo, em mim. (M-3)

Não tenho muitas expectativas. Naturalmente, temos nossos altos e baixos, existem faltas. Talvez eu espere mais atenção para mim. Ela se dedica demais aos filhos. Temos raros momentos a sós. Talvez eu também devesse trabalhar menos e me dedicar mais à família. (H-7)

Espero aproveitar mais coisas juntos. Expectativas de mudanças dele, eu não tenho mais... O jeito é, eu me aproximar. De mim, eu espero muita coisa. Estou entrando na maturidade, espero melhorar. Gostaria de ter mais tempo para nós dois, viajar a sós... (M-7)

- *Espaço lúdico* - Observamos que o espaço da criatividade, área da transicionalidade, possibilidade compartilhada de preenchimento do espaço potencial entre a realidade e a fantasia, nesses casais, tende a restringir-se ou a esvaziar-se. A tendência a estabelecer uma relação de co-dependência aumenta a indiscriminação entre os parceiros e propicia a instauração de um ciclo repetitivo. Na conjugalidade estruturada segundo a modalidade dual complementar, a imobilidade e a repetição são confundidas com estabilidade, anulando as possibilidades criativas do casal, que são deflagradas pela instabilidade do equilíbrio dinâmico. Nesses casais, foram colhidos relatos do esvaziamento do *espaço lúdico* na vida do casal.

É muito difícil. De vez em quando nós brincamos um com o outro, mas não é coisa muito nossa. Não temos essa característica. (H-4)

Tinha mais brincadeiras quando nos conhecemos. Eu o chamava de fofo. Ele é macérrimo e os amigos ficavam encarnando: "Ele é só osso." Mas, para mim, ele era fofo. O fofo não era só o físico, mas o estado de espírito dele... O grande problema é a falta de tempo para brincar. E as crianças também interferem no nosso espaço...Ele diz que eu reclamo, mas é preciso ter o nosso tempo juntos, para brincar, conversar, fantasiar...(M-4)

Não temos brincadeiras entre o casal.(H-7)

Existe esse espaço, mas muito pouco. Teve mais no início do casamento. O stress da vida atual e a falta de tempo vão acabando com isso. Isso faz falta. Agora mesmo, acabamos de voltar de férias e estávamos comentando que precisamos tirar férias, só nós dois. Passamos alguns dias num sítio, mas quase só ficamos com os filhos.(M-7)

- Projetos individuais e conjugais - Na estrutura dual complementar o projeto vital compartilhado apresenta pouca complexidade, é direcionado para a manutenção da estabilidade conjugal complementar. A estabilidade é um fator importante para a elaboração do projeto conjugal, mas a conjugalidade deve apresentar suficiente flexibilidade para suportar as eventuais crises geradas pela interveniência dos projetos individuais dos parceiros no projeto compartilhado. Em nosso estudo, observamos que, nos casais que apresentaram predominantemente esse tipo de estrutura, a estabilidade tende a ser mantida em detrimento dos projetos individuais de um ou dos dois membros do casal.

Os projetos são sempre nossos. Nunca fomos muito pretenciosos em relação à nossa vida, queremos uma vida melhor, mas nada além do comum. Queremos um apartamento maior, viajar, curtir os filhos...(H-4)

Antes de me casar queria um lugar para morar, sair do emprego e ir para um lugar que me desse mais satisfação. Consegui mudar de emprego, mas ainda não tive um emprego que me desse satisfação profissional ou financeira. Ele está caminhando por esse lado, mas eu ainda estou faltando. Eu também não costumo fazer nada sem falar com ele. A gente se torna meio dependente.(M-4)

É difícil pensar num projeto individual, meu, que não envolva a família. Trabalho para dar conforto, proteção e tranquilidade... Ela foi bióloga, abandonou para ficar mais tempo em casa. Financeiramente, ela ganhava bem. Mas, depois dos filhos, o trabalho passou a interferir na nossa vida conjugal. Eu sou exigente, gostava da presença e do toque dela em casa.(H-8)

Eu me formei em Biologia, trabalhei mesmo depois de casada durante um bom tempo. Abri mão de tudo pelos filhos. Tenho um projeto de fazer um negócio de decoração mais estabilizado, para eu me sentir mais profissional... Mas, em geral, nossos projetos são proporcionar uma vida confortável para a família.(M-8)

- *Espaços da individualidade* - Na conjugalidade estruturada de acordo com a modalidade dual complementar, o estabelecimento do pacto de assistência mútua entre

os parceiros absorve os sujeitos de tal forma que raramente eles dispõem de energia para investir em atividades individuais ou relações fora da vivência familiar. Os espaços individuais tendem a ser vivenciados como “válvulas de escape”, na medida em que o tipo de complementaridade estabelecida pelo par anula as possibilidades de expressão ou de produção individual, fora da conjugalidade. Os espaços da individualidade, nesses casos, não propiciam um enriquecimento da relação amorosa, tendendo a ser percebidos como espaços de exclusão do parceiro.

Não tenho nenhuma atividade individual. Não tenho tempo pra nada. Poderia sair ou ir ao futebol, mas fico com a família em casa, tomando conta da nossa filha menor... Amigos, são raros. Praticamente só tenho colegas de trabalho.(H-3)

Ele tem o tempo dele, o computador... Ele tem muito mais espaço do que eu. Tem a hora de ler o jornal dele... Eu, dificilmente saio sozinha. Não tenho espaço e me sinto péssima. Queria poder estudar francês, fazer uma ginástica, sair com amigos... Eu já não tenho lazer, vivo pra família.(M-3)

Eu sempre mantive um espaço com meus amigos. Tem o dia do futebol, do vôlei, do baralho... São coisas das quais ela não participa. O trabalho também é algo só meu. Mas, acho que para a mulher isso é mais difícil. Seria importante que ela tivesse esse espaço também. Isso, ela também sente, faz falta.(H-4)

Minha ginástica é um dos poucos momentos de relax. Não é pelo físico, mas

pelo mental. Gostaria de ter um tempinho para fazer cursos, acrescentar em termos intelectuais. Meus neurônios estão atrofiando... Estou sempre ocupada com as crianças ou com a casa. Gostaria de fazer algo diferente, algo que funcionasse como uma segunda válvula de escape. (M-4)

- Percepção de influências da conjugalidade sobre a subjetividade - Nos casais com estruturação conjugal dual complementar, as interpenetrações intersubjetivas tendem a mobilizar reestruturações subjetivas nos parceiros direcionadas para a manutenção do regime de co-dependência. As mudanças subjetivas percebidas pelos parceiros são diretamente relacionadas à vida familiar ou conjugal. Nesses casais, as reestruturações da subjetividade influenciadas pela conjugalidade não proporcionam o desenvolvimento vincular e individual dos cônjuges. Esse tipo de estruturação conjugal fundamenta-se numa pseudo-complementaridade, na qual a alteridade do parceiro tende a ser desconsiderada. Sendo assim, as possibilidades de mutações subjetivas dos parceiros são limitadas pela conjugalidade. Nas falas dos casais entrevistados, isso fica evidenciado mediante depoimentos de mudanças subjetivas que geram restrições à individualidade dos parceiros. Cabe ressaltar que essas restrições são, muitas vezes, percebidas como decorrência natural do processo de acomodação mútua conjugal.

Mudei muito a minha vida quando assumi o casamento. Aprendi a ver mais o lado família, filhos... Fui filho de pais separados e tive uma experiência muito ruim, de abandono, com o meu pai. Ela me deu uma base que eu não tinha,

mas eu abandonei tudo da vida de solteiro, os amigos... Acho que perdi o meu jeito mais espontâneo e brincalhão.(H-3)

Ele passou a valorizar mais a qualidade de vida e de amigos que podemos ter e a valorizar mais a nossa família. Acho que o direcionei nesse sentido... Mas, talvez eu tenha perdido a minha identidade, pois eu era mais independente, extrovertida, uma mulher de abrir portas.(M-3)

Aos poucos, eu tenho mudado meu comportamento explosivo. Ela sempre me chamou atenção a esse respeito... Acho que ela mudou também, no jeito de ser. Está mais responsável, mais preocupada, exigente e maliciosa. Acho que eu peso um pouco nela. Ela sempre foi mais light, alegre e comunicativa. E, às vezes ela até sai das características dela por influência minha. Mas, de alguma forma, temos conseguido administrar isso.(H-8)

Ele ficou mais solto. Ele era muito fechado e reservado. Eu o liberei, ele era muito cauteloso. E ele me fechou mais! Eu não tinha muita censura. Mas, isso aconteceu sem sofrimento. Então, eu acho que é a troca natural que ocorre na vida conjugal. Não tive que fazer esforço para que isso acontecesse. É completar o outro no que falta.(M-8)

c) Estrutura terceiridade ampla

No grupo entrevistado, identificamos cinco casais (C-2, C-9, C-10, C-11, C-12) que apresentaram uma psicodinâmica vincular predominantemente compatível

com a descrição do funcionamento da estrutura terceira ampla. Nesse tipo de estrutura conjugal, os sujeitos encontram-se suficientemente discriminados e possuem uma representação interna do parceiro que considera a alteridade. A representação interna da conjugalidade resulta numa produção complexa, que possibilita a criação de novas significações a partir da articulação das diferenças. O casal é capaz de compartilhar e intercambiar significantes.

Esse tipo de estrutura viabiliza a elaboração dos vínculos parentais, mediante o interjogo identificatório conjugal, e a inclusão da terceira ampla, na qual o terceiro não mobiliza sentimentos de exclusão. O projeto vital compartilhado é elaborado e as diferenças são assimiladas de forma criativa e prazerosa. A partir daí, a conjugalidade viabiliza condições para reestruturações subjetivas nos parceiros.

- *Concepção de conjugalidade* - Nesses casais, a idéia de conjugalidade inclui as diferenças individuais, considerando-as mesmo quando não estão a serviço da complementaridade conjugal. A conjugalidade tende a se estruturar sobre bases mais realísticas, de forma menos idealizada. A idéia de complementaridade se mantém como referência básica do par, assim como o compartilhamento e a concessão mútuos. Contudo, a complementaridade aqui aludida não se confunde com a idéia ilusória da “cara metade”, característica do movimento especular, fusional.

Acho que é o aprender a conviver e construir uma vida e uma família dentro dos aspectos positivos e negativos. Tem que ter muita concessão. Paciência no sentido de compreensão do par com suas metas, objetivos, carências e

defeitos.(H-11)

Penso em casamento como uma união de duas pessoas que se entendem, se completam e conseguem viver harmoniosamente. É claro que tem brigas, diferenças, pontos de vista diferentes. Mas, se entendem. Conseguem viver bem, se sentir bem com a vida.(M-11)

É uma parceria muito forte. Conviver com a pessoa com quem você pode partilhar tudo. É uma amiga, irmã, namorada, amante, tudo. É a pessoa de referência.(H-12)

Relacionamento de comprometimento, complementaridade e respeito às diferenças entre os dois. É um pacto mútuo entre o casal. Vão estar implicadas questões afetivas e sexuais. Tem essa cumplicidade...(M-12)

- *Escolha de parceiro* - A escolha amorosa, nesses casais, tende a se fundamentar nas afinidades entre os parceiros e na busca de complementaridade. Ressaltamos que os sujeitos, de maneira geral, se referiram ao processo de formação do casal como resultante de um percurso no qual ocorreram aproximações e elaborações das representações acerca dos parceiros. A referência ao processo de escolha e não exclusivamente ao momento de encontro amoroso indica o potencial de elaboração conjugal da fase inicial idealizada, característica do engajamento amoroso. Para que a conjugalidade se estruture de forma satisfatória, é necessário que o casal supere esse momento inicial ilusório e que os parceiros se reconheçam com suas faltas, desidealizando a relação.

Começamos nos conhecendo pelas nossas afinidades e, de repente, descobrimos que dividíamos outras coisas, olhares...Me chamava atenção a simplicidade dela em lidar com as coisas, com as pessoas, com as amizades, pronta a se dedicar às pessoas, disposta a se relacionar.(H-10)

Nos conhecemos na faculdade, tínhamos algumas disciplinas em comum...Nosso meio era comum, nos encontrávamos em várias ocasiões e a coisa foi se fechando em volta da gente. Acho que foi coisa de afinidade.(M-10)

Nos conhecemos através de amigos comuns...Foi uma amizade que foi virando amor e está aí....Eu era muito tímido, certinho...Ela tinha determinação e independência.... Tinha que ser uma pessoa como ela, que bancasse minha timidez e dificuldades.(H-12)

Tínhamos amigos em comum, o que acabou nos aproximando. Mas, o que faz uma pessoa namorar a outra? É difícil saber...Teve insistência por parte dele, que me cercava... Eu o conhecia desde a época do colégio, mas jamais imaginei que iríamos nos casar. Começamos a namorar quando nos reencontramos, já adultos. Eu tinha o estereótipo dele da época de adolescente, todo certinho, aluno brilhante... Talvez essas coisas já tenham me atraído, naquela época.(M-12)

- Percepção do parceiro e auto-percepção - Nesses casais, a percepção de si e do parceiro são suficientemente discriminadas, embora sejam orientadas pela

complementaridade conjugal. Ao se descreverem, os sujeitos tenderam a enfatizar as características complementares do casal. Contudo, a complementaridade referida, nesses casos, não se fundamenta numa relação de co-dependência, onde o outro tampona as necessidades do parceiro. De outra forma, denota-se uma relação de apoio, onde as diferenças são reconhecidas em seu potencial enriquecedor para o parceiro e para a relação em si.

Ela é muito alegre, gosta de curtir a vida, é falante, transmite alegria, é uma pessoa boa...Sou muito difícil, complicado, tímido, bitolado. Ela me abre para as coisas. Aprendi a viver muito com ela. (H-9)

Ele é um homem muito bom, correto, honesto, vive para a família, nos dá segurança. É um pouco tímido. Acho que ele é uma pessoa maravilhosa. Eu sou alegre, faladeira, companheira, sem limites de diálogo. Gosto de curtir a vida, os pequenos momentos. (M-9)

Ela é muito verdadeira, sem subterfúgios, simples, coloca as coisas com absoluta clareza de objetivos, inclusive as cobranças. É sensível, tem percepção aguçada, percebe as coisas antes de acontecerem. Sou muito dedicado, mas não percebo as segundas intenções das pessoas que me cercam. Ela é intuitiva e essa é uma característica dela que me preenche... Não sou sentimental, é uma dificuldade minha, sou um pouco reticente. Ela é sentimental. Eu sou controlado e racional. (H-10)

O fulano é expansivo, curioso, gosta de saber sobre tudo, carinhoso,

brincalhão, amigo. Tem lá suas cri-crizadas, chatices... Mas, o que me encanta nele é a sua abertura, falar o que quiser, ouvir. Tem muita troca. Temos muita coisa parecida... Mas, eu sou mais despreocupada do que ele. Ele elabora mais as coisas, pensa muito, remói.(M-10)

- *Expectativas sobre o parceiro e auto-expectativas* - Observamos que, nos casais em que tal estrutura se manifesta, as expectativas dos parceiros sobre si e sobre o outro, tendo em vista a relação conjugal, tendem a se fundamentar na idéia de continuidade da relação, no processo de elaboração, na complexificação e no amadurecimento vincular. Os sujeitos se referiram à “solidificação de valores”, “amadurecimento” e “reinvenção da relação”. As expectativas conjugais, nesses casos, tendem a considerar as limitações de cada um e da relação em si, de acordo com o princípio de realidade. Os ideais individuais e conjugais são referências, modelos a serem alcançados. A conjugalidade é norteadada pelo ideal do ego e não pelo ego ideal.

Gostaria que ela continuasse valorizando a nossa união. Temos as nossas oscilações, crises de identidade, crises financeiras... Não espero nada de específico. A tendência é solidificar alguns valores, com a maturidade. A gente passa a recusar falsos alarmes, assim como o sistema imunológico. Já li algo sobre isso...(H-2)

Minhas expectativas são de continuidade. É claro que temos nossas brigas, desentendimentos, altos e baixos... Faz parte. Espero que sejamos companheiros e que busquemos saídas para os nossos problemas do dia-a-dia

juntos. Problemas pessoais, de reconhecimento profissional, problemas financeiros...(M-2)

Quero construir coisas juntos em todos os campos. Devemos evitar cair na monotonia, criando. Se reinventar a cada dia. "Pedra rolando não cria limo". A minha experiência profissional mostra isso. Minha empresa já deu várias guinadas e eu já mudei de um extremo ao outro, dentro de funções e ocupações. Isso serve para todos os aspectos: pessoal, sexual, espiritual... (H-12)

Espero que continue nesse ritmo. Algumas coisas mudaram, hoje somos pessoas diferentes. Espero que continuemos os nossos processos separados, a gente vai crescendo e amadurecendo. Atualmente, muita mudança está acontecendo na minha vida profissional... voltei a intensificar o ritmo de trabalho, depois que as crianças passaram daquela fase de bebê. É um processo natural da vida, de voltar a crescer profissionalmente. Isso implica em mudanças na casa e no casamento. Ele tem me ajudado muito.(M-12)

- *Espaço lúdico* - Nessa modalidade de estruturação da conjugalidade, a utilização do potencial de transicionalidade favorece a atividade interfantasmática conjugal por meio da estimulação da criatividade. A atividade interfantasmática conjugal mobiliza e é mobilizada pelo entrecruzamento de objetos inconscientes dos parceiros, que é estimulado no jogo transicional. O potencial transicional se expressa mediante a constituição de uma área lúdica. A presença e a utilização dessa área lúdica

indica possibilidades de flexibilidade da estrutura conjugal, suas potencialidades de evolução e de reestruturação. Nos casais que apresentaram esse tipo de estruturação conjugal, os sujeitos entrevistados relacionaram esse espaço para brincadeiras e jogos com um estado de relaxamento individual e conjugal, assim como com a possibilidade de expressão de aspectos mais ocultos de suas personalidades. Do nosso ponto de vista, as falas desses sujeitos ilustram e vêm ao encontro da idéia de Winnicott (1970) de que a experiência criativa, ilusória, estrutura a subjetividade. Consideramos que, nos casais em que se observam tais características, a ampla utilização desse espaço transicional, lúdico, tende a favorecer reestruturações subjetivas nos parceiros.

Temos apelidos, nos chamamos de gato e gata, existem biquinhos e beicinhos... Isso faz parte da nossa relação. Nunca parei para pensar muito sobre isso, mas é como se eu pudesse dar um basta... Por exemplo, se eu quisesse imitar um macaco, eu o faria. Pois, se eu estivesse sozinho eu também poderia fazê-lo. Para outras pessoas, passar essa imagem poderia ser constrangedor. Se você vive com alguém com quem pode se dar ao luxo de deixar passar essas coisas, é ótimo. É ótimo estar com uma pessoa para a qual eu possa deixar algumas metamorfoses minhas passar, piadas sem graça, sei lá, qualquer coisa. (H-2)

Temos humor o dia inteiro, caretas, piadas. Ele está sempre imaginando cenas, como nos desenhos animados. Nos chamamos de gato e gata. Se chamar pelo nome, há algo errado. Procuramos deixar o mau humor do lado de fora de casa. (M-2)

Tudo depende muito do humor de cada um, se acordou com o pé direito ou esquerdo... Eu sou muito brincalhão, seja com ela, com as crianças ou com outras pessoas. Eu cativo isso. Acho que faz parte do relaxamento do casal. Senão, fica uma coisa muito comportamental. (H-10)

Temos vários apelidos, sempre tivemos, desde que nos conhecemos. Brincamos o tempo todo, fazemos cócegas, sumimos com objetos um do outro, mandamos presentes, sempre tem uns joguinhos... Mas, quando a coisa entre nós não está boa, temos os períodos de baixa. (M-10)

- *Projetos individuais e conjugais* - Nos casais que apresentaram um tipo de estruturação conjugal predominantemente compatível com a estrutura terceiridade ampla, os projetos foram os aspectos que mais diretamente denotaram ou expressaram as possibilidades de reestruturações conjugais e subjetivas. Segundo nosso ponto de vista, o projeto vital compartilhado é nutrido pela função de continente da conjugalidade. Quando a conjugalidade falha em relação a essa função, tanto os projetos individuais quanto os conjugais tendem a ser prejudicados. Por outro lado, quando a conjugalidade se estrutura sobre o desenvolvimento de uma atividade representacional conjunta e apresenta capacidade de oferecer continente para as tendências regressivas dos parceiros, o casal se torna capaz de constituir um ideal do ego conjugal, fruto da articulação das representações dos ideais de cada um. A partir daí, os sujeitos se tornam capazes de elaborar mudanças subjetivas e conjugais, articulando-as, considerando a perspectiva de futuro, as limitações da realidade e adequando suas necessidades e desejos, visando ao desenvolvimento das capacidades

individuais de cada um e do casal como um todo.

Os nossos projetos individuais se adaptam com muita facilidade aos do casal. Meus projetos não dependem só de mim. Ano passado, ela quis fazer um curso em SP e nos organizamos para que isso ocorresse. Os projetos do casal vão brotando naturalmente. Nem tudo a gente consegue. Eu queria morar num quatro quartos... Vejo o casal como uma terceira pessoa, além de nós dois. Uma pessoa não inteiramente domada, sobre a qual você tem metade do domínio. Ela sonha, tem alegrias, tristezas... Agora, você consegue ter a sua pessoa individualmente. (H-2)

Temos planos individuais e dos dois. Queremos mudar para um apartamento maior, viajar mais, viajar só nós dois sem culpa de deixar as crianças... Eu gostaria de montar uma academia de ginástica, mas está difícil. Alguns colegas me desaconselharam...Ele quer fazer uma pós-graduação fora do país... Aconteceram algumas mudanças de projetos, nos direcionamos mais. Eu, antes, era muito de meter os pés pelas mãos. Ele me ajudou a ponderar mais as coisas. (M-2)

Seja no nosso espaço como casal ou no relacionamento com os filhos, espero construir um patrimônio comum. São sonhos que estão indo ao encontro dos nossos desejos comuns e aos filhos. Individualmente, ela tem o curso de Musicoterapia, sua segunda faculdade. Ela abraçou uma carreira que depende também da maturidade e do investimento dela. Além dos filhos,

devemos também investir pessoalmente. Pelo meu lado, estou tendo a oportunidade de investir como ator de teatro. Há sempre espaço, apesar dos filhos, para investir. O difícil é harmonizar o tempo. Mas, não impede. (H-10)

Pretendemos voltar a ter a nossa vida a quatro, eu, ele e as crianças. Estamos morando com meu pai, desde que minha mãe morreu. Foi um arranjo temporário. Na nossa profissão... Viver de música e ter estabilidade não é fácil. Individualmente, ele tem os planos de estudo dele. O meu projeto tem sido investir na musicoterapia. (M-10)

- Espaços da individualidade - A preservação da individualidade dos parceiros na conjugalidade é outro aspecto evidenciado nas falas dos sujeitos dos casais que apresentaram um tipo de estruturação conjugal predominantemente compatível com a descrição da estrutura terceiridade ampla. Os espaços individuais, nesses casais, foram considerados indicadores da capacidade de discriminação egóica entre os sujeitos, do reconhecimento da extraterritorialidade do objeto-parceiro e da bidirecionalidade do desejo. A manutenção desses espaços tende a ser percebida como estímulo ao interesse mútuo entre os parceiros e, ao mesmo tempo, como propiciadora do desenvolvimento de uma autonomia maior em outras áreas da vida dos parceiros, notadamente no campo profissional.

Existem os espaços individuais. Acho importante cada um respeitar a individualidade do outro. Todo casal deve preservar isso, porque é bom como estímulo para a troca de experiências. Ela gosta de esportes, nadar,

caminhar. Tem também os amigos dela, com quem costuma tomar o café da manhã, depois de caminhar...(H-9)

Tenho liberdade para sair na hora que eu quiser. Ele também tem as reuniões com os amigos dele do tempo do colégio. Eu tenho o meu grupo de caminhada. Tenho também várias amigas divorciadas, com quem saio. Gosto também de sair sozinha. Às vezes, paro num barzinho para beber caipirinha sozinha, para pensar na vida...(M-9)

Gosto de ter privacidade, embora seja o tipo que gosta de sentar no jantar e discutir sobre o dia com as crianças e com ela. Mas, gosto de me recolher, de ler no escritório, ver TV, mexer no computador. Tem também os amigos que não nos freqüentam, mas temos contato, separadamente, coisas do nosso passado não conjunto. O meu trabalho também é algo totalmente separado. Não costumo falar sobre o meu trabalho em casa. Tento preservar a minha casa o máximo de problemas de fora. A vida profissional é algo só meu. (H-11)

Temos alguma individualidade, coisa pouca, já que estamos quase sempre juntos. Eu tenho a minha ginástica, ele tem o tênis. Tenho amigas só minhas, com quem saio. Tem que ter alguma privacidade. Para a relação, é legal. Cada um tem que ter seus próprios momentos. Também não dá pra só um abrir mão de tudo. (M-11)

- *Percepção de influências da conjugalidade sobre a subjetividade* - Nesse tipo de modalidade de estruturação da conjugalidade, observamos que os sujeitos tenderam a perceber as mutações subjetivas produzidas em cada um dos parceiros como tendo sido influenciadas pelo desenvolvimento do vínculo conjugal, resultando de uma troca intersubjetiva gratificante. As mudanças foram consideradas decorrentes de um processo de elaboração e complexificação vincular que se inicia no encontro amoroso, com as trocas propiciadas pela mobilização inicial do interjogo identificatório, e se prolonga e se consolida com o desenvolvimento do projeto vital compartilhado. Nesses casais, as reestruturações subjetivas foram influenciadas pela complementaridade conjugal, considerando a alteridade do parceiro, sem qualquer restrição ao desenvolvimento de suas potencialidades individuais.

Passei para ela certa calma e placidez. Hoje, sinto que parte do que sou devo a ela...A coragem, a integridade que ela possui, a transparência e a franqueza. O casal é uma terceira pessoa, a incorporação de ambos, com sonhos e perspectivas. É importante ser importante para alguém. Ela me admira, a imagem que eu passo para ela é positiva e isso gera um vínculo. (H-2)

Ele está mais light. Era mais tenso, queria falar sobre todos os problemas na hora e o tempo todo. Hoje, passou a valorizar mais a saúde. Ele também está mais carinhoso, era muito envergonhado, principalmente em público... Por outro lado, ele me ensinou a parar para pensar e que tem porque para tudo nessa vida. (M-2)

É curioso como, com o passar dos anos, passamos a fazer apartes ou comentários intempestivos ao mesmo tempo, idênticos, os dois falando juntos. Isso é gozado. Aí, um mexe com o outro...Cadê a identidade? Ao longo dos anos, um vai se moldando ao outro. Ela deve ter ficado mais criteriosa na forma de falar, menos sociável, mais seca. Eu desenvolvi o senso de percepção de detalhes e me abri mais para os relacionamentos. (H-11)

A convivência nos faz ficar parecidos. Ele era muito fechado, hoje é um cara simpático. Ele chega até a ser palhaço! Eu, acho que fiquei mais durona. Às vezes pensamos coisas iguais, tipo telepatia. (M-11)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da idéia de que o processo de estruturação do "eu" constitui um percurso interminável, aberto a reestruturações, descontínuo e validado pelo reconhecimento do "outro", buscamos compreender em que medida a conjugalidade participa desse processo, produzindo marcas distintivas na subjetividade dos parceiros.

A conjugalidade, a partir da leitura psicanalítica das relações amorosas, é considerada fruto da conjugação dos "eus" dos parceiros, engendrada na trama identificatória. Postula-se um "eu conjugal", referido a uma identidade partilhada e de uma estrutura vincular complexa, fundamentada em laços afetivos e atravessada pelo sócio-cultural, pela designação da Lei.

Na base da constituição da conjugalidade, ressalta-se o interjogo identificatório, no qual cada um dos parceiros funciona como espelho introjetivo para o outro, modulando a percepção de si e do outro a partir do desejo e dos ideais, produzindo mutações subjetivas em cada um. Consideramos que o processo de estruturação e transformação da subjetividade é produzido na trama identificatória.

A relativa estabilidade do enquadre conjugal e a intensidade do investimento afetivo implicado proporcionam aos parceiros uma oportunidade privilegiada de encenar e de metabolizar os conflitos originados no processo de estruturação do sujeito. Dentre esses conflitos, realçamos a *reatualização de vivências pré-edípicas e edípicas* mobilizada na relação amorosa. Nisso consiste, em grande parte, a importância atribuída à dimensão da conjugalidade na estruturação da subjetividade.

Consideramos que a conjugalidade apresenta algumas características que favorecem interpenetrações entre os parceiros e que essas trocas resultam em transformações na subjetividade de cada um. Dentre essas características, ressaltamos o papel da transicionalidade presente no jogo amoroso. A conjugalidade é instaurada num espaço potencial transicional.

Os parceiros se misturam, se fundem e se confundem, se perdem e se reencontram, falam de si por intermédio do outro e se escutam na fala do outro, atuam ora como diretores e ora como atores na cena conjugal, brincam e jogam as mais sutis brincadeiras, no faz-de-conta de tornarem-se objeto e sujeito, assujeitando-se e sujeitando o outro, num raro espaço onde é permitido culturalmente se indiferenciar para se individuar.

É a transicionalidade do enquadre conjugal que viabiliza esse retorno episódico a uma fusionalidade ilusória com a promessa longínqua de completude e restauração narcísica, o encontro da “cara metade”. O jogo transicional pertinente à relação mãe-bebê, concebido por Winnicott como fundamental e necessário ao processo de individuação, reatualiza-se na relação conjugal.

Como fora enfatizado por Lemaire (1988), é a porosidade de limites do “eu” que favorece a constituição da conjugalidade. E, por outro lado, é essa mesma porosidade que aponta para a inexistência de uma integridade ou unicidade absoluta do “eu”. Coloca-se em foco o questionamento dos limites do “eu” dentro do “nós conjugal” e os efeitos da conjugalidade no processo de estruturação da subjetividade.

Em nossa pesquisa, buscamos problematizar e aprofundar a discussão relativa às influências da conjugalidade sobre a subjetividade, partindo da abordagem

psicanalítica, enriquecendo o estudo teórico com a investigação de campo.

A fala dos sujeitos entrevistados sobre a vivência da conjugalidade, considerando os temas de investigação propostos por nós no roteiro de entrevista, evidenciou diferenças entre homens e mulheres em relação à percepção e à valorização das dimensões pesquisadas, elucidando a forma como a conjugalidade repercutia sobre as subjetividades dos parceiros. Também foi possível identificar a configuração de determinadas estruturas conjugais predominantes entre os casais pesquisados, a partir da análise dos discursos individuais dos parceiros, reunidos casal por casal, de acordo com a classificação proposta por Puget & Berenstein (1993).

Na *concepção de conjugalidade*, considerando as influências dos valores sócio-culturais implicados, as vivências individuais, os afetos e os ideais associados a essa dimensão, os homens valorizaram o “compartilhamento” e a “família” como definidores e determinantes fundamentais da relação conjugal, enquanto as mulheres atribuíram maior importância à “cumplicidade” e ao “amor”, embora, com menor ênfase, tenham também se referido à “família”.

No grupo pesquisado, consideramos que a localização dos casais dentro do ciclo vital familiar pode ter favorecido a tendência à maior valorização da “família” na definição de conjugalidade. Conforme discutimos anteriormente, todos os casais tinham filhos e a maioria (dez casais) tinha filhos abaixo de dez anos de idade. Nessa etapa do ciclo vital, o cuidado com a criação e o com o desenvolvimento dos filhos torna-se um dos objetivos centrais, realçando os papéis do casal parental.

Conforme estudo anteriormente realizado por nós (Magalhães, 1993), essas diferenças com relação à valorização da “família” também foram ressaltadas em casais

de diferentes faixas etárias, em casais sem filhos e em outros momentos do ciclo vital. Consideramos que os homens tenderam a relacionar o casamento com a garantia de constituição familiar, identificando-se prioritariamente com concepções mais tradicionais sobre a conjugalidade. As mulheres, diferentemente, tenderam a incorporar mais prontamente os valores da modernidade que enaltecem o amor como ferramenta e como ingrediente central da conjugalidade.

Consideramos que as diferenças ressaltadas na presente investigação, além de reiterar achados de estudos precedentes, nos falam sobre distintas concepções do enquadre conjugal, evidenciando, na maioria das vezes, ideais relacionados à complementaridade afetiva nas mulheres e à complementaridade mais direcionada para a preservação da instituição familiar nos homens. Essas diferenças na concepção de conjugalidade refletem a forma como homens e mulheres dispõem-se a se submeter a transformações subjetivas em função de seus ideais conjugais e individuais.

O relato dos sujeitos sobre a *escolha de parceiro*, momento inicial da trama identificatória conjugal, nos forneceu elementos para compreender a origem do processo de interpenetração das subjetividades e de conformação dos "eus" em função do "nós conjugal". A reatualização da cena edípica, mobilizada por ocasião do engajamento amoroso, coloca a conjugalidade dentro da série identificatória constitutiva da subjetividade.

Nas falas de homens e mulheres, observamos diferenças em relação à valorização de atributos determinantes da escolha amorosa. Enquanto a maioria dos homens tendeu a enfatizar qualidades de suas parceiras que os complementavam no terreno da sociabilidade, em primeiro plano, e que lhes proporcionava preenchimento

afetivo e “apoio pessoal”, em segundo plano, como motivadores do engajamento amoroso, a maioria das mulheres tendeu a enfatizar “afinidades”, em primeiro lugar, e “carência afetiva”, em segundo.

Esses dados realçaram a idéia de prevalência da tendência masculina a realizar escolhas amorosas de acordo com a modalidade anaclítica ou de apoio e da tendência feminina a realizar suas escolhas em conformidade com o modelo de escolha narcísica. As mulheres tenderam a enaltecer o sentimento amoroso como motivador do engajamento conjugal e a manifestar uma maior idealização de seus parceiros.

Ressaltamos, contudo, que a importância da idealização na base da escolha amorosa, mais freqüentemente acentuada na escolha feminina não é sugestiva de um tipo escolha mais regressiva, no sentido de imaturidade, quando comparado à escolha masculina. Essas duas trajetórias indicam diferentes modos de participação na trama identificatória conjugal, produzindo diferenças qualitativas na assimilação de atributos do parceiro e, conseqüentemente, mudanças na estrutura subjetiva.

A percepção do parceiro e a auto-percepção nos forneceu elementos ilustrativos sobre o processo de redefinição da subjetividade a partir da conjugalidade, dentro do jogo projetivo-introjetivo. A impossibilidade de coincidir com o objeto do desejo do outro leva os parceiros a se esforçarem no sentido de elaborar aspectos primitivos, visando à manutenção da conjugalidade, mediante acordos e pactos inconscientes que determinam posições a serem ocupadas e papéis a serem desempenhados por cada um dos parceiros.

Observamos que ocorreu uma consonância entre a percepção de si e a do outro entre homens e mulheres, fundamentada na busca de complementaridade. A maioria

dos sujeitos identificou os homens como representantes do pólo de ponderação e racionalidade da conjugalidade e as mulheres como representantes do pólo relacional. Ressaltamos que a idéia da mulher identificada com os sentimentos e do homem com o racional ainda é enfatizada no imaginário social.

Relativo às *expectativas sobre o parceiro* e às *auto-expectativas*, orientadas para a relação conjugal, ressalta-se a ilusão de complementaridade associada à imagem de potência do par conjugal. Entra em cena a reformulação dos ideais de cada um dentro da conjugalidade, mobilizada pelas expectativas de preenchimento de necessidades afetivas primitivas e aspirações fusionais.

Os homens manifestaram necessidade de preenchimento afetivo de forma mais direta, mediante o discurso auto-referido, enquanto as mulheres tenderam a manifestar suas necessidades de preenchimento afetivo canalizando-as para a relação conjugal. Consideramos que os homens tenderam a apresentar suas demandas num nível mais narcísico, enquanto as mulheres, na maioria das vezes, revelaram uma busca de sublimação pelo amor. Em suas falas, as mulheres consideraram que é a relação amorosa que preenche afetivamente e não o objeto-parceiro.

A fruição do *espaço lúdico* na conjugalidade é uma das mais significativas evidências do potencial de transicionalidade presente na relação amorosa. Consideramos que, mediante esse espaço transicional, as subjetividades dos parceiros reestruturam-se, transitando entre o "eu" e o "outro". Essa dimensão da conjugalidade evidenciou as possibilidades de expressão da criatividade dos parceiros e o grau de flexibilidade da estrutura conjugal. A maioria dos sujeitos atribuiu importância a essa dimensão, relacionando-a com a preservação da relação amorosa e com a expressão de

aspectos ocultos do “eu”.

Os *projetos individuais e conjugais* são considerados provenientes da articulação dos ideais dos parceiros, prospectivamente, de acordo com o princípio de realidade. Conforme tivemos a oportunidade de discutir anteriormente, eles mobilizam a atividade representacional conjunta, desencadeando reestruturações subjetivas em cada parceiro. A conjugação desses projetos e sua possibilidade de reformulação, colocam em pauta a elaboração do ideal do ego conjugal.

A investigação dessa dimensão evidenciou que, freqüentemente, os homens foram identificados como pólo realizador de conquistas do casal. Os ideais dos homens foram privilegiados na constituição do ideal conjugal, na maioria das vezes, sendo realçados pela tendência à maior idealização do parceiro por parte das mulheres. Esse desnivelamento na constituição do ideal conjugal resultou em restrição tanto dos projetos individuais quanto dos conjugais e refletiu-se principalmente nas queixas de insatisfação profissional e pessoal de algumas das mulheres entrevistadas.

A preservação de *espaços da individualidade* dentro da conjugalidade ilustrou o grau de discriminação entre os parceiros, relacionado com a capacidade de diferenciação egóica dos sujeitos. De modo geral, a maioria dos entrevistados valorizou a preservação da individualidade dentro da relação conjugal. Contudo, embora nas falas das mulheres a valorização da individualidade tenha sido mais evidenciada, os homens foram identificados como os que usufruem mais desses espaços individuais, relacionando-os principalmente com atividades profissionais.

Observamos, nas falas de cada um, que a preservação da individualidade refletiu-se na expressão do potencial de realização e de crescimento, assim como no

sentimento de valorização associado a esses aspectos. Esses espaços individuais foram considerados ao mesmo tempo suportes e resultantes do processo de individuação. Na conjugalidade, eles são representativos do reconhecimento da alteridade do parceiro.

Nos depoimentos relativos à *percepção de influências da conjugalidade sobre a subjetividade*, observamos que as transformações individuais consideradas, pelos sujeitos, resultantes de aprendizados da vivência conjugal, foram propiciadas pela tendência à complementaridade presente na conjugalidade. Na maioria dos casos, as mutações subjetivas foram consideradas resultantes do desenvolvimento e da complexificação vincular, originando a percepção de troca intersubjetiva gratificante. Em outros poucos casos, as mudanças foram percebidas como negativas, resultantes de uma pseudo-complementaridade, na qual um ou os dois parceiros se submeteram à posição de assistente do outro.

A análise das estruturas conjugais predominantes, fundamentada na classificação de Puget & Berenstein (1993), constituiu um recurso secundário utilizado por nós para ampliar a compreensão das repercussões da conjugalidade sobre a subjetividade. Embora considerando que essas estruturas podem evoluir de um modelo a outro na trajetória conjugal e que entrevistamos os casais sem o objetivo de realizar uma avaliação clínica, as falas dos sujeitos, reunidas casal por casal, evidenciaram modos predominantes de estruturação vincular, suscitando algumas considerações relativas à nossa questão central.

A tipologia do vínculo conjugal utilizada permite situar a conjugalidade dentro de um eixo discriminação-indiscriminação que inclui desde o menor grau de diferenciação entre os egos, próprio do estado fusional, até um grau satisfatório de

autonomia entre os sujeitos-parceiros, que propicia a complexificação vincular e reestruturações subjetivas em cada um. Dentre os quatro tipos de estruturas propostos nessa classificação, não encontramos nenhum casal que apresentasse organização vincular compatível com a descrição da estrutura terceira limitada, característica de um tipo de vinculação profundamente indiferenciada, com elementos sugestivos de psicopatologia conjugal.

Nos casos em que se evidenciou que o casal apresentava um tipo de organização vincular identificada como estrutura dual simétrica, com predomínio do vínculo fusional, no qual a visão especular foi acentuada em detrimento do reconhecimento e da valorização das diferenças entre os parceiros, observamos uma limitação das possibilidades de reestruturação subjetiva. Essa limitação foi evidenciada tanto pela rigidez do projeto vital compartilhado, quanto pelas restrições no desenvolvimento individual dos parceiros. As mutações subjetivas tenderam a ser percebidas pelos parceiros prioritariamente como decorrentes de um processo de mútua acomodação e desidealização.

Nos casais que apresentaram um tipo de organização vincular identificada como estrutura dual complementar, onde o estado fusional era mantido mediante a função de assistente desempenhada por um dos parceiros e reasegurado por um pacto que pressupõe intensa co-dependência, as possibilidades de reestruturação subjetiva também tenderam a ser limitadas pela conjugalidade. Observamos que as mudanças individuais tenderam a ser orientadas para a manutenção da co-dependência, gerando restrições das individualidades dos parceiros. Nesse tipo de estrutura conjugal denotou-se pouca complexidade no projeto compartilhado e os projetos individuais

foram canalizados para o primeiro. Nesses casos, a imobilidade e a repetição tenderam a ser associadas à estabilidade, ocasionando um esvaziamento do potencial criativo no enquadre conjugal.

Nos casais identificados predominantemente com a descrição da estrutura terceiridade ampla, na qual os sujeitos encontravam-se suficientemente discriminados e considerava-se a alteridade, a representação interna da conjugalidade tendeu a propiciar a complexificação vincular, com possibilidades de criação de novos significados a partir da articulação das diferenças. A conjugalidade, nesses casos, propiciou a expressão da criatividade, favorecendo reestruturações subjetivas. Os parceiros tenderam a perceber as mutações subjetivas como decorrentes de uma troca intersubjetiva gratificante e relacioná-las com o processo de consolidação do projeto compartilhado.

Ao discutir as influências da conjugalidade sobre a subjetividade nos remetemos à clínica psicoterápica com casais, considerando suas propriedades e seus objetivos. Pensamos que, a psicoterapia conjugal psicanalítica, muito além da resolução de conflitos conjugais, visa à metabolização de aspectos primitivos não elaborados pelos parceiros, organizados sob a forma de um conluio, ancorado em pactos inconscientes. E, consideramos o potencial de elaboração e de criatividade inerente à conjugalidade.

O estudo realizado tornou-se relevante na medida em que ilustrou e discutiu as propriedades de elaboração e de criatividade inerentes à conjugalidade, seu processo de constituição desde a escolha até seus aspectos prospectivos, analisando alguns elementos da trama identificatória e o papel dos ideais na transformação da

subjetividade.

Na literatura psicanalítica sobre as relações amorosas, discute-se freqüentemente o processo de formação da conjugalidade a partir das interpenetrações subjetivas. Contudo, o retorno da conjugalidade sobre as subjetividades dos parceiros é raramente abordado. Considerando a relevância dessa discussão para o campo da psicoterapia conjugal psicanalítica, foi importante termos investigado essa temática.

Em nossa pesquisa, em diversos momentos, enfatizamos que nossas argumentações não deveriam ser tomadas como sugestivas de uma classificação rígida e evolutiva da conjugalidade. A investigação de campo enriqueceu nossa discussão, revelando-se cada vez mais esclarecedora para a argumentação teórica.

A partir de nossa investigação, a conjugalidade revelou-se como enquadre privilegiado propiciador de transformações da subjetividade, considerando que as mudanças operadas tanto podem servir a uma acomodação estéril dos parceiros, quanto ao processo de complexificação do vínculo e da subjetividade, gerando ressignificações criativas e fertilizando o processo de individuação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERONI, F. (1979). *Enamoramento e amor*. RJ, Rocco, 1988.

ALVARENGA, L.L. (1996). *Na escuta do laço conjugal: uma proposta de um novo modelo teórico-clínico*. RJ, Uapê.

ANZIEU, D. (1984). *O grupo e o inconsciente: o imaginário grupal*. SP, Casa do Psicólogo, 1993.

_____. (1974). *O eu-pele*. SP, Casa do Psicólogo, 1988.

ARIÈS, P. (1973). *História social da família e da criança*. RJ, Jorge Zahar Ed.

_____. (1981). "A família e a cidade". In: Figueira, S. A. e Velho, G. (orgs.), *Família, psicologia e sociedade*. RJ, Ed. Campus, pp. 13-23.

ARIÈS, P. & BÉJIN, A. (orgs.). (1982). *Sexualidades ocidentais*. SP, Ed. Brasiliense.

AULAGNIER, P. (1979). *A violência da interpretação*. RJ, Imago.

BADINTER, E. (1986). *Um é o outro: relações entre homens e mulheres*. RJ, Ed. Nova Fronteira.

- BÉJIN, A. (1982). "O casamento extra-conjugal nos dias de hoje". In: Ariès, P. & Béjin, A. (orgs.), *Sexualidades ocidentais*. SP, Ed. Brasiliense, pp. 183-209.
- BERGER, P. & LUCKMAN, T. (1966). *A construção social da realidade*. Petrópolis, Vozes, 1974.
- BION, W. (1961). *Experiências com grupos: os fundamentos da psicoterapia de grupo*. RJ, Imago, 1975.
- CARTER, B. & MCGOLDRICK, M. (1989). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.
- CHASSEGUET-SMIRGEL, J. (1975). *O ideal do ego*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1992.
- _____. (1986). *As duas árvores do jardim: ensaios psicanalíticos sobre o papel do pai e da mãe no psiquismo*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1988.
- CINCUNEGUI, S. & CHEBAR, N. (1996). "El enquadre de la pareja matrimonial". In: Pujet, J. (org), *La pareja: encuentros, desencuentros, reencuentros*. Buenos Aires, Paidós.

- CLULOW, C. (1990). *Marriage: disillusion and hope: papers celebrating forty years of the Tavistock Institute of Marital Studies*. London, Karnac Books.
- COLMAN, W. (1993). "Marriage as a psychological container". In: Ruscynski, S. (org), *Psychotherapy with couples*. London, Karnac Books.
- COSTA, J. F. (1979). *Ordem médica e norma familiar*. RJ, Ed. Graal.
- _____ (1998). *Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico*. RJ, Rocco.
- DAVID, C. (1971). *L'état amoureux. Essais psychanalytiques*. Paris, Payot.
- DINIZ, G. R. S. (1996). "Dilemas de trabalho, papel de gênero e matrimônio em casais que trabalham fora em tempo integral". RJ, *Coletâneas da ANPEPP*, vol.1, n.1.
- DUPRÉ LA TOUR, M. (1993). "Narcisismo et thérapie de couple". Paris, *Dialogue*, 4.
- EIGUËR, A. (1981). *La thérapie familiale psychanalytique*. Paris, Dunod.
- _____. (1985). *Um divã para a família*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- _____. (1987). "Les deux strates du transfert en thérapie psychanalytique de couple". Paris, *Dialogue*, 1.
- FAGUNDES, J. O. (1994). "Ilusão de fusão na relação de casal". In: Ramos, M. (org). *Casal e família como paciente*. SP, Escuta.

FÉRES-CARNEIRO, T. (1987). "Aliança e sexualidade no casamento e no recasamento contemporâneo." *Psicologia: teoria e pesquisa*, 3: 250-261.

FIGUEIRA, S.A. (1981). *O contexto social da psicanálise*. RJ, Francisco Alves.

FLANDRIN, J. L. (1982). "A vida sexual dos casados na sociedade antiga". In: Ariès, P & Béjin, A. (orgs.), *Sexualidades ocidentais*. SP, Ed. Brasiliense, pp.135-152.

FLORENCE, J. (1994). "As identificações." In: Mannoni, M. (org). *As identificações na clínica e na teoria psicanalítica*. RJ, Relume-Dumará.

FOUCAULT, M. (1977). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. RJ, Ed. Graal.

_____. (1984 a). *A história da sexualidade II: o uso dos prazeres*. RJ, Graal, 1985.

_____. (1984 b). *A história da sexualidade III: o cuidado de si*. RJ, Graal, 1985.

FREUD, S. *Obras Completas. Edição Standard Brasileira*, RJ, Imago, 1976.

_____. (1895). *Estudos sobre a histeria*.

_____. (1912). *Totem e tabu*

_____. (1914). *Sobre o narcisismo: uma introdução*.

_____. (1915). *Luto e Melancolia*.

- _____ (1920). *Além do princípio do prazer.*
- _____ (1921). *Psicologia das massa e análise do ego.*
- _____ (1923). *O ego e o id.*
- _____ (1927). *Futuro de uma ilusão.*
- _____ (1930). *Mal estar na civilização.*
- _____ (1932). *Novas lições de introdução à psicanálise.*
- _____ (1933). *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. Conf. XXXI.*

GARCIA, C. A. (1993). "Sexualidade feminina e a questão do ideal em Freud". In:

Figueira, S.A. (org). *A palavra e o silêncio: construção do saber psicanalítico na Universidade.* RJ, Relume-Dumará.

GIDDENS, A. (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo*

nas sociedades modernas. SP, Ed. UNESP.

GREENBERG, J.R. & MITCHELL, S.A. *Relações objetais na teoria psicanalítica.*

Porto Alegre, Artes Médicas, 1994.

GUILLAUMIN, J. (1979). "Pour une méthodologie générale des recherches sur les

crisis". In: Kaës, R. (org). *Crise, rupture et dépassement.* Paris, Dunod.

HABERMAS, J. (1971). "A família burguesa e a institucionalização de uma esfera privada referida à esfera pública". In: Canevacci, M. (org.), *Dialética da família*. SP, Ed. Brasiliense.

HEIMANN, P. (1952). "Certas funções da introjeção e da projeção no início da infância". In: Klein, M.; Heimann, P.; Isaacs, S. & Riviere, J. *Os progressos da psicanálise*. RJ, Guanabara Koogan, 1982..

KAES, R. (1976). *L'appareil psychique groupal*. Paris, Dunod.

_____. (1979). *Crise, rupture et dépassement*. Paris, Dunod.

KERNBERG, O. (1980). *Mundo interior e realidade exterior*. RJ, Imago, 1989.

_____. (1995). *Psicopatologia das relações amorosas*. Porto Alegre, Artes Médicas.

KLEIN, M. (1932). *Psicanálise da criança*. SP, Livraria Mestre Jou, 1969.

_____. (1957). *Inveja e gratidão: um estudo das fontes do inconsciente*. RJ, Imago, 1984.

_____. (1963). *O sentimento de solidão*. RJ, Imago, 1975.

KLEIN, M. ; HEIMANN, P. ; ISAACS, S.; RIVIÉRE, J. (1952). *Os progressos da psicanálise*. RJ, Guanabara Koogan, 1982.

KRISTEVA, J. (1994). "O real da identificação." In: Mannonni (org.). *As identificações na clínica e na teoria psicanalítica*. RJ, Relume-Dumará.

LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J. B. (1967). *Vocabulário de psicanálise*. SP, Martins Fontes, 1986.

LASH, C. (1979). *A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*. RJ, Ed. Imago, 1983.

LEMAIRE, J. (1979). *Le couple : sa vie, sa mort*. Paris, Payot.

_____. (1987). "Aux confins de la passion et de la psychose". *Dialogue*, 2, Paris.

_____. (1988). "Du je au nous, ou du nous au je ? Il n y a pas de sujet tout constitué". *Dialogue*, 4, Paris.

LÉVI-STRAUSS, C. (1958). *Antropologia Estrutural*. RJ, Tempo Brasileiro, 1989.

MAGALHÃES, A. S. (1993). *Individualismo e conjugalidade: um estudo sobre o casamento contemporâneo*. Dissertação de mestrado, PUC-Rio.

MANNONNI, M. (1994). *As identificações na clínica e na teoria psicanalítica*. RJ, Relume-Dumará.

MEYER, L. (1987). *Família: dinâmica e terapia*. SP, Brasiliense.

PASCUAL, J.G. (1990). "Recasamento: um estudo sobre as dimensões de individualidade e conjugalidade." Dissertação de Mestrado, PUC-RIO, RJ.

PERROT, M. (org.) (1987). *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. SP, Companhia das Letras.

PICHON-RIVIÈRE, E. (1956). *Teoria do vínculo*. SP, Martins Fontes, 1995.

PRADO, M.P.A. (1983). *Psicanálise de psicóticos*. RJ, Plurarte.

PUGET, J. (1982). "Psicoterapia psicanalítica de la pareja". In: *El grupo y sus configuraciones. Terapia psicanalítica*. Buenos Aires, Lugar Editorial.

_____ (1988). "Psychanalyse de couple: l'objet-couple de chacun, et l'objet couple partagé". Paris, *Dialogue*, 4.

_____. (1996). *La pareja: encuentros, desencuentros, reencuentros*. Buenos Aires, Paidós.

_____ (1997). "O casal: uma entidade psicanalítica", in: Zimmerman, D.E. (org). *Como trabalhamos com grupos*. Porto Alegre, Artes Médicas.

PUGET, J. & BERENSTEIN, I. (1982). "Algunas consideraciones sobre psicoterapia de pareja: del enamoramiento al reproche." Buenos Aires, *Revista de Psicología y Psicoterapia de Grupo*, V,1.

_____. (1984). "Malentendido en el diálogo analítico". Buenos Aires, *Psicoanálisis*, vol. VI, n.1.

_____. (1993). *Psicanálise do casal*. Porto Alegre, Artes Médicas.

RUFFIOT, A. (1981). *La thérapie familiale psychanalytique*. Paris, Dunod.

_____. (1984). *La thérapie psychanalytique du couple*. Paris, Dunod.

RUSSO, J. & SANTOS, T.C. (1981). "Psicanálise e casamento", in: Figueira, S.A. & Velho, G. (orgs). *Família, psicologia e sociedade*. RJ, Campus.

SENNETT, R. (1977). *Narcisismo e cultura moderna*. Barcelona, Ed. Kairós, 1979.

SIMMEL, G. (1950). *The sociology of Georg Simmel*. Wolf, K. (org.). New York, The Free Press.

SOLOMON, R.C. (1994). *About love - reinventing romance for our times*. Boston, Littlefield Adams Quality Paperbacks.

TITAN, S.V. (1994). "Relação conjugal e relação analítica". In: Ramos, M. (org) *Casal e família como paciente*. SP, Escuta.

VERNANT, J. P. (1987). "O indivíduo na cidade". In: Veyne, P. e outros. *Indivíduo e poder*. Lisboa, Edições 70, 1988.

VILHENA, J. (1991). *Escutando a família: uma abordagem psicanalítica*. RJ, Relume-Dumará.

WILLI, J. (1978). *La pareja humana: relacion y conflicto*. Madrid, Morata, 1985.

WINNICOTT, D. (1951). "Objetos transicionais e fenômenos transicionais". In: *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise*. RJ, Francisco Alves, 1988.

_____. (1963). *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1983.

_____. (1965). *Família e o desenvolvimento individual*. SP, Martins Fontes, 1993.

_____. (1970). "Vivendo de modo criativo". In: *Tudo começa em casa*. SP, Martins Fontes, 1996.

_____. (1971). *O brincar e a realidade*. RJ, Imago, 1975.

ANEXO I

CASAIS	IDADE	PROFISSAO	TEMPO DE CASADO	FILHOS
C-1	H- 41 a. M- 43 a.	Analista de Sistemas Corretora	11 anos	M- 11 a. M- 8 a. H- 5 a.
C-2	H- 38 a. M- 34 a.	Engenheiro Prof. Educ. Física	10 anos	M- 7 a. M- 4 a.
C-3	H- 42 a. M- 44 a.	Corretor Adm. Empresas	13 anos	H- 11 a. M- 3 a.
C-4	H- 35 a. M- 36 a.	Analista de Sistemas Secretária	9 anos	M- 6 a. H- 3 a.
C-5	H- 38 a. M- 37 a.	Engenheiro Médica	9 anos	H- 5 a. H- 2 a.
C-6	H- 41 a. M- 39 a.	Adm. Empresas Bióloga	12 anos	M- 9 a. H- 2 a.
C-7	H- 42 a. M- 40 a.	Engenheiro Do lar	18 anos	M- 16 a. H- 13 a. M- 6 a.
C-8	H- 37 a. M- 39 a.	Engenheiro Bióloga	12 anos	H- 5 a. M- 2 a.
C-9	H- 41 a. M- 38 a.	Engenheiro Adm. Empresas	16 anos	M- 15 a. M- 13 a.
C-10	H- 37 a. M- 35 a.	Músico Musicoterapeuta	9 anos	M- 8 a. M- 5 a.
C-11	H- 43 a. M- 40 a.	Advogado Arquiteta	16 anos	H- 15 a. H- 13 a.
C-12	H- 40 a. M- 39 a.	Engenheiro Psicóloga	10 anos	M- 8 a. M- 3 a.

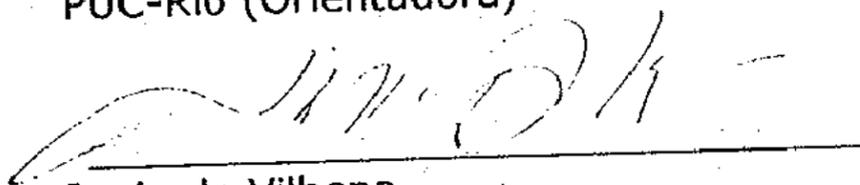
ANEXO II**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

- 1) O que é relação conjugal, para você?
- 2) O que levou você a escolher como parceiro?
- 3) Como você descreveria ? Como você se descreveria?
- 4) O que você espera de , tendo em vista a relação conjugal? O que você espera de si mesmo?
- 5) Existem brincadeiras, jogos e/ou apelidos, entre vocês dois?
- 6) Que projetos cada um e o casal tinha ou tem?
- 7) Existem “coisas” de cada um das quais o parceiro não participa? E segredos, existem?
- 8) O que mudou em , em função da relação de vocês? O que mudou, em você, em função da relação conjugal?

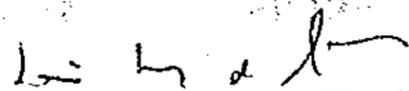
Tese apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC-Rio pela aluna Andrea Seixas Magalhães, intitulada O 'eu' transformado pelo 'nós': Influências da conjugalidade sobre a subjetividade dos parceiros, e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:



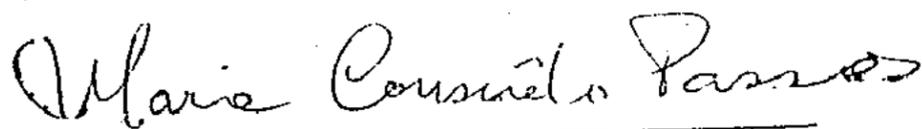
Terezinha Féres-Carneiro
PUC-Rio (Orientadora)



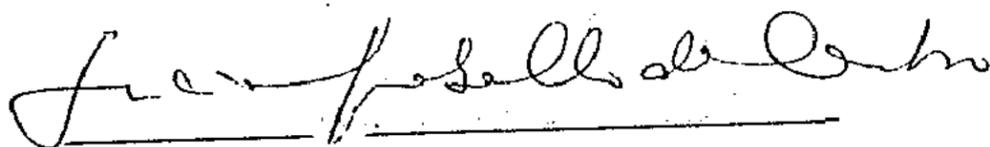
Junia de Vilhena
PUC-Rio



Lidia Levy de Alvarenga
PUC-Rio



Maria Consuelo Passos
PUC-SP



Lucia Rabello de Castro
UFRJ

Visto e permitido a impressão.
Rio de Janeiro, 18.1.7. / 2000.



Prof. Jurgen Heye
Coordenador Setorial de Pós-Graduação do Centro de
Teologia e Ciências Humanas